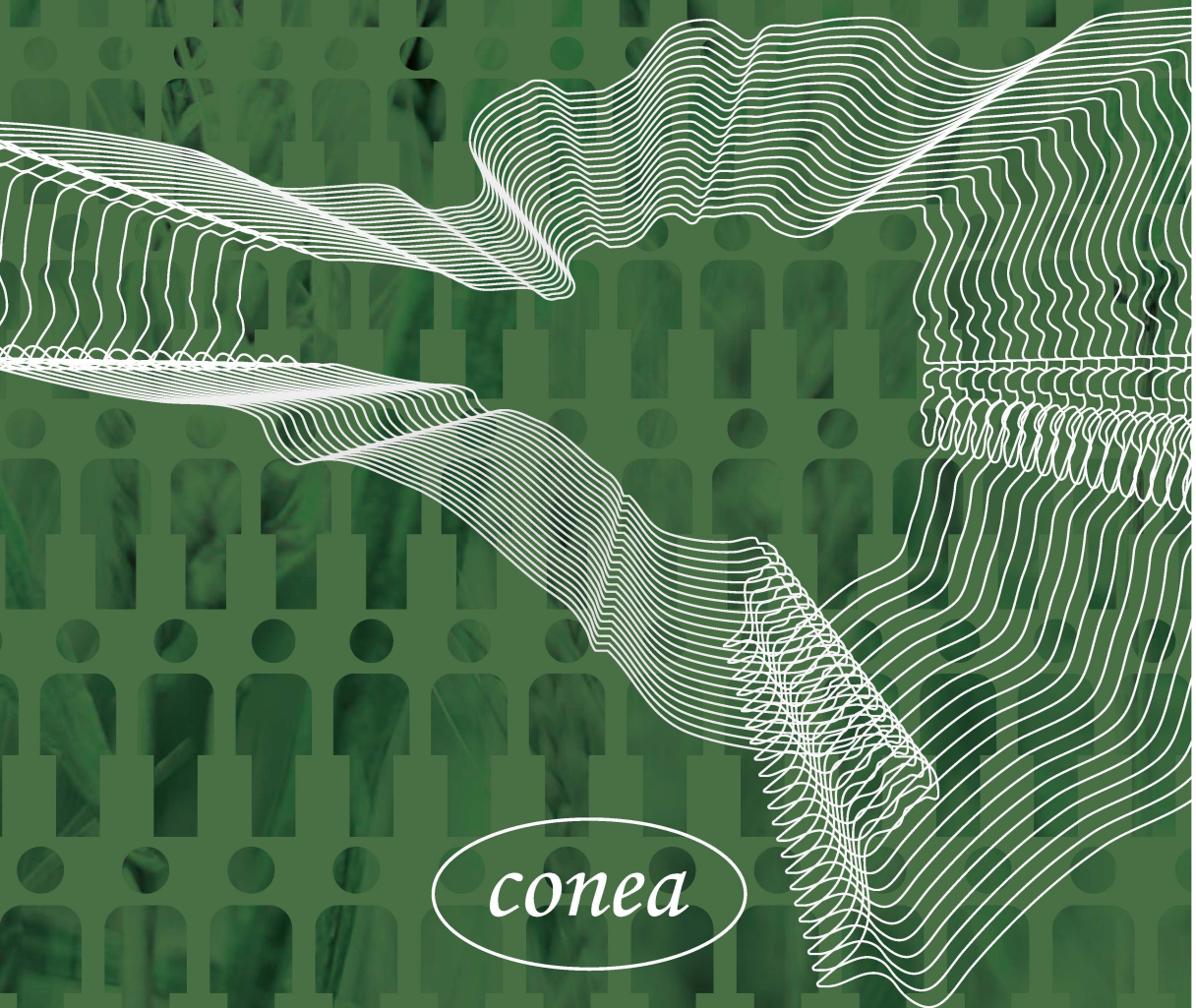


# A PROPOSTA CATARINENSE PARA O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA **NO BRASIL**

---

CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA  
DE SANTA CATARINA (CONEA)



*conea*



*conea*

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,  
COM ÉTICA E RESPONSABILIDADE!

# A PROPOSTA CATARINENSE PARA O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

---

CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA  
DE SANTA CATARINA (CONEA)



Chapecó (SC)  
ARCUS  
2018

*conea*

**© Copyright 2018**

Os direitos autorais desta edição pertencem ao autor da obra.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra  
sem prévia autorização do autor.

C965

A proposta catarinense para o ensino Técnico Agrícola no Brasil. / organizado por  
Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina - CONEA -  
Blumenau, SC : IFC , 2018.  
256 p. : il.

Inclui bibliografias.  
ISBN 978-85-5644-018-1

1. Ensino agrícola - Brasil. 2. Ensino técnico - Brasil. I. CONEA.

CDD – 373.2460981

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662

Fundação Biblioteca Nacional

Agência Brasileira do ISBN

978-85-5644-018-1



9 788556 440181

**DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO**

ARCUS Indústria Gráfica Ltda.

Rua Reinaldo Pinhate, 860E - 89915-275 - Chapecó-SC  
Fone/Fax: 49 3330-0800 - vendas@arcus.ind.br

ANO 2018

# A PROPOSTA CATARINENSE PARA O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

## **Organizador**

Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (CONEA)

## **Comissão Científica**

Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina – Florianópolis/SC  
Centro de Educação Profissional Caetano Costa – São José do Cerrito/SC  
Centro de Educação Profissional de Campo Erê – Campo Erê/SC  
Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas – São Miguel do Oeste/SC  
Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – Água Doce/SC  
Centro de Educação Profissional Vidal Ramos – Canoinhas/SC  
Escola Agrícola La Salle – Xanxerê/SC  
Instituto Assistência e Educação São Canísio – Itapiranga/SC  
Instituto Federal Catarinense *Campus* Araquari – Araquari/SC  
Instituto Federal Catarinense *Campus* Camboriú – Camboriú/SC  
Instituto Federal Catarinense *Campus* Concórdia – Concórdia/SC  
Instituto Federal Catarinense *Campus* Rio do Sul – Rio do Sul/SC  
Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul – Santa Rosa do Sul/SC  
Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira – Videira/SC  
Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina – Florianópolis/SC  
Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais – Camboriú/SC

## **Revisão Técnica**

Amanda Moser Coelho da Fonseca Faro  
Antonio Marcos Cecconello  
Antonio Tiago da Silva  
Carlos Antonio Krause  
Élton Pires  
Gerson Batistella  
Jerson Luiz Isoton  
José Carlos Brancher  
Joverci Pocera  
Lindomar Menegatti  
Luiz Alberto Ferreira  
Maribel Barbosa da Cunha

Marino de Souza Pinto  
Mateus Alan Demeda  
Nelson Rintzel  
Osmar Alberto Crestani  
Rafael Viegas Campos  
Reni Scaranto  
Ricardo Schimitz  
Rodrigo Martins Monzani  
Roque Marx  
Roseli Arlei Werlang  
Silvio Walter  
Volmar de Cesaro

## **Revisão Ortográfica**

Giliane dos Reis Miranda  
Maribel Barbosa da Cunha

## **Apoio:**





---

# AGRADECIMENTOS

Esta obra é resultado do esforço e dedicação de muitos profissionais e entidades que acreditam e defendem uma educação profissional técnica de excelência, com ética e responsabilidade.

O Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina, agradece:

- Às direções e coordenações das escolas federais, estaduais e particulares de Santa Catarina, que apoiaram e contribuíram na construção dessa obra;
- Aos professores que participaram nos debates e discussões da proposta catarinense para o Ensino Técnico Agrícola;
- Aos profissionais técnicos em agropecuária do setor público e privado, vinculados à associação e ao sindicato, que participaram ativamente com suas experiências profissionais, relatando e discutindo sobre as reais exigências do mercado de trabalho para a profissão;
- Às entidades ATASC, SINTAGRI e UNITAGRI, que representam o movimento dos Técnicos Agrícolas em Santa Catarina, pelo apoio, participação e contribuição à educação profissional;
- Às entidades ATABRASIL, FINTA-BR e FENEA, que representam o movimento dos Técnicos Agrícolas e o Ensino Agrícola no Brasil;
- À PROEX do Instituto Federal Catarinense, pelo apoio na editoração e publicação desta obra;
- Ao CREA/SC.

A todos que contribuíram, muito obrigado!

CONEA.





---

# APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (CONEA), com grande satisfação, apresenta a obra: *A Proposta Catarinense para o Ensino Técnico Agrícola no Brasil*. Resultado do trabalho realizado durante cinco Fóruns de Ensino Agrícola – com o primeiro encontro iniciado em 2007, no Instituto Assistência e Educação São Canísio em Itapiranga/SC –, contou com a participação das equipes diretivas, coordenações e professores das escolas, profissionais técnicos agrícolas da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC), do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina (SINTAGRI) e da Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais (UNITAGRI).

O agronegócio representa, atualmente, uma das principais economias mundiais, tendo no Brasil as melhores condições de área, solo e clima para que as atividades do setor agropecuário prosperem nas próximas décadas. Santa Catarina é um estado peculiar na agropecuária, caracteriza-se pela produção familiar em pequenas propriedades rurais com alta produtividade, estando entre os maiores produtores do Brasil em aves, suínos, leite, frutas, hortaliças e diversos grãos, mesmo dispondo menos de 2% do território nacional.

Nesse contexto do agronegócio local, estadual e nacional é que o profissional Técnico Agrícola está inserido. Santa Catarina chegou a grande produtor de alimentos por via de uma eficiente assistência técnica desenvolvida pela extensão rural pública e privada, levando ao homem do campo técnicas produtivas, amor e apego à preservação do meio ambiente e seus costumes, assegurando produtividade e a manutenção da cultura de nosso povo.

A educação profissional deve, cada vez mais, buscar excelência na formação de Técnicos em Agropecuária aptos a assumirem sua profissão com competência, ética e responsabilidade.

Esta obra apresenta, nos capítulos dois e três, a história das entidades ATASC, CONEA, SINTAGRI e UNITAGRI construída no Estado de Santa Catarina. Único Estado do Brasil em que todas as entidades de formação, associação profissional, associação sindical e de mercado de trabalho atuam em um único propósito: o de formar, qualificar, orientar e acompanhar os profissionais técnicos agrícolas para o pleno exercício de sua profissão.

No capítulo quatro é apresentado um breve histórico das 12 instituições de ensino das redes particular, estadual e federal que oferecem o Curso Técnico em Agropecuária e que são filiadas ao CONEA. Nos capítulos cinco e seis serão abordados assuntos sobre a legislação e fiscalização da profissão de técnico agrícola e/ou técnico em agropecuária, também sobre a trajetória do Ensino Agrícola Catarinense e Nacional, e as ações realizadas pelas entidades de Santa Catarina em prol da melhoria do ensino e da legislação profissional.

Por fim, o capítulo sete apresenta a proposta de Santa Catarina para o Ensino Técnico Agrícola no Brasil. Durante a realização dos cinco fóruns, os debates e discussões sempre levaram em consideração a promulgação da Lei nº 5.524/68 – que reconheceu a profissão de Técnico Agrícola e Industrial, sua regulamentação pelo Decreto nº 90.922/85 e atualização pelo Decreto nº 4.560/2002. Assim, entende-se que a legislação é clara sobre as atribuições do Técnico Agrícola e também sobre a responsabilidade das instituições de ensino, formadoras desses profissionais, em trabalhar as competências, habilidades e conhecimentos necessários para que eles possam adquirir seus registros profissionais e exercer sua profissão conforme prevê a lei.



---

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGPTEA – Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

ASAV – Associação Antônio Vieira

ATABRASIL – Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil

ATARGS – Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul

ATASC – Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina

ATEAPAR – Associação dos Técnicos Agrícolas no Estado do Paraná

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CACE – Colégio Agrícola Campo Erê

CAIC – Escola de Educação Básica Criança do Futuro

CAV – Centro de Ciências Agroveterinárias

CBN – Central Brasileira de Notícias

CBPEA – Confederação Brasileira dos Professores de Ensino Agrícola

CEB – Câmara de Educação Básica

CEDUP – Centro de Educação Profissional

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEJEL – Cooperativa-Escola Jovens Estudantes

CER – Centro Especializado em Reabilitação

CETASC – Congresso Estadual de Técnicos Agrícolas de Santa Catarina

CFO – Certificado Fitossanitário de Origem

CFOC – Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPL – Confederação Nacional das Profissões Liberais

COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário

CONDAF – Conselho de Diretores de Escolas Agrotécnicas

CONDETUF – Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

CONEA – Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina

CONFAEAB – Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

COOPERCOSTA – Cooperativa Escola dos Alunos do CEDUP Caetano Costa

COOPESA – Cooperativa dos Alunos do CEDUP Vidal Ramos

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DEA – Diretoria do Ensino Agrícola

DEM – Departamento de Ensino Médio

EAF – Escola Agrotécnica Federal

EAFB – Escola Agrotécnica Federal de Concórdia

EAFRS – Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENEA – Encontro Nacional de Ensino Agrícola

ENEASC – Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ETA – Escola Estadual Técnica de Agricultura de Viamão

FENEA – Federação Nacional de Ensino Agrícola

FENTEC – Federação Nacional dos Técnicos Industriais

FESC – Fundação Educacional de Santa Catarina

FINTA-BR – Federação dos Técnicos Agrícolas do Brasil

FNDE/CD – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Conselho Deliberativo

IAESC – Instituto Assistência e Educação São Canísio

IFC – Instituto Federal Catarinense

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

JEASC – Jogos das Escolas Agrícolas de Santa Catarina

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LPP – Laboratórios de Práticas de Produção

MEA – Material de Ensino-aprendizagem

MEC – Ministério da Educação

MUTUA – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA

NBR – Normas Brasileiras Revisadas

OCESC – Organização das Cooperativas de Santa Catarina

OITEC – Organização Internacional dos Técnicos

PAE – Plano de Atividade de Estágio

PAO – Programa Agrícola Orientado

PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PROAD – Pró-reitoria de Administração

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROEX – Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

SED – Secretaria de Estado da Educação

SEMTEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SENETE – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica

SESG – Secretaria de Ensino de Segundo Grau

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIE/E – Serviço de Integração Escola – Empresa

SINTAGRI – Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina

SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul



SINTEAPR – Sindicato Técnicos Agrícolas de Nível Médio no Estado do Paraná

STF – Supremo Tribunal Federal

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UEA – Unidades de Ensino e Aprendizagem

UEP – Unidades Educativas de Produção

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNITAGRI – Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina



---

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
APRESENTAÇÃO .....	7
PREFÁCIO .....	21
1 INTRODUÇÃO .....	25
2 CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (CONEA) .....	29
2.1 Estrutura Organizacional .....	29
2.2 Histórico .....	33
2.3 Presidentes .....	41
2.4 Jogos das Escolas Agrícolas de Santa Catarina (JEASC) .....	47
2.5 Sistema de avaliação .....	51
2.5.1 A primeira avaliação no ano 2000 .....	53
2.5.2 A primeira correção da avaliação .....	54
2.5.3 Os objetivos e as melhorias obtidos pelo sistema de avaliação .....	55
2.5.4 A estruturação, construção e correção da avaliação .....	57
2.6 Os Fóruns de Ensino Agrícola de Santa Catarina .....	64
3 ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA .....	69
3.1 Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina – ATASC .....	69

3.2 Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina – SINTAGRI .....	70
3.3 Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais – UNITAGRI .....	72
4 O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA .....	75
4.1 Centro de Educação Profissional Caetano Costa – São José do Cerrito .	76
4.2 Centro de Educação Profissional de Campo Erê – Campo Erê .....	78
4.3 Centro de Educação Profissional Vidal Ramos – Canoinhas .....	81
4.4 Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas – São Miguel do Oeste .	84
4.5 Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – Água Doce.....	86
4.6 Escola Agrícola La Salle – Xanxerê .....	89
4.7 Instituto Assistência e Educação São Canísio – IAESC de Itapiranga ..	92
4.8 Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Araquari .....	94
4.9 Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Camboriú .....	97
4.10 Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Concórdia .....	99
4.11 Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Rio do Sul .....	101
4.12 Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul .....	104
4.13 Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Videira .....	107
5 O PROFISSIONAL TÉCNICO AGRÍCOLA .....	101
5.1 Legislação de suas atribuições profissionais .....	113
5.1.1 Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 .....	113
5.1.2 Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 alterado pelo Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002.....	115

5.2 O Conselho próprio: do sonho à realidade .....	125
6 A TRAJETÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA CATARINENSE E BRASILEIRO ... .....	131
7 A PROPOSTA CATARINENSE .....	155
7.1 Introdução .....	155
7.2 Fundamentações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica .....	159
7.3 Justificativas para a continuidade e aparelhamento das UEPs .....	160
7.4 Considerações sobre as UEPs na formação dos Técnicos Agrícolas ..	163
7.5 Competências gerais .....	165
7.6 Competências, habilidades e bases tecnológicas .....	176
7.6.1 Competência 01 – Agricultura (80h) .....	177
7.6.2 Competência 02 – Culturas Anuais (100h) .....	179
7.6.3 Competência 03 – Olericultura (80h) .....	182
7.6.4 Competência 04 – Fruticultura (80h) .....	185
7.6.5 Competência 05 – Paisagismo (60h) .....	189
7.6.6 Competência 06 – Silvicultura (60h) .....	191
7.6.7 Competência 07 – Viveiricultura (60h) .....	194
7.6.8 Competência 08 – Defesa Sanitária Vegetal (80h) .....	197
7.6.9 Competência 09 – Forragicultura (60h) .....	200
7.6.10 Competência 10 – Zootecnia e Defesa Sanitária Animal (80h) ..	204
7.6.11 Competência 11 – Criação de Animal de Pequeno Porte (100h) ..	206
7.6.12 Competência 12 – Criação de Animal de Médio Porte (100h) ..	209
7.6.13 Competência 13 – Criação de Animal de Grande Porte (100h) ..	212

7.6.14 Competência 14 – Mecanização Agrícola (80h) .....	215
7.6.15 Competência 15 – Irrigação e Drenagem (60h) .....	218
7.6.16 Competência 16 – Construções e Instalações Rurais (60h) ...	221
7.6.17 Competência 17 – Desenho e Topografia (100h) .....	224
7.6.18 Competência 18 – Produtos Agroindustriais (80h) .....	227
7.6.19 Competência 19 – Associativismo, Cooperativismo e Extensão Rural (80h) .....	231
7.6.20 Competência 20 – Administração e Economia Rural (80h) .....	233
7.6.21 Competência 21 – Planejamento e Projetos Agropecuários (80h) .	236
7.6.22 Competência 22 – Deontologia e Organização Profissional (40h) ..	239
7.6.23 Práticas Agropecuárias Orientadas (500h) .....	241
7.6.24 Estágio Curricular Obrigatório (500h) .....	244
7.7 Proposta de carga horária .....	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	249
REFERÊNCIAS .....	251

---

# PREFÁCIO

Este livro representa a materialização de uma discussão muito bem organizada, que veio ocorrendo nas três últimas décadas no estado de Santa Catarina sobre a formação do técnico agrícola.

Entidades representativas dos técnicos agrícolas do estado, como também a participação de centenas de professores e estudantes de 12 históricas instituições escolares formadoras do profissional técnico agrícola, vieram ao longo de décadas se debruçando sobre a temática ensino técnico agrícola.

Diante de novos contextos econômicos e sociais, as características bem como as particularidades do curso técnico agrícola, devem ser discutidas por aqueles que de fato estão ligados organicamente com essa formação profissional.

A forte aproximação de todas instituições de ensino que formam o profissional técnico agrícola no estado de Santa Catarina só foi possível pois o CONEA – Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina, a ATASC – Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, o SINTAGRI – Sindicato dos técnicos Agrícolas de nível médio de Santa Catarina e a UNITAGRI – Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais, de

forma orgânica oportunizaram discussões e rediscutiram o sentido de unidade na categoria profissional do Técnico Agrícola.

Nos últimos 30 anos essas instituições (federais, estaduais e particular), realizaram inúmeros encontros com o objetivo de discutir com profundidade um novo projeto de ensino agrícola no estado de Santa Catarina. Adequado a um novo contexto econômico bem como vinculado ao atendimento de novas demandas sociais da agricultura do estado, em especial, a agricultura familiar.

A discussão de todas as competências que o técnico agrícola deve ter, bem como, a discussão de novas metodologias de ensino para a construção de conhecimentos que possibilitem ao técnico na sua atividade laboral, dar conta dos princípios científicos das técnicas de produção agropecuária garantindo a integração da teoria com a prática, quando parte das entidades de classe e das instituições formadoras ganha maior legitimidade.

Sem dúvida, a disposição dessas entidades e instituições escolares em construir um projeto de formação técnica que, para além de aproximar instituições formadoras do estado, também elabore uma “proposta catarinense para o ensino técnico agrícola no Brasil”, nos orgulha muito.

Nesse sentido, a proposta construída e apresentada nesta obra aproxima o estudante da realidade social bem como, aproxima as demandas sociais do campo para o interior das instituições formadoras. Articula a realização de encontros e seminários permanentes para a



avaliação desse importante projeto.

Importa lembrar que as 22 competências gerais do profissional técnico agrícola acompanhadas de suas bases tecnológicas foram exaustivamente discutidas, podendo servir de base para diferentes realidades nacionais.

Por fim, desejo que o leitor dessa obra se sinta estimulado para empreender novos projetos de formação profissional de forma coletiva e participativa como foi elaborada essa proposta.

Francisco José Montório Sobral



---

## INTRODUÇÃO

A vocação agropecuária do país sempre buscou por qualificar, a partir de determinado momento, profissionais para fomentarem o desenvolvimento da atividade, fazendo com que cada vez mais o setor fosse um dos principais pilares da economia brasileira, desde a produção nas pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar até aquela voltada ao agronegócio, colocando o Brasil entre os principais produtores de alimentos de origem animal e vegetal do mundo, colaborando sobremodo com a balança comercial e geração de divisas.

Regiões em Santa Catarina e no país foram se destacando como polos em determinadas atividades, como produção de grãos, frutíferas de clima tropical, subtropical e temperado, hortaliças, plantas ornamentais, além da criação de suínos, aves para corte e postura, bovinocultura de leite e corte, bem como o processamento e industrialização desses produtos, e a organização em associações e cooperativas. Muito dessa organização deve-se aos profissionais de nível médio técnico agrícola e superiores da agronomia e veterinária que, juntamente com as instituições de ensino, pesquisa e extensão agropecuária, identificaram os potenciais produtivos de cada região e auxiliaram no desenvolvimento dos atuais arranjos produtivos locais.

As instituições de ensino técnico agrícola, com as primeiras tendo mais de 100 anos de implantação, foram estruturando seus

currículos com base nas aptidões locais, dando um enfoque muito grande na realização de práticas e gestão das instituições baseadas na venda da produção de produtos de origem vegetal e animal feitos pelos próprios discentes que, em boa parte, dispunham de internato e refeitório na instituição.

Com a regulamentação da profissão do técnico agrícola, passando pelas legislações de 1968, 1985 e 2002, além das exigências do Ministério da Educação, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, houve a necessidade de profundas mudanças e readequações curriculares para que houvesse o atendimento aos conteúdos necessários para a formação do profissional, além da necessidade de investimentos em estrutura e corpo docente.

As instituições de ensino técnico agrícola de Santa Catarina, privadas, estaduais e federais, encontraram, a partir de 1990, no Conselho Estadual de Ensino Agrícola – CONEA, o espaço para discutirem o currículo, o perfil do egresso, o mundo do trabalho e outras questões fundamentais para a formação profissional. Padronizar os itinerários formativos, respeitando-se as especificidades regionais, bem como atendendo à legislação profissional foi um grande desafio, mas por meio dos cinco fóruns, congressos, encontros e realização de 18 avaliações pelo conselho, foi possível chegar a uma proposta exequível para as instituições e segura para o discente. Diante das necessidades do mundo do trabalho, elaborou-se a proposta dividida em 22 competências.

Embora haja esforços contrários para tratar o Técnico Agrícola como mais um curso técnico, desprezando a necessidade de uma carga horária mínima, principalmente de práticas profissionais que balizaram

todas as conquistas profissionais, as instituições de Santa Catarina e as entidades ligadas ao Movimento dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina lança a sua proposta de formação e a defenderá sempre, considerando que a construção participativa e democrática deste documento consiste em uma importante ferramenta de orientação para o atual Ensino Técnico Agrícola no Brasil.



---

# CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (CONEA)

## **2.1 Estrutura Organizacional**

Fundado em 15 de fevereiro de 1990 em Concórdia/SC, o Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina é uma entidade de caráter técnico-científico-político-social e cultural com a finalidade de desenvolver ações que visam a defesa e o aprimoramento do Ensino Agrícola de Nível Médio em Santa Catarina.

A entidade está constituída como pessoa jurídica de direito privado, com registro junto à Receita Federal, com o CNPJ 07.497.218/0001-42, registrada no 1º SUBDISTRITO de Registro Civil, Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas de Florianópolis.

Sua constituição é feita pelas seguintes Instituições Educacionais e Profissionais:

### **Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina**

Endereço: Rua Felipe Schmidt, 390, Centro

Florianópolis/SC - CEP: 88.010-001

Fone: (48) 3223-5870

### **Centro de Educação Profissional Caetano Costa**

Mantenedora: SED/SC

Endereço: Rodovia BR 282, km 25, Caixa Postal 15

São José do Cerrito/SC - CEP: 88.570-000

Fone: (49) 3292-2904

### **Centro de Educação Profissional de Campo Erê**

Mantenedora: SED/SC

Endereço: Fazenda Primavera, Rodovia SC 469, km 07

Campo Erê/SC - CEP: 89.980-000

Fone: (49) 3655-1268

### **Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas**

Mantenedora: SED/SC

Endereço: Rua Linha Cruzinhas, Caixa Postal 259

São Miguel do Oeste/SC - CEP: 89.900-000

Fone: (49) 3631-3249

### **Centro de Educação Profissional Vidal Ramos**

Mantenedora: SED/SC

Endereço: Rua Maria Olsen, Distrito de Marcílio Dias

Canoinhas/SC - CEP: 89.460-000

Fone: (47) 3622-4050

### **Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva**

Mantenedora: SED/SC

Endereço: Rua Brasil, Centro, Caixa Postal 31



Água Doce/SC - CEP: 89.654-000

Fone: (49) 3524-0133

### **Escola Agrícola La Salle**

Mantenedora: Sociedade Porvir Científico, Colégio La Salle

Endereço: Rodovia SCT 480, km 85, Linha Santa Terezinha, Caixa Postal 16

Xanxerê/SC - CEP: 89.820-000

Fone: (49) 3441-7830

### **Instituto Assistência e Educação São Canísio**

Mantenedora: Associação Antônio Vieira (ASAV)

Endereço: Linha Sede Capela

Itapiranga/SC - CEP: 89.896-000

Fone: (49) 3678-2063

### **Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari***

Mantenedora: SETEC/MEC

Endereço: Rodovia BR 280, km 27, Colégio Agrícola, Caixa Postal 21

Araquari/SC - CEP: 89.245-000

Fone: (47) 3803-7200

### **Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú***

Mantenedora: SETEC/MEC

Endereço: Rua João da Costa, Centro, Caixa Postal 16

Camboriú/SC - CEP: 88.340-000

Fone: (47) 2104-0800

**Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia**

Mantenedora: SETEC/MEC

Endereço: Rodovia SC 283, km 08, Vila Fragosos, Caixa Postal 58

Concórdia/SC - CEP: 89.700-000

Fone: (49) 3441-4800

**Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul**

Mantenedora: SETEC/MEC

Endereço: Rua Estrada do Redentor, 5.665, Santa Galo,

Caixa Postal 441

Rio do Sul/SC - CEP: 89.163-086

Fone: (47) 3531- 3700

**Instituto Federal Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul**

Mantenedora: SETEC/MEC

Endereço: Rua das Rosas, Vila Nova, Caixa Postal 04

Santa Rosa do Sul/SC - CEP: 88.965-000

Fone: (48) 3534-8000

**Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira**

Mantenedora: SETEC/MEC

Endereço: Rodovia SC 303, km 05, Caixa Postal 58

Videira/SC - CEP 89.560-000

Fone: (49) 3566-3453

## **Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina**

Endereço: Rua Felipe Schmidt, 390, Centro

Florianópolis/SC - CEP 88.010-001

Fone: (48) 3223-5870

## **Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais**

Endereço: Rua José R. da Cunha, 38, Centro

Camboriú/SC - CEP: 88.340-000

Fone: (47) 3365-2377

## **2.2 Histórico**

Chegando próximo aos seus 30 anos de fundação, o CONEA tem marcado sua trajetória de sucesso com eventos envolvendo alunos, professores, coordenações, direções, profissionais já formados e inúmeras entidades privadas e públicas, sempre em prol da qualidade do ensino e da formação dos profissionais técnicos agrícolas.

Seguem as principais atividades do CONEA ao longo dos anos:

**1990** – Na ocasião do II Encontro Estadual do Ensino Agrícola de Segundo Grau, de 14 a 16 de fevereiro de 1990, em evento promovido na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia pelos Colégios Agrícolas de Santa Catarina, criou-se o Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (CONEA), conforme extrato do seu Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, em 29 de junho de 1990. Este congrega os colégios agrícolas de segundo grau, sendo um órgão consultivo, deliberativo e normativo, e tem por finalidade definir e acompanhar a política do Ensino Agrícola de Santa Catarina.

Foi constituído com as seguintes escolas, atualmente denominadas: CEDUP Caetano Costa, de São José do Cerrito; CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, de Água Doce; Escola Agrícola La Salle, de Xanxerê; IFC *Campus* Araquari; IFC *Campus* Camboriú; e o IFC *Campus* Concórdia.

Também faziam parte as escolas hoje extintas: Colégio Agrotécnico de Videira/UNOESC; Colégio Vinte e Cinco de Julho, de São Carlos/UNOESC; Instituto Assistência e Educação São Canísio – Itapiranga; e Sedes Sapientiae, de Fraiburgo.

**1992** – Em conjunto com a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC) e o Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina (SINTAGRI), o CONEA promoveu, no município de Camboriú, o III Encontro Estadual de Ensino Agrícola. O evento foi acompanhado da realização do I Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas e teve a finalidade de estabelecer as principais estratégias para dinamização do sistema de organização profissional do técnico agrícola. Tratou-se de uma grande plenária encarregada de dar desfecho a uma série de seminários regionais durante o primeiro semestre de 1992 em todo o Estado.

Esse evento foi um grande ato político, tendo contado com a presença de muitas autoridades das diferentes esferas, reunindo 562 congressistas, incluindo uma delegação do Ensino Agrícola da Argentina. Na ocasião foi aprovada a Carta de Camboriú, um documento que reuniu as resoluções do encontro, destacando dentre as propostas principais:

- Estabelecer o currículo e conteúdo programático mínimo unificado que contemple as atribuições profissionais estabelecidas pelo Decreto nº 90.922/85;

- Melhorar a formação docente, estabelecendo um plano de capacitação com a implantação de cursos de licenciatura específica para a área agropecuária;
- Potencializar a participação da ATASC/SINTAGRI na formação dos técnicos em agropecuária, dentre outras;
- Manter padrões mínimos de seleção na contratação de professores do Ensino Agrícola.

**1993** – Em julho, aconteceu o IV Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina no Colégio Agrícola de Camboriú. Na época, as preocupações estavam centradas nas prováveis configurações que o Ensino Técnico passaria a ter a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em discussão no Congresso Nacional. As discussões trazidas para o IV Encontro Estadual de Ensino Agrícola evidenciaram a preocupação conjunta das escolas em melhorar a ordenação de seu funcionamento em torno da assunção do trabalho como princípio educativo.

**1995** – Aconteceu em Florianópolis, no mês de julho, o I Encontro Estadual das Escolas Agrícolas. O encontro foi promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio de sua Comissão de Educação, Cultura e Desporto e Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, em conjunto com o Conselho Estadual de Ensino Agrícola. Buscou-se, neste encontro, uma ampla mobilização política em prol da consolidação e do fortalecimento da rede estadual de Ensino Agrícola.

**1996** – Discussão para a criação dos Jogos entre as Escolas Agrícolas do Estado (JEASC).

**1997** – Realização do I JEASC, na cidade de Camboriú, organizado pelo Colégio Agrícola de Camboriú.

**1999** – Realização do II JEASC, na cidade de Araquari, organizado pelo Colégio Agrícola de Araquari.

**2000** – Um marco importante nesse ano foi o início da organização da Avaliação do CONEA, elaborada pelos professores e aplicada para todos os alunos das terceiras séries dos Cursos Técnicos em Agropecuária de Santa Catarina.

Esse ano também marcou o registro definitivo da integração entre o sistema de ensino e o sistema de organização profissional do técnico agrícola. Os eventos consagradores desse intento, em Santa Catarina, passam a ser o II Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas e o V Encontro Estadual de Ensino Agrícola, com realização simultânea no município de Rio do Sul, nos dias 4 e 5 de novembro, numa promoção conjunta entre ATASC, SINTAGRI e CONEA.

**2001** – Realização do III JEASC, na cidade de Concórdia, organizado pela Escola Agrotécnica Federal de Concórdia.

**2002** – Foi organizada a segunda Avaliação do CONEA e definido que, a partir daquele ano, a avaliação seria feita anualmente em todas as Escolas do Estado, com todos os alunos da última fase/ano do Curso Técnico em Agropecuária.

**2003** – Realização do IV JEASC, na cidade de Água Doce, organizado pelo CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva.

**2005** – O CONEA, após 15 anos de funcionamento, ganhou vida como pessoa jurídica de direito privado, com registro junto à Receita Federal, sob o CNPJ 07.497.218/0001-42, registrada no 1º SUBDISTRITO de Registro Civil, Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas de Florianópolis.

Realização do V JEASC, na cidade de São Miguel do Oeste, organizado pelo CEDUP Getúlio Vargas.

**2006** – Foi alterada a grade de competências para a Avaliação Anual do CONEA, a qual passou a utilizar 20 competências, construídas de acordo com as atribuições profissionais do técnico agrícola, conforme previsto em lei.

Iniciaram-se os debates e discussões sobre a necessidade de elaboração de um documento único contemplando as competências, habilidades e conteúdos necessários a serem trabalhados nas Escolas, dando origem, assim, aos cinco fóruns de Ensino Agrícola que começariam a serem organizados no ano de 2007.

Aconteceu o VIII Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina, nos dias 13 e 14 de outubro, na cidade de São João do Oeste, organizado pelo IAESC de Itapiranga.

**2007** – Realização do VI JEASC, na cidade de Rio do Sul, organizado pelo IFC *Campus* Rio do Sul.

Foi organizado, na cidade de Itapiranga, pelo Instituto Assistência e Educação São Canísio, o I Fórum de Ensino Agrícola de Santa Catarina para debater e construir as competências profissionais da área de Produção Vegetal.

**2008** – Na cidade de Água Doce, o CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva realizou o II Fórum de Ensino Agrícola de Santa Catarina para debater e construir as competências profissionais da área de Produção Animal.

**2009** – Realização do VII JEASC, na cidade de Santa Rosa do Sul, organizado pelo IFC *Campus* Santa Rosa do Sul.

Foi organizado na cidade de Araquari, pelo IFC *Campus* Araquari, o III Fórum de Ensino Agrícola de Santa Catarina para debater e construir as competências profissionais da área de Engenharia Agrícola, tais como: Mecanização Agrícola, Irrigação e Drenagem, Desenho Técnico, Construções e Instalações Rurais e Topografia Agrícola.

Também nesse ano, aconteceu, na cidade de Araranguá, o IV Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina e o IX Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina.

**2010** – Foi organizado na cidade de Rio do Sul, pelo IFC *Campus* Rio do Sul, o IV Fórum de Ensino Agrícola de Santa Catarina para debater e construir as competências profissionais da área de Gestão e Agroindústria.

**2011** – Realização do VIII JEASC, na cidade de Xanxerê, organizado pela Escola Agrícola La Salle.

**2012** – Foi organizado na cidade de Xanxerê, pela Escola Agrícola La Salle, nos dias 27 e 28 de setembro, o V Fórum de Ensino Agrícola de Santa Catarina para a unificação, padronização e organização



metodológica dos materiais produzidos nos quatro fóruns anteriores, sendo a Deontologia incorporada às competências.

Também nesse ano, foi realizado na cidade de Florianópolis/SC, de 28 de maio a 01 de junho, o II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, no qual duas atividades foram aprovadas para serem realizadas pelo Instituto Federal Catarinense, sendo uma a atividade autogestionada – mesa-redonda, com o tema: *O currículo do curso técnico em agropecuária: oportunidades e desafios*, proposta pelo professor Rodrigo Martins Monzani, presidente do CONEA na ocasião. A atividade iniciou com uma explanação sobre os 100 anos do Ensino Técnico Agrícola no Brasil, e na sequência o debate sobre o currículo do Curso Técnico em Agropecuária, com enfoque sobre os novos desafios e oportunidades profissionais.

**2013** – Após a conclusão dos debates nos fóruns de Ensino Agrícola, foram alteradas e adaptadas as competências utilizadas na Avaliação Anual do CONEA, passando, a partir desse ano, para 22 competências, e a Avaliação organizada com 66 questões. Já o tempo de realização da prova passou de 3h para 3h30min.

Realização do IX JEASC, na cidade de Canoinhas, organizado pelo CEDUP Caetano Costa.

**2014** – Aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2014, na cidade de Joinville/SC, o II Congresso Nacional de Ensino Agrícola, o V Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina e o X Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina. O evento teve como tema principal: *Educação Profissional, Trabalho e Sustentabilidade*, e contou com a presença de representantes da SETEC/MEC e participantes de sete estados da federação, teve mais de

100 trabalhos técnico-científicos apresentados, além de mesas-redondas e palestras sobre o tema.

**2015** – Realização do X JEASC, na cidade de Videira, organizado pelo IFC *Campus* Videira.

**2016** – Foi implantado o novo sistema de correção dos gabaritos da Avaliação Anual do CONEA, através de um *software* aliado a um aplicativo de *smartphone*. A correção passou a ser mais rápida e eficiente, gerando também uma quantidade maior de informações e indicadores.

**2017** – Foi criado o *site* do CONEA, ordenando todas as informações e documentos desde sua fundação. Além da história e documentação da entidade, o *site* disponibilizou uma área restrita de acesso para cada escola, com os resultados tabulados de todas as avaliações realizadas pelo CONEA, servindo assim, como importante ferramenta de gestão para as unidades trabalharem com seus professores.

Realização do XI JEASC, na cidade de Camboriú, organizado pelo IFC *Campus* Camboriú.

**2018** – Realizado, na cidade de Concórdia, o III Congresso Nacional do Ensino Agrícola (CONEA), o VI Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (CETASC) e o XI Encontro Estadual do Ensino Agrícola (ENEASC). O evento tem como tema: *Educação Profissional, com Ética e Responsabilidade*, organizado pelo IFC *Campus* Concórdia, CONEA e a Federação Nacional de Ensino Agrícola (FENEA). Na ocasião desse evento acontece também o lançamento oficial do livro do CONEA.

## 2.3 Presidentes



Francisco Airton Garcia

Gestão 1990/1991

Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira – Araquari



Marino de Souza Pinto

Gestão 1992/1993

CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – Água Doce



Reinhardt Sievers

Gestão 1994/1995

CEDUP Vidal Ramos – Canoinhas



Luiz Alberto Ferreira

Gestão 1996/1997 e 1998/1999

Colégio Agrícola de Camboriú



José Carlos Brancher  
Gestão 2000/2001 e 2002/2004  
Escola Agrotécnica Federal de Sombrio



Nivaldo Turra  
Gestão 2005/2006  
CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – Água Doce



Wilson Staub

Gestão 2007

CEDUP Getúlio Vargas – São Miguel do Oeste



José Juscelino de Oliveira

Gestão 2008

IFC *Campus* Concórdia



José Orlando Kuhn  
Gestão 2009/2010  
IAESC de Itapiranga



Rodrigo Martins Monzani  
Gestão 2011/2012 e 2013/2014  
IFC *Campus* Araquari



Nelson Rintzel  
Gestão 2015/2016  
CEDUP Campo Erê



Gerson Batistella  
Gestão 2017/2018  
Escola Agrícola La Salle



## **2.4 Jogos das Escolas Agrícolas de Santa Catarina (JEASC)**

Buscando uma maior integração entre as escolas agrícolas de Santa Catarina, o CONEA apoiou, no ano de 1997, a realização dos Jogos entre Escolas Agrícolas de Santa Catarina – I JEASC. Esse evento foi realizado no mês de agosto daquele ano, no Colégio Agrícola de Camboriú, sendo proposto o modelo bianual para as modalidades esportivas.

Os jogos nasceram da iniciativa do professor Ademar Steil, do Colégio Agrícola de Camboriú, e do professor Joverci Pocera, do Colégio Agrícola de Araquari, no ano de 1996. Ambos da rede federal e tendo como mantenedora, na época, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em reunião no Colégio Agrícola de Araquari, entre os professores, foram estudadas as modalidades e debatidos vários assuntos referentes à realização dos jogos, motivação para as escolas participarem, recursos, transporte, hospedagem, alimentação, arbitragem, período de duração, entre outros aspectos.

Após o diálogo, entendeu-se que, como se tratavam de instituições que mantinham o sistema de internato, este fator facilitaria o fornecimento da alimentação às delegações de forma econômica.

Foi realizada uma nova reunião na Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul para a organização dos jogos, com a presença dos professores Ademar Steil, do Colégio Agrícola de Camboriú; Joverci Pocera, do Colégio Agrícola de Araquari; Volney Zunino e professora Angela Poletto, da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul; Jerson

Luiz Isoton, da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia; e o professor Luiz Muraro Neto, do Colégio Agrícola Vidal Ramos. Além dos professores, fizeram-se presentes três alunos representando os colégios de Araquari, Camboriú e Rio do Sul.

Após profícuas discussões, foi definida a primeira edição dos jogos no Colégio Agrícola de Camboriú, como anfitrião, no ano de 1997. Dentre os objetivos principais discutidos estavam:

- Motivar os alunos à prática de esportes durante todo o período letivo;
- Estreitar os laços entre as Instituições de Ensino Agrícola de Santa Catarina;
- Promover a integração entre os alunos e servidores de uma mesma instituição de ensino;
- Divulgar as Instituições de Ensino Agrícola no cenário estadual;
- Melhorar e motivar os alunos nas aulas de Educação Física;
- Aprimorar o convívio dos alunos no internato (hoje moradia estudantil), pois na sua maioria eram internos.

Durante as discussões, pensou-se também sobre a importância de integrar os servidores das instituições. Definiu-se a modalidade de futebol suíço para os servidores, a qual vem sendo disputada até os dias de hoje. Para as servidoras e alunas, em menor número na época, definiu-se a modalidade de voleibol.

Para os alunos, definiram-se duas modalidades, sendo uma obrigatoriamente o futsal e as outras seriam alternadas dentre as modalidades de voleibol, basquetebol e handebol, obedecendo à estrutura e tamanho de cada instituição. Esse trabalho vem até os dias de hoje funcionando e sendo definido pelos professores da área de Educação Física das escolas. Também na reunião foi definido o nome

para o evento, o qual se mantém atualmente, como Jogos das Escolas Agrícolas de Santa Catarina (JEASC).

No início de 1997, um grupo maior de professores se reuniu para programar o I JEASC, no Colégio Agrícola de Camboriú. Nessa reunião estavam presentes os professores Ademar Steil, do Colégio Agrícola de Camboriú; Joverci Pocera, do Colégio Agrícola de Araquari; Volney Zunino e Angela Regina Poletto, da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul; Jerson Luiz Isoton e Zelina Prates Pinheiro Machado, da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia; Artêmio Cecconello, do Colégio Agrícola de Água Doce; Mauro Cobalchini, da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; e o professor Luiz Muraro Neto, do Colégio Agrícola Vidal Ramos. A reunião foi marcada para definir a data da realização, as modalidades, os regulamentos e demais assuntos relevantes para o sucesso do evento. A realização do I JEASC foi programada para sábado e domingo, evitando assim, a perda de aulas. Esse propósito se estendeu por alguns anos e hoje os jogos são realizados nas quintas-feiras (abertura da modalidade de futsal), sextas-feiras e sábados.

Na primeira edição dos jogos, no Colégio Agrícola de Camboriú, participaram sete escolas: os Colégios Agrícolas de Araquari, Camboriú, Canoinhas e Fraiburgo, e as Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio. Os recursos eram poucos e definiu-se que cada uma das instituições participantes contribuísse com parte dos ingredientes para auxiliar na alimentação dos atletas.

O evento foi coberto de êxito e animou os organizadores e participantes, só que não existia a garantia da sua continuidade. Agendou-se uma reunião de avaliação no Colégio Agrícola de São José

do Cerrito. Nesta, foi definida a realização do JEASC de dois em dois anos, obedecendo ao critério de alternância das sedes. Ficou definida a segunda edição para acontecer no Colégio Agrícola de Araquari, no ano de 1999.

Após o sucesso dessa edição e definição da segunda, foram realizadas reuniões nas demais escolas para motivar e solicitar apoio, iniciativa que teve êxito e aumentou o número de instituições participantes. No II JEASC participaram duas novas escolas, o Colégio Agrícola de Água Doce e o Colégio Agrícola de São José do Cerrito. Nesse evento também participaram as entidades profissionais representantes dos técnicos agrícolas de Santa Catarina: a ATASC e o SINTAGRI, que ofereceram suporte logístico e financeiro.

Desde o início, já foram organizadas 11 edições, tendo como escolas organizadoras:

- I JEASC, em 1997 – Colégio Agrícola de Camboriú.
- II JEASC, em 1999 – Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, de Araquari.
- III JEASC, em 2001 – Escola Agrotécnica Federal de Concórdia.
- IV JEASC, em 2003 – CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, de Água Doce.
- V JEASC, em 2005 – CEDUP Getúlio Vargas, de São Miguel do Oeste.
- VI JEASC, em 2007 – Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.
- VII JEASC, em 2009 – IFC *Campus* Santa Rosa do Sul.
- VIII JEASC, em 2011 – Escola Agrícola La Salle, de Xanxerê.

- IX JEASC, em 2013 – CEDUP Vidal Ramos, de Canoinhas.
- X JEASC, em 2015 – IFC *Campus* Videira.
- XI JEASC, em 2017 – IFC *Campus* Camboriú.

Durante a realização dos jogos no IFC *Campus* Santa Rosa do Sul, recém-criado Instituto Federal Catarinense *Campus* Sombrio, a da Reitoria do IFC queria transformar os jogos em um evento exclusivo para as instituições federais. Essa proposição não teve apoio dos colegas professores de Educação Física da Rede Federal, mantendo-se assim a realização dos jogos com mais participantes e modalidades, proporcionando a integração pelo esporte entre professores, técnicos-administrativos, alunos e direções das instituições que buscam cada vez mais formar alunos comprometidos e cidadãos éticos e responsáveis.

Os JEASC proporcionaram também uma grande articulação e integração das instituições que formam profissionais técnicos agrícolas no estado, reunindo instituições federais, estaduais e particulares harmonicamente para as disputas.

## **2.5 Sistema de avaliação**

Uma das finalidades do CONEA e, talvez a principal delas, seja “aprimorar o Ensino Agrícola do Estado de Santa Catarina como pessoa jurídica e de direito privado”.

O sistema de avaliação institucional do CONEA nasceu de conversas e debates durante as reuniões ordinárias do Conselho. Primeiramente, pensou-se nela em face da decisão do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), propor a avaliação dos

estudantes das instituições de ensino do país. Nela se pretendia traçar um parâmetro de como estava a formação dos estudantes das instituições brasileiras de ensino, tanto públicas como privadas. A preocupação com essa possibilidade, motivou o CONEA a antecipar o processo e preparar melhor os nossos alunos para o mercado de trabalho, para a vida profissional e para a avaliação que seria proposta.

Outro ponto de preocupação eram as intermináveis discussões sobre as atribuições profissionais com o Sistema CONFEA/CREA. Nesse ponto, em especial, era comum aos profissionais formados, quando atuavam nas áreas de trabalho, receberem multas, negação de atribuição ou sanções por parte do sistema, mesmo estas fazendo parte da Legislação Profissional que os ampara, como a Lei nº 5.524/1968, o Decreto nº 90.922/1985 e o Decreto-Lei nº 4.560/2002.

A proposta que levou à criação da avaliação do CONEA, em agosto de 2000, intencionava fazer um amplo apanhado dos Componentes Curriculares, Habilidades e Competências indispensáveis para a formação de um profissional Técnico Agrícola, conforme preconiza a legislação vigente. Esse profissional, de posse desses conhecimentos, tende a estar capacitado para exercer a sua profissão com competência, responsabilidade e atendendo o que lhe ampara a legislação. O CONEA se preocupa em formar um profissional eclético, que possa atuar nos mais diversos ramos da agropecuária, pois melhorar a vida no campo é trazer melhorias a toda a sociedade.

### *2.5.1 A primeira avaliação no ano 2000*

Em agosto de 2000, o CONEA se reuniu na Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina, em Florianópolis, para organizar e elaborar a primeira avaliação. Estavam presentes, naquela data, os professores Carlos Antonio Krause e José Carlos Brancher, da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; Luiz Alberto Ferreira, do Colégio Agrícola de Camboriú; Dilmo Branger, do Colégio Agrícola Caetano Costa; Reinhardt Sievers, do Centro de Educação Profissional Vidal Ramos; e duas professoras cedidas pela Secretaria da Educação do Estado.

Na primeira construção da avaliação, foi solicitado às direções e aos representantes das treze escolas filiadas ao conselho, que incentivassem os colegas a enviarem duas questões, por competência profissional, da disciplina que ministravam. A adesão foi muito abaixo do esperado, com pouca participação. Primeiramente, por desconhecimento, e em segundo lugar, pela falta de credibilidade no processo, além da falta de motivação dos responsáveis nas instituições.

O trabalho de conclusão deste primeiro processo avaliativo coube ao professor Carlos Antonio Krause, também escolhido pelo grupo como o coordenador da avaliação do ano 2000.

Nesse primeiro trabalho, as questões seguiam as 14 competências profissionais construídas pelo MEC/SEMTEC e sugeridas e distribuídas para as instituições de ensino. A avaliação era composta por cinquenta e uma questões de múltipla escolha, com três questões por

competência, sendo que a segunda competência apresentava seis subdivisões com duas questões cada.

Durante o roteiro de visitas que as entidades profissionais ATASC/SINTAGRI/CONEA faziam às escolas, onde eram repassadas informações aos alunos sobre a futura profissão e legislação correspondente, o CONEA reunia os professores e as direções para esclarecer, divulgar e debater sobre as atividades desenvolvidas e também os resultados que seriam esperados. A ênfase sempre esteve na preocupação com o diagnóstico e evolução da qualidade do Ensino Agrícola, sem o interesse de classificar as escolas agrícolas do Estado em qualquer tipo de *ranking*.

A proposta sempre defendia a melhoria da qualidade do ensino e do profissional formado pelas instituições parceiras.

Desse trabalho, a princípio despretensioso, o CONEA obteve um resultado inédito no âmbito do Ensino Técnico Agrícola de Nível Médio no Brasil.

### ***2.5.2 A primeira correção da avaliação***

Após a primeira aplicação da avaliação, em 2000, foram recolhidos os gabaritos e enviados para a sede das entidades, em Florianópolis, para correção. Na primeira edição foram corrigidos apenas 10% dos gabaritos, sendo estes escolhidos aleatoriamente. Os demais seriam corrigidos pelas escolas, que divulgariam os resultados para seus alunos. Na segunda edição da avaliação, para maior confiabilidade dos resultados, foram corrigidos 100% dos gabaritos.



A aplicação da avaliação, na segunda edição, passou a ser feita sob responsabilidade das entidades ATASC/SINTAGRI, que recebiam as provas e as aplicavam conjuntamente com os representantes das instituições de ensino. Além da aplicação, também eram encarregados de enviarem os gabaritos à sede das entidades, para correção.

Em reunião ordinária do CONEA, com a presença dos representantes das escolas, eram corrigidos manualmente todos os gabaritos, sendo os resultados utilizados para a avaliação do processo, definindo-se a cada ano novas metas a serem alcançadas.

### ***2.5.3 Os objetivos e as melhorias obtidos pelo sistema de avaliação***

Vários objetivos foram traçados, e serão abaixo destacados, pois houve grande êxito na aplicação da avaliação do CONEA.

Como objetivo geral, busca-se formar um profissional Técnico Agrícola que atenda à legislação profissional e esteja capacitado para atender às demandas do mercado e dos produtores rurais, promovendo transformações que a sociedade espera.

Dentre os objetivos específicos, pode-se destacar:

- Obter subsídios para revisar os programas de ensino;
- Estabelecer parâmetros que permitam melhorar as competências, habilidades e bases tecnológicas;
- Contribuir para a elaboração de matrizes curriculares mais homogêneas, respeitando a regionalidade;
- Contribuir para a qualidade da formação profissional dos Técnicos Agrícolas;

- Identificar e discutir novas tendências para o ensino agrícola;
- Possibilitar aos professores uma avaliação da sua disciplina;
- Discutir e propor soluções para as habilidades profissionais não atingidas.

Observa-se que, durante todos esses anos de aplicação da avaliação, houve uma grande evolução do processo por meio do intercâmbio, troca de informações, conhecimentos, trabalhos conjuntos e compartilhados.

Acompanhando durante todos esses anos e analisando as questões das primeiras versões da construção da avaliação, destaca-se a qualidade das questões a cada edição. Em especial, pela presença dos colegas das instituições na elaboração e correção. Há uma troca de conhecimentos e informações na atuação de cada instituição, que facilita a interação e faz com que sejam aprimorados procedimentos e ações que estão tendo sucesso nas diferentes instituições parceiras.

Outro ponto a ser destacado, após o início das avaliações, foi a realização dos cinco Fóruns de Ensino Agrícola, que traçaram uma diretriz curricular para ser seguida. Nestes, obteve-se uma ampla discussão de todos os componentes curriculares, revisões e adequações regionalizadas das Competências da Produção Vegetal, Produção Animal, Engenharia Agrícola, e Gestão e Agroindústria.

O destaque fica também na elaboração das questões, para quem acompanhou desde o início as avaliações construídas e aplicadas pode, claramente, observar a elevação da qualidade das questões elaboradas e propostas para a avaliação.

## *2.5.4 A estruturação, construção e correção da avaliação*

### 2.5.4.1 A estruturação da avaliação

O trabalho consiste na escolha da escola e do professor responsável pela coordenação da avaliação na primeira reunião ordinária do CONEA de cada ano. Esta instituição, sob a coordenação do professor responsável, faz o recolhimento das questões vindas das escolas e as seleciona por competência dentro das quatro grandes áreas.

Nesse momento, é importante o trabalho do coordenador, que deve organizar as pastas com a mescla das questões, dentro das respectivas competências profissionais, para que não se tenha o conhecimento do local de origem das perguntas que irão compor a avaliação.

É importante ressaltar que os representantes das escolas têm uma data limite para a entrega do material ao coordenador geral da avaliação. Faz-se necessário nessa fase a motivação dos professores, pelo representante da escola, para elaborarem as três questões por competência dentro da sua área de atuação.

Ao longo dos anos, assumiram como coordenadores das avaliações os professores:

- Avaliação do CONEA ano 2000 – Carlos Antonio Krause (EAF de Sombrio).
- Avaliação do CONEA ano 2002 – José Carlos Brancher (EAF de Sombrio).
- Avaliação do CONEA ano 2003 – Afrânio Austregésilo Thiel (EAF de Camboriú).

- Avaliação do CONEA ano 2004 – José Carlos Brancher (EAF de Sombrio).
- Avaliação do CONEA ano 2005 – Oscar Emilio Ludtke Harthmann (EAF de Rio do Sul).
- Avaliação do CONEA ano 2006 – Gerson Batistella (Escola Agrícola La Salle).
- Avaliação do CONEA ano 2007 – Gerson Batistella (Escola Agrícola La Salle).
- Avaliação do CONEA ano 2008 – José Juscelino de Oliveira (IFET *Campus* Concórdia).
- Avaliação do CONEA ano 2009 – Rodrigo Martins Monzani (IFET *Campus* Araquari).
- Avaliação do CONEA ano 2010 – Rodrigo Martins Monzani (IFET *Campus* Araquari).
- Avaliação do CONEA ano 2011 – Almir Luiz Vedana Zaparolli (CEDUP Caetano Costa).
- Avaliação do CONEA ano 2012 – Rodrigo Martins Monzani (IFC *Campus* Araquari).
- Avaliação do CONEA ano 2013 – Ricardo Schimitz (IAESC Itapiranga).
- Avaliação do CONEA ano 2014 – Gilmar Silvério da Rocha (IFC *Campus* Rio do Sul).
- Avaliação do CONEA ano 2015 – Ricardo Scalco (CEDUP Getúlio Vargas).
- Avaliação do CONEA ano 2016 – Ricardo Scalco (CEDUP Getúlio Vargas).

- Avaliação do CONEA ano 2017 – Marino de Souza Pinto (CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva).
- Avaliação do CONEA ano 2018 – Marino de Souza Pinto (CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva).

#### 2.5.4.2 A construção da avaliação

O professor coordenador, de posse das questões recebidas e já organizadas nas respectivas pastas das áreas, acerta com o presidente do CONEA a data para a escolha das questões que comporão a avaliação. Há na solicitação a motivação para que todos participem com três a quatro professores ou técnicos, preferencialmente das quatro grandes áreas, para a seleção das perguntas.

As perguntas são reunidas pelas áreas de conhecimento, em material impresso, e são distribuídas aos grupos que são formados para selecioná-las. Há uma leitura prévia, dentro de cada grupo, das questões propostas, sendo selecionadas as que têm maior representatividade e abrangência do conhecimento.

Também é importante ressaltar que há a preocupação em escolher perguntas que contemplem questões de baixa, média e alta complexidade, tornando assim, a prova mais homogênea e representativa do conhecimento real dos alunos nos conteúdos recebidos durante os três anos do curso.

De posse das questões selecionadas pelo grupo, estas são repassadas ao coordenador, que as reúne por competência, formando a avaliação. Após serem contempladas todas as questões que comporão a prova, o grupo se reúne e apresenta na tela o material. São feitas as

devidas correções, discussões, ponderações e análises para verificar se não há repetições de edições anteriores da avaliação. Essa observação é importante, pois é sugerido às escolas que apliquem a avaliação do ano anterior para que seus alunos possam conhecer a dinâmica e funcionamento.

Feito esse trabalho, o grupo aprova a elaboração da avaliação, que ainda passará pela revisão ortográfica. A avaliação é entregue ao representante das entidades, que irá providenciar a impressão e, posteriormente, a separação dos pacotes para cada instituição.

Convém ressaltar que todo o material utilizado durante o processo de construção é lacrado, ficando sob os cuidados do presidente do CONEA ou do coordenador da avaliação. Essas medidas de segurança são importantes para garantir a credibilidade do processo de avaliação.

#### 2.5.4.3 A composição da avaliação

Durante os dezessete anos de aplicação da avaliação, esta passou por três reestruturações até chegar ao modelo atual. Nas primeiras edições, trabalhou-se com catorze competências profissionais, sendo uma delas subdividida em seis, com três questões para cada competência e duas para as subdivisões, totalizando uma avaliação com cinquenta e uma questões.

Na segunda reestruturação, a avaliação foi construída com vinte competências profissionais, sendo que nesta fase foram desmembradas algumas competências, já fruto das discussões dos fóruns. Assim, a avaliação passou a contar com sessenta questões, continuando com as

três questões por competência.

Num período mais recente, após o seminário para confirmação das discussões dos cinco Fóruns de Ensino Agrícola e construção final do documento base, chegou-se a vinte e duas competências profissionais, a serem seguidas e instrumentalizadas pelas escolas. Estas representam a abrangência final que se buscou para o documento e para que a Legislação Profissional do Técnico Agrícola fosse atendida na integralidade, a fim de formar um bom e preparado profissional para atuar no mercado. Portanto, nessas últimas edições, a avaliação passou a ser composta de sessenta e seis questões.

Todas as questões que compõem a avaliação são de múltipla escolha, cada uma contendo cinco opções de respostas, sempre com apenas uma opção correta.

#### 2.5.4.4 A evolução do sistema de correção

Em Santa Catarina, das 12 escolas filiadas ao CONEA, participam, anualmente, do processo avaliativo, mais de 800 estudantes da terceira série.

Assim, para a correção manual de mais de 800 avaliações, sempre foi demandado um bom número de profissionais. Pois, a correção de cada gabarito exigia atenção para marcar e somar os acertos por competência e acertos totais, a fim de calcular a média final de cada aluno e a média final de cada competência.

Com o decorrer do tempo a avaliação foi crescendo, aumentando o número de questões e a demanda por mais profissionais, além de um

maior cuidado na tabulação dos dados, para que não houvesse erros e nem prejuízos aos alunos e aos objetivos do CONEA.

A sistemática de correção consistia na divisão dos participantes em grupos de trabalho, entre quatro e cinco membros, e estes faziam a totalização dos acertos por aluno, por competência e por escola.

Após a totalização dos números, estes eram lançados pelo coordenador da avaliação em planilhas eletrônicas, para serem representados em tabelas e gráficos. Convém ressaltar que se trata de um trabalho muito minucioso e cuidadoso, pois apenas um erro cometido, demanda grande tempo para ajuste. A preocupação nas correções era mesclar as pessoas mais experientes com os novatos para facilitar o processo.

Durante as quinze primeiras edições da avaliação adotou-se a mesma sistemática de correção, o que exigia muito trabalho, pois alguns erros faziam com que o processo reiniciasse para que pudesse ser corrigido e ajustado.

No ano de 2016, os professores Gerson Batistella e Mauro Porto Colli, ambos da Escola Agrícola La Salle, apresentaram um novo sistema de correção dos gabaritos, que foi aceito pelo Conselho e implementado para as avaliações a partir do respectivo ano.

O novo sistema utiliza um *software online* associado a um aplicativo de *smartphone*, que além de proporcionar os dados e gráficos já gerados pelo antigo sistema de correção, proporciona também dados individuais de cada aluno, com sua média individual e seus acertos por competência e por questão.



Para seu funcionamento, o sistema precisa ser alimentado com antecedência, com o nome e número de matrícula de cada um dos alunos que farão a avaliação, pois a identificação do aluno, na correção pelo aplicativo, é feita pelo seu número preenchido no novo gabarito. Assim, organizou-se uma nova dinâmica entre as escolas.

Após a elaboração da Avaliação pelo Conselho, as escolas encaminham a relação de todos os alunos que farão a avaliação, em planilha de Excel, para o secretário do CONEA que, depois de receber a relação dos alunos das 12 Escolas Agrícolas do Estado, faz uma numeração sequencial de três dígitos, começando com o número 001. Após a numeração de cada aluno ser gerada, ela é considerada no sistema de correção como a identificação do aluno e é enviada para cada escola. Ao receber os números de identificação de seus alunos, cada escola se compromete a orientar a forma de preenchimento do gabarito, no qual são disponibilizados: o modelo oficial de gabarito e o exemplo de preenchimento.

Para a correção dos gabaritos através do aplicativo, passou a ser suficiente a presença de apenas um representante por escola, para somente acompanhar o processo que é conduzido por dois professores. O trabalho de correção, que antes demorava em média oito horas, passou a ser feito em duas horas, com maior eficiência e eficácia, sendo mais transparente, além de oferecer mais indicadores de resultados para serem utilizados pelas Escolas como ferramentas pedagógicas e de gestão.

## 2.6 Os Fóruns de Ensino Agrícola de Santa Catarina

No ano de 2006, em assembleia ordinária do CONEA, realizada em março, no CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, em Água Doce, e depois em assembleia extraordinária, realizada em junho, no Centro de Treinamento da Epagri, em Campos Novos, o grupo de professores decidiu alterar e adequar as competências utilizadas na avaliação de acordo com as atribuições legais dos Técnicos Agrícolas e, por consequência, atender às demandas do mercado de trabalho. Assim, de 14 competências, passou-se a utilizar a partir desse ano, 20 competências para compor a avaliação anual do Conselho.

Porém, a partir dessa alteração, começou um novo debate entre os professores, pois se as novas competências foram construídas de acordo com as atribuições profissionais e, por conseguinte, com as demandas do mercado de trabalho, não bastava apenas cobrá-las na avaliação anual. As competências deveriam ser trabalhadas nas escolas, contempladas em forma de disciplinas ou conteúdos afins na matriz curricular.

Essa nova discussão deu origem aos Fóruns de Ensino Agrícola de Santa Catarina, organizados pelo CONEA para debater a qualidade do ensino e a preparação profissional dos técnicos em agropecuária que estavam sendo formados.

Os Fóruns aconteceram entre 2007 e 2012, organizados nas seguintes Instituições de Ensino vinculadas ao CONEA:

- I Fórum em 2007 – No Instituto Assistência e Educação São Canísio (IAESC) de Itapiranga, coordenado pelo professor José Orlando Khun.

- II Fórum em 2008 – No CEDUP Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva de Água Doce, coordenado pelo professor Lindomar Menegat.
- III Fórum em 2009 – No IFC *Campus* Araquari, coordenado pelo professor Rodrigo Martins Monzani.
- IV Fórum em 2010 – No IFC *Campus* Rio do Sul, coordenado pelo professor Everton Juffo.
- V Fórum em 2012 – Na Escola Agrícola La Salle de Xanxerê, coordenado pelo professor Gerson Batistella.

Para melhor clareza das atribuições profissionais dos técnicos agrícolas e as reais demandas e necessidades desses profissionais no mercado de trabalho, participaram de todos os fóruns os profissionais técnicos agrícolas associados na ATASC/SINTAGRI, que atuavam nos setores públicos e privados, nas áreas de assistência técnica, extensão rural, produção vegetal e animal, engenharia agrícola, vendas e gestão.

A contribuição desses profissionais foi extremamente relevante nos debates com os professores, coordenadores e gestores das escolas, e proporcionou melhor compreensão das reais necessidades dos técnicos em agropecuária, que devem ser trabalhadas pelas Escolas na formação desses profissionais.

Foram estabelecidos pelo CONEA alguns objetivos a serem alcançados com a realização dos fóruns, sendo eles:

- Promover uma ampla discussão dos conteúdos programáticos das áreas: Produção Vegetal, Produção Animal, Engenharia Agrícola e Gestão para o ensino agrícola;
- Aprimorar as discussões para melhorar o processo ensino-aprendizagem;

- Fortalecer as relações entre os professores das escolas agrícolas e as entidades profissionais;
- Trocar experiências das diferentes áreas de atuação e das unidades educativas de produção;
- Fortalecer as relações do ensino agrícola e das instituições de ensino do estado;
- Discutir as novas demandas sociais, econômicas, ambientais e suas relações com o mercado de trabalho e com os novos profissionais;
- Promover um constante aperfeiçoamento do corpo técnico das instituições de ensino;
- Oportunizar *feedback* entre os profissionais das instituições de ensino e do mercado de trabalho;
- Conhecer e debater as atribuições profissionais dos técnicos agrícolas de acordo com a legislação profissional;
- Promover debate entre as entidades profissionais dos técnicos agrícolas e do Sistema CONFEA/CREA.

A partir das 20 competências para a Avaliação Anual do CONEA, foram criadas quatro diferentes áreas de estudo, dividindo as competências nas áreas de Produção Vegetal, Produção Animal, Engenharia Agrícola, e Gestão e Agroindústria.

Assim, foi estabelecida a discussão sobre uma área por ano, definindo com clareza as competências, habilidades e conteúdos necessários para cada área, que foram então consideradas indispensáveis na formação dos alunos.

No I Fórum, foi trabalhada a área de Produção Vegetal, que contemplou as competências de: agricultura, culturas anuais,

fruticultura, olericultura, silvicultura, viveiricultura, paisagismo e defesa sanitária vegetal. No II Fórum, foi a vez da área de Produção Animal, com as competências de: zootecnia e defesa sanitária animal, forragicultura, criações de animais de pequeno porte, criações de animais de médio porte e criações de animais de grande porte.

No III Fórum, na cidade de Araquari, foram trabalhadas as competências da área de Engenharia Agrícola, sendo elas: desenho técnico e topografia, construções e instalações rurais, irrigação e drenagem, e mecanização agrícola. Na cidade de Rio do Sul, local da realização do IV Fórum, foi trabalhada a área de Gestão, contemplando as competências de: agroindústria, administração e economia rural, associativismo, cooperativismo e extensão rural, planejamento e projetos agropecuários, deontologia e organização profissional.

O V Fórum, que aconteceu no ano de 2012, na Escola Agrícola La Salle de Xanxerê, foi organizado com o objetivo de unificar e padronizar metodologicamente os materiais produzidos nos fóruns anteriores, construindo assim um documento único com as competências, habilidades e bases tecnológicas de cada área, como proposta do CONEA a ser trabalhada em todas as Escolas Agrícolas do Estado de Santa Catarina.

A proposta futura do CONEA é produzir materiais didáticos que contemplem os conteúdos elencados nas competências elaboradas durante a realização dos cinco fóruns, para que os professores possam utilizá-los em sala de aula.



## ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA

### **3.1 Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina – ATASC**



Fundada em 24 de julho de 1977, na cidade de Chapecó/SC, com registro no Cartório de Primeiro Ofício da Comarca de Chapecó, sob o número 421, datado de 02 de setembro de 1977, declarada de utilidade pública através da Lei nº 6.685, de 13 de novembro de 1985, é uma instituição de caráter técnico-científico-político-social e cultural, com a finalidade de desenvolver atividades de apoio e defesa do exercício profissional dos Técnicos Agrícolas do Estado de Santa Catarina, como pessoa jurídica de direito privado.

A orientação dos profissionais quanto ao exercício da profissão, atribuições profissionais, ética, registro profissional, bem como a

responsabilidade técnica por empreendimentos do complexo agropecuário, florestal, pesqueiro e ambiental são de responsabilidade dessa entidade, cabendo ainda a ela, a representação da categoria junto ao órgão fiscalizador da profissão.

A ATASC, por meio de parcerias, é responsável pela política de qualificação e aprimoramento dos profissionais, promovendo a realização de cursos, congressos e seminários, buscando sempre o aprimoramento e a evolução tecnológica, disponibilizando ferramentas de informações que contribuam para o bom desempenho das atividades profissionais, garantindo, assim, a prestação de serviço de qualidade por meio do seu quadro social.

Sua sede e foro encontra-se hoje em Florianópolis/SC e a atuação no Estado se dá por meio de sua Diretoria Executiva e 29 núcleos regionais estabelecidos nas mais diversas regiões do Estado, o que proporciona sua representatividade e capilaridade em todo o território catarinense.

### **3.2 Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina – SINTAGRI**





Fundado em 30 de agosto de 1987, em Lages/SC, com sede e foro em Florianópolis/SC, com registro no Ministério do Trabalho sob o número 012.000.02815-4, datado de 18 de dezembro de 1987, é uma entidade sindical de primeiro grau, constituída para fins não econômicos de estudo, coordenação, proteção, defesa dos interesses e direitos, e representação legal da categoria dos profissionais Técnicos Agrícolas e suas modalidades junto aos empregadores e outros órgãos por meio de negociações trabalhistas e outras atividades que garantam no mercado de trabalho, melhores remunerações e condições de trabalho, além do livre exercício profissional dos Técnicos Agrícolas do Estado de Santa Catarina.

O SINTAGRI não está ligado a entidades sindicais de segundo e terceiro grau, por seus sócios entenderem que sindicalismo se faz com pessoas e que toda e qualquer estrutura sindical deve produzir seus próprios recursos por autofinanciamento.

Assim, o SINTAGRI atua de forma firme e determinada junto ao setor produtivo primário, agropecuário, ambiental e florestal, garantindo aos seus representados melhores condições de trabalho, com remuneração digna e respeito à Consolidação das Leis do Trabalho e às Convenções de Trabalho assinadas pelo Brasil junto à Organização Internacional do Trabalho.

Todos os setores organizados da economia catarinense, que possuem atividade técnica relacionada a esta profissão, têm hoje acordo e/ou convenções coletivas de trabalho assinadas com o SINTAGRI, devidamente homologadas e registradas pela Superintendência Regional de Trabalho e Renda do Ministério do Trabalho, o que tem garantido inúmeros avanços e conquistas no âmbito das relações do trabalho.

Sua atuação na base é feita pela Diretoria Executiva e por seus 24 diretores regionais que não mediram esforços para que o Sindicato tenha se tornado o defensor dos interesses coletivos da categoria.

### **3.3 Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais – UNITAGRI**



Fundada em 13 de outubro de 1996, em São Ludgero/SC, a UNITAGRI é uma cooperativa de trabalho com registro sob o número 405, junto à Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OCESC), e foi criada por um grupo de profissionais Técnicos Agrícolas especializados em áreas do complexo agropecuário, florestal e ambiental para prestar serviços de assessoria, assistência técnica, consultoria e execução de projetos, desde o planejamento, produção, beneficiamento até a comercialização, tendo área de atuação no território nacional e países do Mercosul.

Inicialmente, a UNITAGRI atuava principalmente nas áreas de jardinagem e arborização urbana. Com o passar dos anos, deu início às

atividades de elaboração de projetos financeiros, estando hoje credenciada pelos Bancos oficiais e privados para exercer esta atividade, atuando também na árdua tarefa de Laudos de Proagro, sempre que situações adversas de clima tenham participação negativa na produção agropecuária. A assistência técnica a propriedades rurais iniciou-se quando o Projeto Microbacias foi posto em prática em Santa Catarina, no qual mais de duzentos profissionais atuaram diretamente no campo, fazendo com que o projeto tenha sido executado e tido como exemplo para todo o País. Essa atuação rendeu à UNITAGRI o credenciamento, junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, como empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, o que tem garantido a ela o desenvolvimento de uma série de atividades na área.

A UNITAGRI é considerada hoje a melhor e maior empresa de ATER privada em Santa Catarina. Sua sede e foro estão no município de Camboriú/SC e sua representatividade é feita pelo Presidente, pelos membros do Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.



## O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA

Fazem parte atualmente do Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (CONEA) 12 Instituições de Ensino – que formam profissionais Técnicos em Agropecuária – e estão distribuídas geograficamente em todo o território do Estado.

Será apresentado abaixo um breve histórico de cada Instituição. Consta também o histórico do Instituto Assistencial São Canísio, localizado na cidade de Itapiranga, que no ano de 2013 encerrou suas atividades.

## 4.1 Centro de Educação Profissional Caetano Costa – São José do Cerrito



O Colégio Agrícola Caetano Costa foi fundado em 24 de junho de 1940, tendo seu funcionamento inicial na cidade de Lages (hoje Centro de Ciências Agroveterinárias CAV). A partir de 1979, foi transferido para o município de São José do Cerrito, onde funciona até os dias atuais.

Por meio da Portaria E017-SED, de 28 de março de 2000, o Colégio Agrícola Caetano Costa passou a se chamar Centro de Educação Profissional (CEDUP) Caetano Costa.

Está localizado às margens da BR 282 – Km 246, na localidade de Itararé, distante 12 km da sede do município de São José do Cerrito e a 25 km da sede do município de Lages. A escola dispõe de recursos humanos, equipamentos, órgãos de assessoramento, Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE/E), laboratórios didáticos e de produção. Possui uma área de 170 hectares, onde desenvolve as

atividades didáticas e de produção, tais como: Olericultura, Fruticultura, Bovinocultura de Corte e de Leite, Suinocultura, Ovinocultura, Piscicultura, Apicultura, Silvicultura, Jardinagem e Paisagismo, Avicultura de Corte e de Postura, Culturas Anuais, Agroecologia e Indústrias Rurais.

O CEDUP Caetano Costa ministra o Curso Técnico em Agropecuária em concomitância com o Ensino Médio, tendo como entidade mantenedora a Secretaria de Estado da Educação e a Cooperativa Escola dos Alunos do CEDUP Caetano Costa (COOPERCOSTA).

O Curso Técnico em Agropecuária recebe alunos de várias regiões, na sua maioria oriundos da região Sul, recebendo também alunos de outros Estados do Brasil, filhos de pequenos, médios e grandes produtores rurais, alunos de centros rurais e urbanos que, em regime de internato e semi-internato, buscam uma filosofia de liderança, iniciativa, criatividade, responsabilidade, organização, planejamento e desenvoltura, para que com conhecimento teórico, prático e treinamentos de liderança, possam se tornar eficientes e competentes Técnicos em Agropecuária. Atualmente, o CEDUP Caetano Costa conta com 175 alunos regularmente matriculados em período integral.

Em sua estrutura física, a escola conta com salas de aula, biblioteca, refeitório, espaço para funcionamento do grêmio estudantil, ginásio, quadras desportivas e alojamento.

Na estrutura humana, conta com 23 professores, 45 servidores e no setor administrativo há um assistente técnico-pedagógico, um assistente de educação e dois diretores.

O curso tem a duração de três anos e meio, sendo que três anos são desenvolvidos na unidade escolar, e após é realizado o estágio curricular em empresas do ramo. Paralelo ao ensino profissionalizante, a escola oferece o Ensino Médio concomitante, formando Técnicos em Agropecuária.

#### **4.2 Centro de Educação Profissional de Campo Erê – Campo Erê**



No ano de 1986, deu-se início a primeira etapa de construção do Colégio Agrícola, quando a Prefeitura Municipal de Campo Erê assinou o convênio com o MEC. Um ano depois, esse estabelecimento já contava com o apoio e a ajuda da Associação Municipal de Educação, a qual assinou, no dia 03 de maio de 1988, o convênio com a Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), que assumiu a folha de pagamento do pessoal e o Colégio Agrícola Campo Erê (CACE)



enquadrou-se na sua rede de ensino, sob o código 776001032250, criado pelo Decreto nº 1176, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina em 20 de setembro de 1987. Localizado na Fazenda Primavera, SC 469 Km 07, em Campo Erê/SC, inicia suas atividades na área pedagógica, em 16 de maio de 1988, com o Curso de Pré-qualificação em Agropecuária, atendendo alunos de 5ª a 8ª série do 1º grau, estes oriundos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em 1992, com a extinção da FESC, o CACE passou a pertencer diretamente à Secretaria Estadual de Educação e do Desporto. Com as mudanças regidas pela nova LDB – Capítulo III, artigos 39, 40, 41, 42, no que tange à Educação Profissional –, em 1998, iniciou gradativamente a extinção do Curso de Pré-qualificação em Agropecuária, o qual pré-qualificou 308 jovens, inclusive moças, de mais de 30 municípios da região, entre estes destacam-se: Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Anchieta, Palma Sola, Galvão, Serra Alta, Maravilha, Pinhalzinho, Guaraciaba, Salgado Filho, Jupiá e outros.

Em 14 de dezembro 1999 foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação o Curso de Ensino Médio Técnico em Agropecuária, na modalidade Concomitante. Em 30 de dezembro de 1999 foi doado todo o patrimônio existente no Colégio Agrícola para o Estado. E no ano 2000, o CACE passou a ser Centro de Educação Profissional (CEDUP).

Em 24 de abril de 2006, por meio do parecer da Comissão Especial de Educação Profissional nº 39, foi aprovado o Ensino Médio Subsequente, o qual tem duração de 18 meses, mais o período de estágio externo supervisionado, com carga horária de 360 horas. Os egressos dessa modalidade de curso deverão já ter cursado o Ensino Médio, pois como o Ensino Médio Subsequente é um curso profissionalizante, nele

serão ministradas somente as disciplinas da área técnica.

No ano 2008, através do Parecer nº 443/08, foi aprovado o curso de Ensino Médio Técnico em Agroecologia, na modalidade Integrado, o qual tem duração de três anos, mais o estágio supervisionado com carga horária de 300 horas.

Atualmente, está em fase de acabamento a ala de laboratórios, onde o CEDUP Campo Erê conta com a seguinte estrutura:

- Laboratório de Biologia (em uso/concluído);
- Laboratório de Química (em uso, quase concluído);
- Laboratório de Topografia e Desenho Técnico (em uso/concluído);
- Laboratório de Solos (em planejamento);
- Laboratório de Informática Básica (em uso/concluído);
- Laboratório de Cozinha e Serviço Culinário/ Panificação e Confeitaria (em planejamento);
- Centro de Memória do CEDUP Campo Erê (em planejamento);
- Sala de Videoconferência (em uso/concluída);
- Auditório com capacidade para 250 pessoas (em uso/concluída).

O CEDUP Campo Erê conta com uma área de 48,4 hectares, onde está inserida a Instituição de Ensino, a qual dispõe, atualmente, de dez salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, secretaria, setor de estágio, setor pedagógico, direção, sala dos professores, sala de reuniões, almoxarifado, cozinha anexa ao refeitório, alojamento com capacidade para 130 alunos do Curso Técnico em Agropecuária, padaria, lavanderia, sala de digitação, Material de Ensino-Aprendizagem (MEA), sanitários feminino e masculino para alunos e professores, setores didáticos produtivos, quadra de esportes sem cobertura, campo de futebol, Cooperativa-Escola, auditório, sala de

videoconferência, laboratório de topografia e desenho técnico, laboratório de química, laboratório de biologia, laboratório de solos, laboratório de culinária e padaria (em fase de montagem), e depósito.

### **4.3 Centro de Educação Profissional Vidal Ramos – Canoinhas**



O Centro de Educação Profissional Vidal Ramos, fundado em 1939, situa-se em Canoinhas/SC, Distrito de Marçílio Dias, e possui uma área de 6.049.281 m<sup>2</sup>. O nome Vidal Ramos é uma homenagem de Nereu Ramos a seu pai, o Sr. Vidal José de Oliveira Ramos.

Iniciou as atividades em 1941 como Instituto Agronômico, logo após passou a denominar-se Escola Prática de Agricultura e Campo Experimental de Sementes de Trigo, e a partir de 1959 passou para Ginásio Agrícola, ministrando curso regular de 4 anos, equivalente ao 1º Grau.

Em 1974, foi autorizado o funcionamento do 2º Grau, com a habilitação Técnico em Agropecuária e, em 1976, foi transformado em Colégio Agrícola.

Em 1983, foi constituída a Cooperativa dos Alunos (COOPESA), que funciona no âmbito administrativo, no qual é canalizada a comercialização agropastoril, tendo como objetivo principal educar os alunos dentro dos princípios cooperativistas. Essa cooperativa é regida por estatuto próprio, sendo sua diretoria formada essencialmente por alunos.

A partir de 05 de abril de 2000, o Colégio Agrícola passou a denominar-se Centro de Educação Profissional Vidal Ramos.

A Instituição é um Centro de Educação Profissional voltado para a formação na área primária da economia, habilitando no eixo temático de recursos naturais: Técnico em Agropecuária, concomitante com o Ensino Médio; e Técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente.

Atualmente, o Colégio possui 255 alunos matriculados, disponibilizando aos estudantes de nível Médio, regime de internato para o sexo masculino e semi-internato para ambos os sexos. Seu corpo discente é formado por alunos de diversos Estados, especialmente de Santa Catarina.

Primando cada vez mais pela qualidade do ensino e o aperfeiçoamento tecnológico, o CEDUP Vidal Ramos desenvolve atividades agro-silvo-pastoril, produzindo grande parte do que é consumido pelo economato.

O CEDUP Vidal Ramos está sob coordenação do diretor geral, professor Adilson Luiz de Azevedo Velho, e da assessora professora Rosicler Schulka Burigo, tendo seu quadro funcional formado por 69 servidores, dos quais 36 fazem parte do corpo docente.

A área profissionalizante está sob responsabilidade de 19 professores que, além da parte teórica, desenvolvem atividades nos setores de produção, sendo estas distribuídas nos projetos de agricultura, avicultura, bovinocultura, fruticultura, horticultura, indústrias rurais, silvicultura e suinocultura, oportunizando a relação teoria e prática, evidenciando o lema “Aprender a fazer, fazendo”.

O CEDUP Vidal Ramos também busca integrar métodos educacionais inovadores, nos quais o conhecimento historicamente construído seja referência para entender e interagir na transformação da sociedade, possibilitando a inclusão social, com visão voltada para a sustentabilidade e comprometimento com o meio ambiente.

Desenvolve o conhecimento técnico-pedagógico nas atividades teórico-práticas que complementam as competências e habilidades, enaltecendo a missão de educar qualificando o aluno tecnicamente para o mundo do trabalho, visando à formação do cidadão com conhecimento generalista, empreendedor, participativo, ético, transformador e humanitário.

#### 4.4 Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas – São Miguel do Oeste



O Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas, antes denominado Escola Agrícola Getúlio Vargas, foi criado em 04 de julho de 1987, iniciando suas atividades escolares em 16 de maio de 1988, oferecendo Ensino Fundamental com pré-qualificação em Agropecuária, atendendo duas turmas de 5ª série, sendo as demais séries implantadas gradativamente.

Em 1996, a escola passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária, autorizado pelo parecer do Conselho Estadual de Educação nº 45, de 22 de fevereiro de 1996, vindo a extinguir o Ensino Fundamental, gradativamente. Em 1999, formou-se a última turma do Ensino Fundamental.

Em 2005, foi aprovado o Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade Pós-Médio, autorizado pelo parecer do Conselho Estadual de Educação nº 401, de 20 de dezembro de 2005. Iniciando, no ano de 2006, com duas turmas de 60 estudantes.

Nesses 28 anos de existência, o Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas foi se estruturando técnica e pedagogicamente, desenvolvendo projetos produtivos que hoje são responsáveis por parte da manutenção da escola, além de serem fundamentais para a qualidade do ensino agropecuário.

Em 2009, iniciou a primeira turma do Curso Técnico em Paisagismo, área profissional de Produção Cultural e *Design*, sendo um curso de Educação Profissional de Nível Técnico que atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394/96; no Decreto Federal nº 2.208/97, que regulamenta os artigos da LDB sobre a educação profissional; no Parecer CNE/CEB nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº 04/99, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico; no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; na Resolução/FNDE/CD nº 062/07 e demais normas regulamentadoras do sistema de ensino, sendo o curso aprovado pelo Parecer do CEE nº 486/2008.

No ano de 2017, os estudantes que frequentavam o educandário somavam um total de 221 estudantes, sendo que 95 eram internos (permaneciam na escola em turno integral) e 74 semi-internos (retornavam para casa no final do dia), e 53 estudantes do Técnico em Agropecuária Subsequente frequentavam o período noturno. Esses estudantes procedem de municípios de Santa Catarina e do Paraná, sendo os ingressantes no Curso Técnico em Agropecuária, concomitante com o Ensino Médio, e no Subsequente, no ano de 2017, em na sua maioria, filhos de agricultores.

#### **4.5 Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – Água Doce**



No período de 1970 a 1975, o colégio funcionou na Escola Básica Ruth Lebarbechon e, em 1975, foram construídas as dependências físicas do colégio, onde funciona até os dias de hoje.

A partir de 1977, passou a ser sede do curso de Magistério de 1ª a 4ª séries, juntamente com um convênio firmado com o Colégio Normal Governador Ivo Silveira, de Herval D'Oeste. Através do parecer do Conselho Estadual de Educação nº 116, de 13 de maio de 1980, foram aprovados para funcionamento os cursos técnicos em Contabilidade, Técnico em Agropecuária e Técnico em Economia Doméstica.

Em 1980, foi desativado o curso de Magistério, que formou apenas uma turma, para dar lugar ao curso Técnico em Contabilidade, o qual funcionou até o ano de 1994.



Quanto ao curso Técnico em Agropecuária, passou a vigorar somente a partir de 1982, quando o colégio passou a pertencer à Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC).

Em 1991, com a extinção da FESC, o colégio passou a pertencer à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Em 28 de março de 2000, através da portaria nº 0017/SED, o colégio agrícola teve sua nomenclatura alterada para Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – CEDUP Água Doce.

O colégio dispõe do Curso Técnico em Agropecuária concomitante com o Ensino Médio, sendo oferecidos três regimes: interno, semi-interno e externo. A unidade atende em média de 150 alunos oriundos de cinco estados brasileiros, divididos em 48 municípios, sendo a grande maioria catarinenses.

Na área de agricultura e pecuária, o CEDUP desenvolve projetos de produção nos quais o aluno pratica os conhecimentos adquiridos em sala de aula, vivenciando situações reais de trabalho, o que lhe servirá de experiência para seu futuro profissional.

Os projetos de produção são: Agricultura e Culturas: plantio de milho, feijão e soja; Criações: este projeto trabalha com a avicultura de corte e postura, suínos, ovinocultura e apicultura; Fruticultura: macieira, pereira, videira, figueira, pessegueiro, ameixeira, caqui, citrus e kiwi; Jardinagem e Paisagismo: o objetivo deste é conciliar o embelezamento externo do CEDUP com o aprendizado do aluno; Indústrias Rurais: nas quais produzem derivados do leite, doces, iogurtes, queijos, ricota, achocolatados; com as frutas e verduras são produzidos doces, geleias, vinhos, vinagre, massa de tomate e de pimentão, melados, conservas; são abatidos animais, como frangos e

suínos, dos quais é produzido banha, torresmo, linguicinha, copa, salame e outros cortes; no projeto de Olericultura: são plantadas em média 30 espécies de hortaliças, durante o ano letivo; Pequenas Criações: a piscicultura é desenvolvida em quatro viveiros; Plantas Medicinais: viveiro com produção de diferentes espécies; Zootecnia: bovinocultura de leite, criação de novilhos para abate e novilhas para reprodução, e produção de forragens.

A relação comercial do CEDUP com fornecedores e clientes é feita através da Cooperativa-Escola Jovens Estudantes (CEJEL). Essa é uma solução que confere agilidade nas decisões necessárias ao suprimento dos projetos e escoamento da produção excedente.

Sendo assim, a CEJEL é o órgão mantenedor do economato, manutenção dos projetos didático-produtivos, das instalações, máquinas, veículos e equipamentos. A Secretaria de Estado da Educação contribui com a energia elétrica, parte dos custos com folha de pagamento e combustível, além da merenda escolar.

Portanto, a escola busca qualificar tecnicamente profissionais, de forma a garantir seu acesso e permanência no mundo do trabalho, entendendo a atuação profissional de seus egressos como participação social, contribuindo no desenvolvimento da região.

## 4.6 Escola Agrícola La Salle – Xanxerê



Há 40 anos formando lideranças e cultivando talentos, a Escola Agrícola La Salle, de Xanxerê/SC, avança em sua história de tradição na educação com oferta do Ensino Médio concomitante ao Curso Técnico em Agropecuária.

Em 1977, por iniciativa do Irmão Amandio Gewehr e do Irmão Jerônimo Brandelero, criou-se o Curso Técnico de Agropecuária, que funcionava no Colégio La Salle de Xanxerê/SC. Em 1979, formou-se a primeira turma de alunos que receberam o título de Técnicos em Agropecuária. Já em 1984, o Curso foi transferido para dependências e instalações próprias, situadas a 10 quilômetros da cidade de Xanxerê, na SC 480, Km 85, Linha Santa Terezinha.

Hoje, denominada Escola Agrícola La Salle, pertence à Rede La Salle de ensino. A Escola oferta bolsas de estudo, serviços de moradia e de alimentação e atende turmas em regime integral, correspondentes à primeira, à segunda e à terceira séries do Ensino Médio, com mais de

200 alunos. Recebe jovens de todas as regiões do Brasil, filhos de pequenos e médios produtores rurais que buscam na filosofia lassalista uma formação humana, cristã, profissional e técnica de qualidade.

Como uma de suas prioridades, a Escola Agrícola La Salle, por meio dos laboratórios de aprendizagem e de projetos de iniciação científica, incentiva a pesquisa e potencializa o desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Assim, com conhecimento teórico e prático de qualidade, o foco da instituição é contribuir com as trajetórias dos alunos, transformando-os em profissionais competentes.

A Escola Agrícola La Salle conta com infraestrutura de 200 hectares à disposição dos educandos. Tem como uma de suas prioridades desenvolver habilidades e competências através de projetos de iniciação à pesquisa científica, das atividades práticas realizadas com os professores nos laboratórios de aprendizagem e produção, de eventos e projetos de extensão. Proporciona seu grande diferencial de formação nas áreas de: produção animal, produção vegetal, engenharia agrícola e gestão. Além dos espaços e dos recursos diferenciados, a escola possui professores altamente qualificados e competentes, que contribuem na formação de cidadãos íntegros, preparados para o mercado de trabalho e para as oportunidades da vida.

Por isso, a formação integral do estudante leva em conta algumas propostas básicas, fundamentais e indispensáveis:

- Trabalhar a mente com cultura, conteúdo e conhecimento;
- Trabalhar as mãos, a partir do “aprender fazendo”;

- Trabalhar o coração na vivência de valores básicos indispensáveis para a vida pessoal e profissional.

Ao longo dos três anos em que o jovem passa na Escola, é incentivado a desenvolver uma postura que vai ao encontro de princípios, como: iniciativa, criatividade, responsabilidade, organização, desenvoltura, confiabilidade, honestidade, pontualidade, liderança e trabalho em equipe.

Nesse sentido, a Instituição tem conquistado posições que reafirmam o compromisso com o desenvolvimento de profissionais íntegros e qualificados para serem empreendedores de seus próprios negócios ou atuando em empresas, fazendas, agroindústrias, entre outras.

A Escola Agrícola La Salle orgulha-se de sua trajetória e aprimora-se, constantemente, no caminho da educação de excelência. Propõe que os próximos anos sejam inovadores, com novas contribuições para a sociedade a partir de um trabalho que preza pela formação de Técnicos em Agropecuária com base em valores para a vida, e que com ética e responsabilidade alcancem seu sucesso profissional.

#### 4.7 Instituto Assistência e Educação São Canísio – IAESC de Itapiranga



O Colégio Agrícola visou à formação do Técnico em Agropecuária (Concomitante e Pós-Médio) conforme as orientações do Conselho de Educação do Estado de Santa Catarina, Conselho Estadual de Ensino Agrícola (CONEA) e de acordo com os princípios de educação da Companhia de Jesus, no caso, a Associação Antônio Vieira (ASAV), com sede em Porto Alegre/RS.

O Colégio tinha como objetivo ser um centro educacional de referência, inovador em suas propostas e práticas pedagógicas, e na formação de cidadãos críticos, conscientes e empreendedores.

A história da educação de Sede Capela, em Itapiranga/SC, já percorreu um longo caminho. Em 1949, foi criada a Escola Apostólica São Pedro Canísio (Pré-Seminário) somente para alunos internos. No ano de 1972, foi criado o Ginásio Três Mártires, antigo prédio do Seminário, para atender também alunos externos. A Escola Básica Três Mártires iniciou suas atividades no prédio novo (atual) no ano de 1974,

incorporando também os alunos da extinta Escola Reunidas Padre Francisco Xavier Riederer, que atendia os alunos de Sede Capela, além dos alunos egressos do Ginásio Três Mártires.

Com a criação do Colégio Agrícola São José em 1980 – com o Curso Técnico em Agropecuária –, a Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC) também assume o Ensino de 1º grau, atual Ensino Fundamental.

Em 1992, com a extinção da FESC, é autorizado o funcionamento dos Cursos de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária em regime especial, sendo estes assumidos pela Secretaria de Educação de Santa Catarina. Em 2001, foi alterada a denominação da Escola para Centro de Educação Profissional – CEDUP São José.

No ano de 2003, os Jesuítas, por meio da Associação Antônio Vieira (ASAV), implantaram o Curso de Técnico em Agropecuária, sob administração particular, com a denominação de Colégio Agrícola – Instituto Assistência e Educação São Canísio (IAESC).

O Colégio Agrícola de Itapiranga é uma instituição particular de ensino, mantida pelos Jesuítas. Oferecemos um ensino de qualidade, tanto do ponto de vista humano, como acadêmico.

A Associação Antônio Vieira (ASAV), mantenedora do Instituto Assistência e Educação São Canísio (IAESC), desativou o Colégio Agrícola em julho de 2014 em virtude da Reestruturação da Companhia de Jesus no Brasil. Assim como os jesuítas estiveram presentes em Porto Novo, atual Itapiranga/SC, desde a fundação aos 11 de abril de 1926, e acompanharam as comunidades nas suas demandas, atualmente procuram responder às novas solicitações em outras regiões do Brasil.

## 4.8 Instituto Federal Catarinense *Campus Araquari*



O Instituto Federal Catarinense *Campus Araquari* é uma das instituições pioneiras no Ensino Agrícola em Santa Catarina. Localiza-se na cidade de Araquari, às margens da BR 280, rodovia que liga Joinville, Araquari e São Francisco do Sul.

Sua história tem início por meio de um acordo entre o estado de Santa Catarina e o Governo Federal, com sua publicação no Diário Oficial da União nº 63, em 18 de março de 1954. Este acordo criou a Escola de Iniciação Agrícola de Araquari.

Até 1959, a escola esteve em construção. Este ano marcou o começo das atividades do curso de Iniciação Agrícola, que contou, em sua primeira turma, com 20 alunos e passou a ser denominada Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira.

No ano de 1968, a escola passou a ser vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desse modo, integrou-se ao sistema federal de ensino, oferecendo a formação para técnicos agrícolas e estudantes que ingressavam no 2º grau.



Depois de 1975, o curso oferecido pela instituição recebeu a nova nomenclatura de Técnico em Agropecuária, similar ao que existe ainda hoje.

Uma grande mudança ocorreu no ano de 2008, através da Lei 11.892, que criou os Institutos Federais. A partir desse momento, tem origem o Instituto Federal Catarinense (IFC) com a integração das escolas Agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú.

O antigo colégio se torna o Instituto Federal Catarinense *Campus* Araquari e passa a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Hoje, o IFC Araquari possui uma área total de 120 hectares, o que equivale a aproximadamente 300 campos de futebol. Apenas em áreas construídas, entre prédios de ensino, laboratórios e setores administrativos, são mais de 18 mil metros quadrados.

O *Campus* possui 17 Unidades de Ensino e Aprendizagem (UEA), 20 laboratórios e cinco blocos com salas de aula. Além dessas estruturas, o *Campus* ainda possui espaços destinados à integração dos estudantes, prática de esportes, realização de eventos, entre outros.

O IFC Araquari possui em seu quadro de servidores professores mestres, doutores e pós-doutores, oferecendo a todas as modalidades de ensino um nível muito elevado de conhecimentos. Com cerca de 123 docentes e mais de 81 técnicos administrativos, o IFC Araquari também disponibiliza uma grande estrutura fora das salas de aula, com serviços de apoio pedagógico, aulas de reforço, enfermagem, psicólogo, entre outros.

Além disso, como diferenciais, a instituição também oferece a estrutura de refeitório gratuito para os estudantes do Ensino Médio, a

possibilidade de participação em projetos de pesquisa com financiamento estudantil, projetos de extensão, treinamento em esportes variados, participação em eventos internos e externos, e oportunidades para a prática de habilidades artísticas e musicais.

Todos os cursos oferecidos, bem como os demais serviços, são totalmente gratuitos. Atualmente, a instituição oferece Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, Informática e Química. Na modalidade Subsequente ao Ensino Médio, é ofertado o curso Técnico em Agrimensura. Também estão disponíveis os Cursos Superiores em Agronomia, Ciências Agrícolas, Medicina Veterinária, Química, Sistemas de Informação e Tecnologia em Redes de Computadores. Cursos de especialização em Aquicultura, Matemática, Informática e Produção Vegetal, além de mestrados profissionais em Produção e Sanidade Animal, e Tecnologia e Ambiente. Vários outros cursos de qualificação profissional são ofertados pelo *Campus* na sede e em unidades remotas, como Jardinagem, Fruticultura, Inglês, Manipulação de Alimentos, Produção de Produtos de Origem Cárneos, Libras, Mestre Cervejeiro, entre outros. Ainda pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), foram ofertadas outras qualificações profissionais, como Auxiliar Administrativo, Auxiliar em Web Designer, Auxiliar em Redes de Computador, Manutenção e Montagem de Computadores, e Espanhol.

O IFC Araquari compõe uma rede constituída por diversos *campi* no Estado, com uma proposta de, a partir de uma gestão democrática, aproximar o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções, em especial àquelas relacionadas com a educação profissional, reafirmando o compromisso da oferta de educação pública,

gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades para os catarinenses.

A instituição visa o atendimento das demandas regionais de localização dos *campi*, pois, com isso, espera a interferência positiva na transformação da realidade social e econômica, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais, pois possui como missão: proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

#### **4.9 Instituto Federal Catarinense *Campus Camboriú***



O curso Técnico em Agropecuária do IFC Camboriú tem origem na implantação do ensino agrícola no então Colégio Agrícola de Camboriú, que iniciou suas atividades pedagógicas ofertando o Curso Ginásial Agrícola, em 1962.

O Colégio Agrícola de Camboriú foi fundado em 08 de abril de 1953, por meio de um acordo firmado entre o governo do Estado de

Santa Catarina, sendo governador o senhor Irineu Bornhausen; e o Governo Federal, sendo presidente da república o senhor Getúlio Dornelles Vargas; e estava vinculado à Secretaria de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

Esse acordo foi assinado no Rio de Janeiro, então capital federal, no dia 08 de abril de 1953, pelo Ministro da Agricultura, senhor João Cleofas, e pelo representante do governo catarinense, senhor Marcos José Konder Reis, e publicado no Diário Oficial da União no dia 15 de abril de 1953.

Sua localização em Camboriú ocorreu por sugestão do chefe de gabinete do Ministro João Cleofas, senhor Antônio Carlos Konder Reis, e sua implantação teve início em meados da década de 1950, sob o comando do seu primeiro diretor, o Engenheiro Agrônomo Jorge Campos Tzaschel.

Em 1965, ano da formatura da primeira turma do Ginásial Agrícola, foi criado o Curso de Técnico Agrícola, que teve sua primeira turma formada em 1967 e, em 1974, teve alterado o nome para Curso Técnico em Agropecuária.

No ano de 1968, o Colégio Agrícola de Camboriú incorporou a Escola de Tratoristas de Ilhota e ambos foram incorporados à Universidade Federal de Santa Catarina, permanecendo até 2008, quando foi transformado em Instituto Federal Catarinense *Campus* Camboriú pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

## 4.10 Instituto Federal Catarinense *Campus* Concórdia



O Instituto Federal Catarinense *Campus* Concórdia (IFC Concórdia) iniciou as atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Formou a primeira turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, através da Lei 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal Catarinense, denominando-se IFC *Campus* Concórdia.

O IFC *Campus* Concórdia é uma instituição de ensino que oferece educação de nível básico, técnico e superior em diferentes modalidades e áreas do conhecimento. O *Campus* possui os seguintes cursos: Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática para Internet – todos integrados ao Ensino Médio; cursos superiores de: Agronomia – Bacharelado, Engenharia de Alimentos – Bacharelado, Física – Licenciatura, Matemática – Licenciatura, e Medicina Veterinária – Bacharelado. Oferece também formação inicial e continuada, pós-graduação, educação de jovens e adultos, além de programas sociais do Governo Federal.

A área total do IFC *Campus* Concórdia é de 253 hectares, com aproximadamente 35 mil metros quadrados de área construída. Sua estrutura física é composta por laboratórios de informática, biologia, solos, química, física, matemática, fenômenos de transporte, embalagens, análises sensoriais, bromatologia, microbiologia, biotecnologia; miniusina de beneficiamento em panificação, laticínios, produtos cárneos e vegetais, histologia, fisiologia, nutrição animal, bioquímica, análises clínicas, parasitologia, microbiologia, patologia, entre outros. Há também ginásio de esportes, campo de futebol, pista de atletismo, refeitório, biblioteca, alojamentos para estudantes – quatro masculinos e um feminino, centro cultural, centro administrativo, centro pedagógico, centro de educação tecnológica, auditório, parque tecnológico – Tecnoeste, equoterapia e unidades educativas de produção agrícola e zootécnica. O quadro de servidores do *Campus* é composto

por docentes e técnicos administrativos efetivos, docentes contratados, terceirizados e estagiários, somando em torno de 270 pessoas.

A Instituição está localizada em Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, entre o Bairro Fragosos e o Distrito de Santo Antônio, no quilômetro 17, da Rodovia SC 283. Os cursos têm ampla infraestrutura instalada, professores e técnicos altamente qualificados. O IFC mantém sua tradição e história cultivada ao longo de quase cinco décadas, apresentando avanços desde sua passagem de escola para *Campus*, oferecendo ensino público, gratuito e de qualidade a toda população.

#### **4.11 Instituto Federal Catarinense *Campus* Rio do Sul**



A origem da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – EAFRS está intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 1970 na região do Alto Vale

catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado.

Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – EAFRS e as atividades letivas de 2º grau (Ensino Técnico em Nível Médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A primeira turma do curso de Técnico Agrícola, com habilitação em Agropecuária, teve 120 alunos matriculados, dos quais 89 colaram grau no dia 06 de junho de 1998.

Em 2009, com a criação do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul, a instituição ampliou o seu foco inicial, voltado aos cursos na área agrícola, para novas tecnologias e também destinados a outros níveis de ensino. Com um quadro de professores qualificado, que em sua maioria possuem mestrado ou doutorado, o IFC Rio do Sul oferece à população da região do Alto Vale do Itajaí cursos técnicos, superiores, pós-graduação e de qualificação públicos, gratuitos e de qualidade.

A Unidade Sede, localizada na Serra Canoas, disponibiliza aos alunos uma estrutura com laboratórios, biblioteca, internato, refeitório, ginásio de esporte coberto, campo de futebol, unidades de pesquisa nas áreas agrícola, agroecológica, florestal e zootécnica, esta última dividida em animais de pequeno, médio e grande porte. São mais de 180 mil m<sup>2</sup> de área destinadas ao ensino e pesquisa.



Além da Unidade Sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o IFC *Campus* Rio do Sul possui uma Unidade Urbana, localizada na região central de Rio do Sul e lá desenvolve atividades na área de informática e cursos de graduação em licenciaturas.

Por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado, o IFC também está utilizando o espaço localizado no Bairro Progresso. A nova Unidade Tecnológica possui estrutura e laboratórios destinados aos cursos de Eletroeletrônica e Engenharia Mecatrônica. Nessa unidade também são ofertados os cursos Técnicos de Edificação e Manutenção e Suporte em Informática pelo PRONATEC.

O IFC *Campus* Rio do Sul possui hoje cinco cursos técnicos, seis de nível superior e um curso de pós-graduação. São eles: Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária (nas modalidades integrado e subsequente), Técnico em Agroecologia, Técnico em Agrimensura, Técnico em Eletroeletrônica e Técnico em Informática. Os cursos de graduação disponíveis são: Engenharia Agrônômica, Engenharia Mecatrônica, Licenciaturas em Matemática e Física, Ciências da Computação e Pedagogia. O curso de pós-graduação é na área de Gestão da Tecnologia da Informação. O último relatório encaminhado ao Ministério da Educação aponta que estão matriculados, no IFC Rio do Sul, 1.307 alunos.

Para suprir a demanda nos municípios da região do Alto Vale, a instituição também está oportunizando cursos de Formação Inicial e Continuada, que ofertam cursos de curta duração, fortalecendo ainda

mais a inserção da instituição na cidade de Rio do Sul, considerada hoje como polo educacional.

#### **4.12 Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul**



O Instituto Federal Catarinense (IFC) *Campus* Santa Rosa do Sul faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e foi concebido com o objetivo de dar apoio à Vila Nova, assentamento de pequenos agricultores, principalmente na área de irrigação e drenagem.

O *Campus* Santa Rosa do Sul localiza-se em Vila Nova, no município de Santa Rosa do Sul, que foi desmembrado do município de Sombrio pela Lei nº 1.109, de 04 de janeiro de 1988. O município de Santa Rosa do Sul integra a Microrregião do Extremo Sul de Santa Catarina, composta por quinze municípios, cujo centro polarizador é

Araranguá, e faz parte da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). Trata-se de um Município essencialmente agrícola, com sua estrutura fundiária constituída por pequenas propriedades familiares, com destaque para a produção de arroz, banana, fumo, mandioca e milho.

Para compreender a criação e a localização de uma Instituição Federal de Ensino em Vila Nova, menciona-se a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970, que teve como finalidade planejar e promover a execução do desenvolvimento da Região Sul, coordenando e controlando a ação federal nessa região.

O IFC *Campus* Santa Rosa do Sul está localizado a 15 km da Rodovia BR-101 e foi criado com o intuito de atuar como uma Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis. Inaugurada em 5 de abril de 1993, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Foi transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731. Em 28 de março de 1994 entrou em funcionamento. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a transforma em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Sombrio. Em 11 de junho de 2014 foi renomeada *Campus* Santa Rosa do Sul, fazendo jus ao município em que está inserida. Ainda nessa data, a Unidade Urbana do então *Campus* Sombrio, passou ao *status* de *Campus* Avançado

Sombrio, porém ainda mantendo vínculo administrativo associado ao *Campus* Santa Rosa do Sul.

A Instituição, desde o início das suas atividades, ofereceu o Ensino Médio aos alunos e, também, cursos técnicos, dentre eles o Curso Técnico em Agropecuária, carro-chefe da Instituição, mantido até hoje. Além do ensino regular, o *Campus* oferta cursos básicos e desenvolve projetos de pesquisa e extensão com a efetiva participação de alunos e servidores. Aos poucos a Instituição foi iniciando sua atuação junto à comunidade regional e hoje possui abertura para estar presente em diversos eventos de tomadas de decisão, em diversas situações na sua área de abrangência.

O IFC tem por objetivo estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional através da oferta de, no mínimo, 50% das vagas para educação profissional técnica de nível Médio; 20% para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Química, Física, Matemática e Biologia. E os demais 30% das vagas devem ser direcionados para cursos de Bacharelado e Engenharia, cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, *Stricto Sensu* de Mestrado e Doutorado.

Os cursos ofertados no IFC *Campus* Santa Rosa do Sul e no *Campus* Avançado Sombrio são:

– Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Subsequente (*Campus* Santa Rosa do Sul);

- Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (*Campus Avançado Sombrio*);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo (*Campus Avançado Sombrio*);
- Curso Superior em Engenharia Agrônômica (*Campus Santa Rosa do Sul*);
- Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (*Campus Avançado Sombrio*); e
- Curso de Licenciatura em Matemática (*Campus Avançado Sombrio*).

#### **4.13 Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira**



O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo convênio 036/2005. O curso Técnico

Agrícola com habilitação em Agropecuária e ênfase na Gestão da Propriedade Familiar foi o curso pioneiro da unidade, sendo que em 2008 foi realizada a formatura da primeira turma. O curso foi viabilizado por meio de convênio entre a EAFC e a Prefeitura Municipal de Videira, que teve papel fundamental, cedendo o apoio administrativo, o corpo docente e a destinação do espaço físico da Escola de Educação Básica Criança do Futuro (CAIC), onde as aulas foram ministradas.

O *Campus* Videira, em seu novo espaço, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, sendo que as aulas iniciaram em 26 de abril do mesmo ano, com os cursos técnicos concomitante e subsequente em Agropecuária, dentre outros. Em 2011 houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrado ao Ensino Médio para o curso de Agropecuária. Nesse mesmo ano também foi ofertado pelo *Campus* o curso de especialização em Desenvolvimento Rural e Agronegócio.

O curso de Educação Profissional Técnica em Agropecuária do Instituto Federal Catarinense (IFC) tem como objetivo promover a formação do Técnico em Agropecuária dentro de uma perspectiva empreendedora, inserida na realidade social, cultural e ambiental, visando o desenvolvimento do indivíduo como cidadão capaz de atuar no campo profissional de forma tecnicamente correta, economicamente rentável e ambientalmente sustentável, além de contribuir para a qualificação de profissionais da área e fomento do desenvolvimento local, já que Videira possui potencial regional relevante ao

desenvolvimento da economia do Estado.

A proposta do curso é a de que o egresso seja capaz de visualizar antecipadamente os problemas do agronegócio, buscando soluções inovadoras, a fim de melhor explorar o potencial das pessoas envolvidas nesse ramo da vida empresarial e, assim, poder conquistar o mercado de trabalho com elevado nível de conhecimento na área, o qual proporcionará um maior desenvolvimento rural, principalmente, na região de Videira.

O Curso Técnico em Agropecuária objetiva oferecer aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais dentro de uma perspectiva empreendedora, inserida na realidade social, cultural e ambiental. Como formação específica, o curso visa formar profissionais habilitados em produção vegetal (fruticultura, horticultura, silvicultura e culturas anuais) e paisagismo; habilitar profissionais na área de produção animal (suinocultura, avicultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura); formar profissionais com noções no processamento de produtos de origem vegetal e animal, capazes de atender à demanda crescente da região no que se refere à transformação da matéria-prima do setor primário; capacitar os estudantes a realizar a análise e o diagnóstico da unidade de produção, bem como elaborar e avaliar projetos agropecuários e agroindustriais; contribuir para o desenvolvimento e agregação de valor da produção vegetal e animal na Região, através da inclusão, no mercado, de profissionais capazes de

transformar a realidade regional de maneira autônoma e empreendedora; fornecer conhecimento técnico para otimizar os meios de produção, de forma a reduzir custos e aumentar a competitividade da atividade produtiva; capacitar os estudantes para a elaboração de projetos de diversificação da produção, com culturas adaptadas às condições edafoclimáticas da região, viabilizando, de forma sustentável, a propriedade rural; oferecer aos futuros profissionais os conhecimentos tecnológicos necessários para a melhoria de qualidade e desenvolvimento de novos produtos e de novas tecnologias; preparar o profissional para atuar com responsabilidade social e ambiental; capacitar os estudantes para manutenção de implementos agrícolas e agropecuários, como também, noções gerais de pequenas instalações e benfeitorias; colocar à disposição da sociedade um cidadão/profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades, bem como de seus direitos.

O técnico em agropecuária formado pelo IFC *Campus* Videira estará apto a desenvolver seu trabalho em empresas agrícolas e agropecuárias, além de propriedades rurais e agroindústrias, cooperativas e órgãos públicos, nas áreas de administração, produção, comercialização e prestação de serviços, o que aumentará o desenvolvimento rural tanto regional quanto estadual.



---

## O PROFISSIONAL TÉCNICO AGRÍCOLA

A formação do profissional Técnico Agrícola está diretamente atrelada à paralisia agrícola do País, que ocorreu no fim do século XIX e estava ligada diretamente à monocultura, principalmente a do café.

Foi nessa época que ocorreu a criação da Escola de Engenharia, dando início a inúmeros cursos e à criação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que era composta por vários institutos voltados ao ensino e à pesquisa, dentre eles o de Agronomia e Veterinária. Foi da vontade dessas entidades e seus colaboradores que ocorreu a expansão do ensino técnico profissional, com o oferecimento do curso de Capataz Rural.

A criação da primeira escola ocorreu em Viamão/RS, sendo a data oficial da criação do curso em 05 de novembro de 1910, sendo também esta data considerada como o dia da fundação da Escola Técnica Agrícola (ETA) de Viamão.

O início do curso dos sete primeiros Capatazes Rurais deu-se em 1911. No ano de 1914 receberam o diploma: Elias Correa (Santo Ângelo/RS), João Sterzi (Bento Gonçalves/RS), Rosendo Lara Fagundes (São Borja/RS), Epaminondas Grecca (Alfredo Chaves/RS),

Juracy Dias (Cruz Alta/RS), Edmundo Teixeira Schuller (Vacaria/RS) e Urbano Benigno dos Santos (Taquara/RS).

Desde então, o curso passou por várias transformações, modificações e modernização, passando de Capataz Rural para Mestre Agrícola, formando nos dias de hoje os Técnicos Agrícolas e suas modalidades, sem ter perdido sua essência, que é levar informações, conhecimento e tecnologia ao meio rural e também urbano, atuando em todos os setores produtivos da agricultura, pecuária, ambiental e florestal.

Em razão disso, pode-se afirmar que tudo o que o setor agropecuário, ambiental e florestal produz, em algum momento, teve a mão do profissional Técnico Agrícola.

Com toda a evolução que ocorreu nesses 104 anos de formação, a profissão buscou seu espaço e sua maior conquista foi a promulgação da Lei nº 5.524/1968, que reconheceu a profissão de Técnico Agrícola e Industrial, dando o amparo legal que o profissional necessita para o bom desempenho de suas atividades. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 90.922/1985 e atualizado pelo Decreto nº 4.560/2002.

O dia do Técnico Agrícola é comemorado em 05 de novembro e foi estabelecido por meio da Lei nº 13.099/2015. É uma justa homenagem à data de fundação da primeira escola formadora desses profissionais no Brasil.

O Técnico Agrícola é um profissional liberal, integrante do 35º grupo do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), por ter legislação própria que regulamenta sua profissão, estar obrigatoriamente vinculado ao conselho fiscalizador da profissão e por ter uma grade curricular estabelecida e cumprida para sua formação.

## **5.1 Legislação de suas atribuições profissionais**

### ***5.1.1 Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968***

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível Médio.

Artigo 1º - É livre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, observadas as condições de capacidade estabelecidas nesta Lei.

Artigo 2º - A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações:

- I – Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- II – Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- III – Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- IV – Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- V – Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Artigo 3º - O exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio é privativo de quem:

- I – Haja concluído um dos cursos de segundo ciclo de ensino técnico industrial, tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou

reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

II – Após curso regular e válido para o exercício da profissão, tenha sido diplomado por escola ou instituto técnico industrial estrangeiro e revalidado seu diploma no Brasil, de acordo com a legislação vigente.

III – Sem os cursos e a formação atrás referidos, conte, na data da promulgação desta Lei, 5 (cinco) anos de atividade integrada no campo de técnica industrial de nível médio e tenha habilitação reconhecida por órgão competente.

Artigo 4º - Os cargos de Técnico Industrial de nível médio, no serviço público federal, estadual ou municipal ou em órgãos dirigidos indiretamente pelo poder público, bem como na economia privada, somente serão exercidos por profissionais legalmente habilitados.

Artigo 5º - O Poder Executivo promoverá expedição de regulamentos, para execução da presente Lei.

Artigo 6º - Esta Lei será aplicável, no que couber, aos técnicos agrícolas de nível médio.

Artigo 7º - A presente Lei entra em vigor na data da publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

ARTHUR DA COSTA E SILVA

Presidente da República

**5.1.2 Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 alterado pelo Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002**

Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível Médio ou de 2º grau.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, decreta:

Artigo 1º - Para efeito do disposto neste Decreto, entendem-se por técnica industrial e técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, os habilitados nos termos das; 5.692, de 11 de agosto de 1971; e 7.044, de 18 de outubro de 1982.

Artigo 2º - É assegurado o exercício da profissão de técnico de 2º grau de que trata o artigo anterior, a quem:

I – Tenha concluído um dos cursos técnicos industriais e agrícolas de 2º grau, e tenha sido diplomado por escola autorizada ou reconhecida, regularmente constituída, nos termos das Leis números 4.024, de 20 de dezembro de 1961; 5.692, de 11 de agosto de 1971; e 7.044, de 18 de outubro de 1982;

II – Seja portador de diploma de habilitação específica, expedido por instituição de ensino estrangeira, revalidado na forma da legislação pertinente em vigor;

III – Sem habilitação específica, conte, na data da promulgação da Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, 5 (cinco) anos de atividade como técnico de 2º grau.

Parágrafo único – A prova da situação referida no inciso III será feita por qualquer meio em direito permitido, seja por alvará municipal, pagamento de impostos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou comprovante de recolhimento de contribuições previdenciárias.

Artigo 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau observado o disposto nos artigos 4º e 5º, poderão:

I – Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II – Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III – Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV – Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V – Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Artigo 4º - As atribuições dos técnicos industriais de 2º grau, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e de sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I – Executar e conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes de execução de instalações, montagens, operação, reparos ou manutenção;

II – Prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos

de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

1. coleta de dados de natureza técnica;
2. desenho de detalhes e da representação gráfica de cálculos;
3. elaboração de orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão de obra;
4. detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;
5. aplicação de normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;
6. execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;
7. regulação de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos.

III – Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;

IV – Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

V – Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;

VI – Ministras disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino.

§ 1º - Os técnicos de 2º grau das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil, na modalidade Edificações, poderão projetar e dirigir

edificações de até 80m<sup>2</sup> de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica, e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 2º - Os técnicos em Eletrotécnica poderão projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kva, bem como exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 3º - Os técnicos em Agrimensura terão as atribuições para a medição, demarcação e levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos, funcionar como peritos em vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

Artigo 5º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos técnicos industriais de 2º grau, o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Artigo 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I – Desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II – Atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;

III – Ministrando disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino;



IV – Responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de:

- a) crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio;
- b) topografia na área rural;
- c) impacto ambiental;
- d) paisagismo, jardinagem e horticultura;
- e) construção de benfeitorias rurais;
- f) drenagem e irrigação;

V – Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;

VI – Prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

- a) coleta de dados de natureza técnica;
- b) desenho de detalhes de construções rurais;
- c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão de obra;
- d) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;
- e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas;
- f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;
- g) administração de propriedades rurais.

VII – Conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

VIII – Responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de:

a) exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características;

b) alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;

c) propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;

d) obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais;

e) programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;

f) produção de mudas (viveiros) e sementes.

IX – Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

X – Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

XI – Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

XII – Prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;

XIII – Administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XIV – Prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;

XV – Treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;

XVI – Treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XVII – Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.

§ 1º - Os técnicos em Agropecuária poderão, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural ou industrial e no âmbito restrito de suas respectivas habilitações, elaborar projetos de valor não superior a 1.500 mvr.

§ 2º - Os técnicos Agrícolas do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais.

XVIII – Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas;

XIX – Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;

XX – Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários;

XXI – Responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais;

- XXII – Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- XXIII – Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- XXIV – Responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas;
- XXV – Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- XXVI – Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- XXVII – Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- XXVIII – Realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;
- XXIX – Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
- XXX – Responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos;
- XXXI – Desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º - Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.

§ 2º - As atribuições estabelecidas no *caput* não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado.

Artigo 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Artigo 8º - As denominações de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, são reservadas aos profissionais legalmente habilitados e registrados na forma deste Decreto.

Artigo 9º - O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Artigo 10º - As qualificações de técnico industrial ou agrícola de 2º grau só poderão ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais possuidores de tais títulos.

Artigo 11º - Nos trabalhos executados pelos técnicos de 2º grau de que trata este Decreto, é obrigatória, além da assinatura, a menção explícita do título profissional e do número da carteira referida no art. 15 e do Conselho Regional que a expediu.

Parágrafo único – Em se tratando de obras, é obrigatória a manutenção de placa visível ao público, escrita em letras de forma, com nomes, títulos, números das carteiras e do CREA que a expediu, dos autores e coautores responsáveis pelo projeto e pela execução.

Artigo 12º - A fiscalização do exercício das profissões de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau será exercida pelos respectivos Conselhos Profissionais.

Artigo 13º - Os profissionais de que trata este Decreto só poderão exercer a profissão após o registro nos respectivos Conselhos Profissionais da jurisdição de exercício de sua atividade.

Artigo 14º - Ao profissional registrado em Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional será expedida Carteira Profissional de Técnico, conforme modelo aprovado pelo respectivo Órgão, a qual substituirá o diploma, valendo como documento de identidade e terá fé pública.

Parágrafo único – A Carteira Profissional conterà, obrigatoriamente, o número do registro e o nome da profissão, acrescido da respectiva modalidade.

Artigo 15º - Os técnicos de 2º grau cujos diplomas estejam em fase de registro poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Profissional, por um ano, prorrogável por mais um ano, a critério do mesmo Conselho.

Artigo 16º - O profissional, firma ou organização registrados em qualquer Conselho Profissional, quando exercerem atividades em outra região diferente daquela em que se encontram registrados, obrigam-se ao visto do registro na nova região.

Parágrafo único – No caso em que a atividade exceda a 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, sua agência, filial, sucursal ou escritório de obras e serviços, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Artigo 17º - O exercício da profissão de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau é regulado pela Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, e, no que couber, pelas disposições das Leis números 5.194, de 24 de dezembro de 1966; e 6.994, de 26 de maio de 1982.

Artigo 18º - O Conselho Federal respectivo baixará as Resoluções que se fizerem necessárias à perfeita execução deste Decreto.

Artigo 19º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto nº 90.922 – Brasília, 06 de fevereiro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

*Murillo Macêdo*

Alterado pelo Decreto nº 4.560 – Brasília, 30 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Paulo Jobim Filho*

## **5.2 O Conselho próprio: do sonho à realidade**

Com a promulgação da Lei nº 5.524/68, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Artur da Costa e Silva, no dia 05 de novembro de 1968, definitivamente se reconhecia os técnicos de nível Médio como profissionais liberais, incluindo-os no grupo 35 da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL).

A Lei precisava ser regulamentada e os empecilhos causados por outros segmentos profissionais dificultaram ao máximo o ato de regulamentação, sendo esse o mais importante, pois seguramente

garantiria aos profissionais de nível Médio o devido exercício profissional e a criação da profissão.

Tal feito somente ocorreu no ano de 1985 por meio do Decreto nº 90.922 de 06 de fevereiro, quando o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo editou e assinou o documento. Após publicação no Diário Oficial da União, seu teor foi questionado juridicamente pelos representantes de outros segmentos profissionais, que desde a publicação da Lei nº 5.524/68, buscaram dificultar o pleno exercício profissional. A representação jurídica nº 1.266-2, que questionava a constitucionalidade, acabou sendo considerada descabida pelo Supremo Tribunal Federal em 1987 por nove votos a zero, o que sepultou toda e qualquer intenção dos oponentes.

Ocorre que, ao regulamentar a profissão, no dia 06 de fevereiro de 1985, esse mesmo Decreto, em seu Art. 14, determinava que os profissionais mantivessem registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o que fez com que os profissionais, de que trata esse Decreto, continuassem sendo fiscalizados por profissionais altamente corporativos e de áreas com interesses próprios, e a ter ingerência direta nas atividades executadas pelos técnicos, muitas vezes desconsiderando a legislação profissional e agindo mais pela emoção (corporativismo) do que pela razão (legislação).

Diante do impasse criado, os profissionais Técnicos do Brasil estavam indignados com a forma que o sistema CONFEA/CREA conduzia os processos, ou seja, contra os profissionais de nível Médio. Assim, começavam a surgir as primeiras manifestações de criação de um conselho próprio dos técnicos de nível Médio. A primeira investida



teve início no ano de 1998, quando o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, promulgou a Lei nº 9649/98, que desabilitaria a criação dos conselhos como autarquia federal, criando-os como entidade privada.

A constitucionalidade da Lei nº 9649/98 foi questionada juridicamente pelos partidos de oposição da época, cabendo ao Supremo Tribunal Federal decidir a legitimidade de tal ato.

Independentemente do questionamento jurídico, os técnicos agrícolas do Brasil decidiram elaborar um projeto de criação do Conselho dos Técnicos Agrícolas, capitaneados pela Federação Nacional, projeto este que, mesmo aprovado pela Câmara dos Deputados, acabou frustrado, pois antes da sanção pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso Presidente da República, o STF declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 9649/98, sendo assim, os conselhos deveriam continuar a ser criados como autarquia federal.

Como resultado dessa mobilização, foi a edição do Decreto nº 4.560/2002, que modernizou e atualizou o Decreto nº 90.922/85, o qual foi mais uma vez questionado, sendo arguida a constitucionalidade pela CONFAEAB, o que mais uma vez não teve êxito.

Diante dessa decisão, os dirigentes das entidades estaduais e federais, capitaneados pela Federação Nacional dos Técnicos Industriais (FENTEC), Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil (ATABRASIL) e a Organização Internacional dos Técnicos (OITEC) cuja missão é a de representar os profissionais, decidiram pela elaboração de um projeto de criação de um Conselho Próprio, que abrangesse todos os profissionais que estão amparados pelo Decreto nº

90.922/85, seguindo os trâmites estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

Os resultados dessas ações colaboraram para que acontecesse, em Florianópolis, no dia 13 de dezembro de 2013, uma reunião entre o Superintendente do Ministério do Trabalho, Rodrigo Minotto, com o Ministro do Trabalho da época, Manoel Dias, e a representação dos técnicos, que garantiu o encaminhamento de um projeto de lei para a criação do Conselho dos Técnicos de Nível Médio (agrícolas e industriais).

Seguiram-se vários encontros, reuniões e audiências públicas pelo Brasil tratando sobre o assunto, o que culminou com o projeto de lei 5179/16 encaminhado à Casa Civil, para que, após análises e considerações, fosse encaminhado ao plenário da Câmara dos Deputados.

O projeto foi encaminhado em 04 de maio de 2016, sendo acolhido pela Câmara dos Deputados como PL nº 5179/2016 cujo trâmite passaria pela Comissão de Trabalho e Renda; Comissão de Finanças e Tributação; e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, todas com caráter terminativo, o que constitucionalmente não exige a passagem pelo plenário da Câmara dos Deputados, salvo se emendas forem apresentadas.

A primeira conquista veio com a aprovação do projeto 5179/2016 – por unanimidade e sem emendas – na Comissão de Trabalho e Renda, seguindo para a Comissão de Finanças e Tributação e, em seguida, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em obediência aos trâmites legais, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal, o qual recebeu o número PLC 145/2017, passando pela

Comissão de Agricultura e pelo plenário do Senado e aprovado em 28 de fevereiro de 2018, sendo em seguida encaminhado ao Ministério da Casa Civil onde recebeu parecer favorável e foi sancionado no dia 26 de março de 2018.

No dia 27 de março de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União a Lei 13.639/2018 cuja ementa contém o seguinte teor:

"Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas."

ATASC/SINTAGRI



## A TRAJETÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA CATARINENSE E BRASILEIRO

O Ensino Agrícola em Santa Catarina teve início em 1958, sendo criada na data a Escola Agrícola Caetano Costa, no município de Lages, local que abriga hoje o Centro Agroveterinário da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Posteriormente foi transformado em Colégio Agrícola e transferido para o município de São José do Cerrito. A legislação da época estava subsidiada na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que institucionalizou o Ensino Agrícola de grau elementar e médio no Brasil<sup>1</sup>.

Apesar de ser a primeira escola do Estado, não foi ela que formou os primeiros Técnicos Agrícolas em Santa Catarina, estes foram formados pelo Colégio Agrícola de Camboriú, em 1967. Vigorava na época a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Em decorrência dessa lei, as

---

<sup>1</sup> A Lei Orgânica do Ensino Agrícola classificava os estabelecimentos de Ensino Agrícola em *escolas de iniciação agrícola* as que ministravam as primeiras e segundas séries do primeiro ciclo, concedendo ao concluinte o certificado de operário agrícola; *escolas agrícolas* as que ministravam as quatro séries do primeiro ciclo, concedendo ao concluinte o certificado de mestre agrícola; e *escolas agrotécnicas* as que ministravam as quatro séries do primeiro ciclo e as três séries do segundo ciclo, atribuindo aos concluintes os diplomas de Técnico em Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola.

antigas escolas de iniciação agrícola e escolas agrícolas foram agrupadas sob a denominação de ginásios, ministrando as quatro séries do primeiro ciclo (ginasial), mantendo a expedição de certificado de mestre agrícola. As escolas agrotécnicas passaram a denominar-se colégios agrícolas, ministrando as três séries do segundo ciclo (colegial), conferindo aos concluintes o diploma de técnico em agricultura.

Embora tenha formado a primeira turma de técnicos agrícolas apenas em 1967, o Colégio Agrícola de Camboriú teve seu ato de criação em 1953, implantando o seu ginásio agrícola em 1962. A demora na instalação dos cursos traduzia as dificuldades de obtenção de verbas, normalmente dependentes de recursos da União, para um tipo de escola que demandava mais investimentos que uma de ensino convencional. A aprovação da criação das primeiras escolas em Santa Catarina contou com a influência de personalidades políticas da época, deputados e senadores.

Na primeira discussão do Orçamento Geral da República, a que as escolas eram subordinadas, o ministro da Agricultura autorizou emenda para duas escolas agrotécnicas, respectivamente em Camboriú e Concórdia. Na discussão do orçamento no Senado Federal, houve a destinação de recursos para mais uma escola no município de Araquari.

Eram escolas comedidas não reconhecidas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, mas quando assinado o convênio para a criação do Colégio Agrícola de Camboriú, foram celebrados dois outros convênios pelo Governo da União e pelo Governo do Estado para melhorar e engrandecer as escolas, sendo criadas as escolas de Canoinhas e Lages.

Até 1967 todos os estabelecimentos de Ensino Agrícola estavam subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), do Ministério da Agricultura e Abastecimento, quando então foram transferidos para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficando ligados à Diretoria do Ensino Agrícola (DEA)<sup>2</sup>. Em Santa Catarina, devido à falta de recursos do MEC, somente a Escola de Concórdia ficou ligada diretamente ao órgão, passando os Colégios Agrícolas de Camboriú e Araquari a pertencer à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e os colégios de Lages e Canoinhas à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). No período de atuação da DEA, houve a implantação da metodologia do sistema-fazenda, que propunha basear o ensino no princípio “aprender a fazer fazendo”.

Como se trata do modelo de ensino que é adotado ainda hoje, com algumas adaptações pela maioria das escolas agrícolas de Santa Catarina, é pertinente que se faça uma breve descrição do seu funcionamento. O sistema escola-fazenda originou-se no Brasil no Colégio Agrícola Estadual de Presidente Prudente/SP, no ano de 1961. Consta de quatro áreas que funcionam interligadas entre si: salas de aula, laboratórios de práticas de produção (LPPs), Programa Agrícola Orientado (PAO) e cooperativa escolar. Nas salas de aula são ministradas as aulas teóricas de cultura geral e técnica, nos LPP funcionam as unidades didáticas que constituem a fazenda-modelo da escola, onde os alunos exercitam as técnicas voltadas ao empreendimento agropecuário e obtêm resultados econômicos

---

<sup>2</sup> Em 1970 a DEA foi extinta, criando-se o Departamento de Ensino Médio (DEM), que absorveu as Diretorias de Ensino Agrícola, Industrial, Comercial e Secundário.

revertidos à manutenção do estabelecimento. No PAO, os alunos desenvolvem projetos em grupos, tendo responsabilidade plena pela instalação e condução, sendo os resultados revertidos aos projetistas. Na cooperativa escolar são realizadas as operações de organização da produção, o controle das operações agropecuárias e a comercialização de seus resultados, envolvendo os alunos com estratégias administrativas baseadas no associativismo. Esse modelo de ensino encontrou, na rotina do internato da maioria das escolas, o suporte para o funcionamento de suas atividades durante todo o ano. O internato, por sua vez, exige dos colégios a manutenção de uma estrutura de apoio muito grande para seu bom funcionamento, como: sala de estudo, refeitório, lavanderia, ambientes de esporte e lazer, e muitos outros.

Em 1971, com a promulgação da Lei nº 5.692, houve grande estímulo à criação de cursos técnicos, tendo em vista a profissionalização obrigatória no segundo grau. O Parecer 853/71, do Conselho Federal de Educação, fixou o Núcleo Comum para os currículos do ensino de primeiro e segundo graus, e o Parecer 45/72 estabeleceu os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional. O currículo mínimo para a habilitação de técnico em agricultura foi fixado com 97 créditos e 2.910 horas.

No ano de 1973, foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), que iniciou suas atividades como órgão autônomo da Administração Direta em 1976, com a finalidade de proporcionar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em Ensino Agrícola. Em Santa Catarina, apenas o Colégio Agrícola de Concórdia passou a integrar a rede de pouco mais de 30 Escolas Agrotécnicas ligadas ao órgão.



Em 1975, foi editado o Parecer 76/75, do Conselho Federal de Educação, instituindo as habilitações básicas como opção de cursos técnicos com menor carga horária de formação especial. Esse parecer inaugurou o processo de eliminação da profissionalização compulsória no ensino de segundo grau, que teve sua culminância com a Lei nº 7.044/82.

Entre os anos de 1975 a 1983, percebe-se um aumento expressivo das ofertas de cursos relacionados ao setor primário da economia, havendo duplicação do número, das chamadas habilitações plenas de técnico em agropecuária; e a criação, das chamadas habilitações básicas, estas com menor carga horária de formação técnica. Daqui para frente, tendo como divisor de águas a legislação educacional surgida em 1982, a expansão do Ensino Agrícola praticamente se estagnaria.

No período de 25 a 27 de outubro de 1982, aconteceu na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia o I Encontro Estadual do Ensino Agropecuário de Segundo Grau de Santa Catarina, que tinha como objetivo geral instrumentalizar as escolas com vistas à implantação das diretrizes da política nacional para a educação agrícola implementada pela COAGRI. Entre outras questões, o encontro buscava identificar a realidade do Ensino Agrícola no Estado e discutir a viabilidade de implantação de uma coordenação estadual do ensino agropecuário em Santa Catarina. Várias tentativas foram buscadas, todas sem sucesso, alcançando apenas resultados discretos. Somente em 1990, por ocasião do II Encontro Estadual do Ensino Agrícola de Segundo Grau, de 14 a 16 de fevereiro de 1990, em evento promovido na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia pelos colégios agrícolas de Santa Catarina, criou-

se o Conselho Estadual do Ensino Agrícola de Santa Catarina (CONEA), conforme extrato do seu Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, em 29 de junho de 1990. O CONEA congrega os colégios agrícolas de segundo grau, sendo um órgão consultivo, deliberativo e normativo e tem por finalidade definir e acompanhar a política do Ensino Agrícola do Estado de Santa Catarina.

Por força do Decreto nº 93.613, de novembro de 1986, a COAGRI foi extinta e criada a Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG), que absorveu as atividades do referido órgão, ficando somente com a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Em 1990, esta Secretaria teve seu nome alterado para Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE). Em novembro de 1992, passou a se chamar Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

A alteração do nome SEMTEC (antiga Secretaria de Educação Média e Tecnológica) para SETEC (atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) ocorreu por meio do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 29 de julho de 2004.

Outra alteração administrativa importante em 1991, no Ensino Agrícola, foi a extinção da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), que foi instituída pelo Governo do Estado pela Lei Estadual nº 3.191, de 08 de maio de 1963. Essa instituição foi a responsável pelos anos dourados do ensino profissionalizante no Estado. Era responsável pelas políticas de educação profissional, pensou e respondeu com atenção, dando um norte às demandas do ensino profissionalizante. Promoveu a expansão da rede, incorporando e tornando-se mantenedora de escolas profissionalizantes nas áreas primária, secundária e terciária

da economia. Viabilizou a estruturação das escolas, qualificou os professores e promoveu a melhoria da qualidade de ensino.

A extinção da FESC, em 20 de maio de 1991, culminou com a liquidação administrativa dos Colégios Agrícolas Estaduais de Água Doce, Itapiranga, Canoinhas, São José do Cerrito, São Miguel do Oeste e Campo Erê, que passaram a ser subordinados diretamente à Secretaria de Educação, junto à Gerência de Ensino Profissionalizante Cooperativo, ficando um vácuo no ensino profissional no Estado. Perdeu-se a integração entre as unidades escolares, a valorização dos profissionais, a preocupação com a qualidade do ensino, com a formação profissional, perdeu-se o rumo, o norte e os recursos se esvaíram. Começou-se a tratar o Ensino Profissionalizante como uma escola normal de ensino de 2º grau, destas que funcionam em apenas um turno. Muito diferente das instituições formadoras de técnicos agrícolas que possuem os dois turnos de aulas teóricas e práticas e ainda mantém os alunos em sistema de internato e com a preocupação da manutenção do economato.

Contudo, os colégios agrícolas Estaduais de Santa Catarina continuam desempenhando suas funções sociais, sobretudo, graças à atuação das cooperativas escolares, que suportam a maior carga de custos relativos à manutenção das instalações, máquinas, equipamentos e projetos de produção e despesas de internato dos alunos.

Hoje o que existe é um sentimento de abandono, não um projeto perceptível de desenvolvimento do ensino profissionalizante no Estado de Santa Catarina, infelizmente. Nos relatos dos colegas dessa época, a situação das escolas estaduais, financeiramente, só veio a piorar. Sem investimentos e manutenção das instituições, as cooperativas das

escolas tiveram que trabalhar muito para poder suprir essa falta e poder manter as instituições firmes na proposta de continuar formando profissionais técnicos agrícolas de qualidade para o empreendedorismo e para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Pode-se afirmar que, graças a esses incansáveis professores, técnicos e direções, as instituições estaduais se mantêm firmes nos seus propósitos de formar profissionais para o desenvolvimento da agricultura catarinense e brasileira.

Em 1992, em conjunto com a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC), o Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina (SINTAGRI) e o CONEA promoveram no município de Camboriú o III Encontro Estadual de Ensino Agrícola. O evento foi acompanhado da realização do I Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas e teve a finalidade de estabelecer as principais estratégias para dinamização do sistema de organização profissional do técnico agrícola. Tratou-se de uma grande plenária encarregada de dar desfecho a uma série de seminários regionais durante o primeiro semestre de 1992 em todo o Estado.

Esse evento foi um grande ato político, com a presença de muitas autoridades das esferas Federal, Estadual e Municipal, além de representantes das categorias profissionais e instituições. Foram reunidos 562 congressistas inscritos, sendo estes: técnicos agrícolas, estudantes e professores dos colégios, tendo inclusive uma delegação de argentinos ligados ao ensino agrícola.

A Carta de Camboriú foi o documento que reuniu as resoluções do encontro, das quais destacam-se dentre as propostas principais:

- Estabelecer o currículo e o conteúdo programático mínimo unificado que contemple as atribuições profissionais estabelecidas pelo Decreto nº 90.922/85;
- Melhorar a formação docente, estabelecendo um plano de capacitação com a implantação de cursos de licenciatura específica para a área agropecuária;
- Potencializar a participação da ATASC e SINTAGRI na formação dos técnicos em agropecuária, dentre outras;
- Manter padrões mínimos de seleção na contratação de professores do ensino agrícola;
- Viabilizar a participação de um representante do CONEA na Câmara de Agronomia do CREA/SC.

A realização conjunta entre as entidades catarinenses constitui uma amostra de como se vem buscando a organização do Ensino Agrícola em Santa Catarina e a articulação das instituições de ensino com organizações profissionais da categoria. Essas organizações profissionais começaram a perceber a importância da melhoria da formação para a consolidação do espaço do técnico agrícola no mundo do trabalho. Convém ressaltar que tiveram uma atuação muito grande na constituição do CONEA, sendo que ambas têm assento no Conselho.

Em julho de 1993, aconteceu o IV Encontro Estadual do Ensino Agrícola de Santa Catarina, no colégio Agrícola de Camboriú. Na época as preocupações estavam centradas nas prováveis configurações que o ensino técnico passaria a ter a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em discussão no Congresso Nacional.

As discussões trazidas para o IV Encontro Estadual do Ensino Agrícola evidenciaram a preocupação conjunta das escolas em melhorar

a ordenação de seus funcionamentos em torno da assunção do trabalho como princípio educativo.

Outro evento marcante – que integra a história recente do ensino agrícola catarinense – foi o I Encontro Estadual das Escolas Agrícolas, que aconteceu em Florianópolis, em julho de 1995. O encontro foi promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina por meio de sua Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Nele, buscou-se uma ampla mobilização política em prol da consolidação e do fortalecimento da rede estadual de ensino agrícola.

Como notícia de impacto sobre a realidade do Ensino Agrícola, teve-se a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentou a educação profissional. Esses documentos deixam de priorizar a habilitação profissional no Ensino Médio e apontam para a constituição, nas escolas técnicas e agrotécnicas, de centros de formação e qualificação especializados na ministração de conteúdos técnicos. O que, de fato, acabou consolidando a instalação de uma organização própria para a educação profissional articulada, porém independente do ensino Médio. Com a edição do Decreto nº 2.208/97 se consolidaram três níveis distintos de educação profissional:

Art.3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente de escolaridade prévia;

II – Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados no ensino médio ou egressos dele, devendo ser ministrado na forma deste Decreto;

III – Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Com o advento do Parecer 16/99 e da Resolução 04/99, do Conselho Nacional de Educação (CNE), implanta-se, de forma irremediável, a vinculação entre as escolas e o mundo do trabalho. Ao tratar das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, o CNE modificou a composição do currículo das escolas, substituindo as antigas grades curriculares por conteúdo baseados em competências. Com isso, os colégios agrícolas ficam obrigados a certificar, ao final do curso, tudo aquilo em que o técnico agrícola é competente para trabalhar, não importando a forma como o curso se organiza para atingir tal intento.

Nesse processo, foi fundamental a presença das lideranças dos técnicos agrícolas para garantir, no rol das competências mínimas a serem cumpridas por todas as escolas agrícolas do país, a inclusão daquelas que têm sido problema para o pleno exercício profissional dos técnicos agrícolas. Foram encaminhados subsídios ao relator do parecer junto ao CNE, conselheiro Francisco Aparecido Cordão, que contou com a colaboração dos conselheiros federais junto ao CONFEA, Luiz Alberto Ferreira (titular) e Márcio Rampelotti (suplente)<sup>3</sup>. Os conselheiros federais do CONFEA puderam, inclusive, acompanhar as

---

<sup>3</sup> Os professores e técnicos agrícolas Luiz Alberto Ferreira e Márcio Rampelotti foram os primeiros profissionais, no país, a ter assento como conselheiros federais junto ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na qualidade de representantes do ensino técnico junto à categoria dos técnicos agrícolas, com mandato no ano de 1999.

três audiências públicas realizadas pela Câmara de Educação Básica do CNE para tratar da matéria, em Recife (14 de abril de 1999), em São Paulo (17 de maio de 1999) e em Brasília (08 de junho de 1999). Como resultado desse trabalho, conquistou-se, entre outros pontos, a inserção de competências de interesse da categoria dos técnicos agrícolas na Resolução 04/99, tais como:

- Planejar, organizar e monitorar: exploração e manejo do solo de acordo com suas características; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais; a produção de mudas (viveiros) e sementes;
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;
- Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.

Para encerrar as considerações acerca das relações entre as escolas e as organizações dos técnicos agrícolas, é oportuna a lembrança do papel dessas entidades como referência social para os estudantes egressos do Ensino Agrícola. A saída de uma escola agrícola, por ocasião da formatura, jamais deveria significar um estado de ruptura e abandono do recém-formado em relação às entidades que lutam pelo engrandecimento da categoria e pela defesa da legislação profissional junto ao mercado de trabalho e ao Conselho Profissional. Por isso, serviços de apoio à passagem para a vida produtiva profissional precisam ser intensificados, organizados, mantendo o técnico em contato com colegas do meio que estejam dispostos a prestar apoio e acolhimento na sua nova fase da vida.



A realização de eventos de aproximação entre trabalhadores e escolas, como os seminários regionais realizados nas escolas filiadas ao CONEA, durante o ano de 2000, integrou esforço nesse sentido. Pode-se destacar também a fundação, em 13 de outubro de 1996, na cidade de São Ludgero, da Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (UNITAGRI), atualmente denominada de Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Ambientais e Agropecuários (UNITAGRI), que sempre buscou a contratação de serviços para seus associados, na sua maioria profissionais técnicos agrícolas.

O ano de 2000 constituiu-se, dessa forma, com o registro definitivo da integração entre o sistema de ensino e o sistema de organização profissional do técnico agrícola. Os eventos consagradores desse intento, em Santa Catarina, passam a ser o II Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas e o V Encontro Estadual do Ensino Agrícola, com realização simultânea no município de Rio do Sul, nos dias 4 e 5 de novembro, numa promoção conjunta da ATASC, do SINTAGRI e do CONEA.

No ano de 2002, entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro, foi realizado no Colégio Agrícola de Camboriú, na cidade de Camboriú, o VIII Encontro Nacional de Ensino Agrícola (ENEA) e o VI Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (ENEASC). A realização do evento esteve a cargo do Colégio Agrícola de Camboriú, CBPEA, CONEA e UFSC. Os apoiadores do evento foram a ATASC, CONDETUF, CONDAF, SEMTEC/MEC, Secretaria do Estado e da Educação/SC, SINTAGRI e UNITAGRI.

O objetivo principal do evento foi reunir professores, estudantes e técnicos da área agropecuária para discutir em torno do tema

“Tecnologia e Cidadania”, ações voltadas aos aspectos éticos da Educação, formação para a sustentabilidade e reforma do ensino.

Na solenidade de abertura, o magnífico reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz, ressaltou a importância da produção de alimento e sua distribuição: “Após o plantio, é importante que haja a distribuição para que a produção chegue à mesa de cada cidadão”. Daí a importância do tema “Tecnologia e Cidadania” abordado no evento, o qual o reitor enfatizou: “A Tecnologia é importante, mas a Cidadania é fundamental”. Na sequência houve a mesa-redonda com o tema “Ação Ética no Ensino Agrícola” e as conferências “Agrotóxicos e a Saúde” e “A Escola no Horizonte da Cidadania Corporativa”. Em seguida, a mesa-redonda com o tema “Construindo a Sustentabilidade”, que teve como coordenadores da mesa o Secretário Nacional de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável e o coordenador geral do evento, professor Luiz Alberto Ferreira. A terceira mesa-redonda, que ocupou uma tarde do evento, teve como tema “Tecnologia & Cidadania – Avaliação e Rumos da Reforma do Ensino Técnico”. Como conferencistas, estavam presentes representantes das entidades: Centro Estadual de Educação Paula Souza/SP, Confederação Brasileira dos Professores de Ensino Agrícola, Conselho dos Dirigentes das Escolas Agrotécnicas, Conselho dos Dirigentes das Escolas Vinculadas às Universidades, e Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina. Como coordenadores da mesa, estavam o Secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC e o presidente do CONEA/SC. Na conferência final do evento foram abordados os temas: “Políticas Públicas” e “Formação de Líderes para o Complexo Rural Brasileiro” pelo Deputado Federal Hugo Mathias Biehl. E, no encerramento dos

trabalhos, houve a escolha da nova diretoria da CBPEA, sob a coordenação do presidente, professor Luiz Calvete Corrêa.

No ano de 2004, nos dias 06 e 07 de novembro, foi realizado o III Congresso Estadual de Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (CETASC) e VII Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (ENEASC). Os eventos foram organizados pelas entidades: ATASC, CONEA, EAFC, Núcleo dos Técnicos Agrícolas de Concórdia, Núcleo dos Técnicos Agrícolas de Seara e SINTAGRI. Foram apoiadores o Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional, Secretaria de Educação de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Concórdia e diversas empresas privadas de Concórdia e do Estado, além de várias cooperativas.

O objetivo principal do evento foi desenvolver o intercâmbio técnico e científico entre os técnicos agrícolas e as instituições de Ensino Agrícola catarinenses; proporcionar boas relações entre dirigentes, professores, técnicos e alunos; estabelecer inter-relações entre os técnicos, instituições de ensino e o Poder Público; exaltar a profissão do técnico e o ensino agrícola como instrumento imprescindível para a valorização do profissional.

O evento foi organizado em forma de palestras e mesas-redondas. Após a abertura pelas autoridades convidadas, foi apresentada uma palestra motivacional com o tema “Caminhos para o Sucesso Profissional”. O ponto alto do evento foi a mesa-redonda com o tema “A Educação Profissional na Área Agropecuária no País e Estado” com o representante da SEMTEC/MEC e da Secretaria de Educação e Inovação de Santa Catarina. Das doze escolas presentes, ficou como destaque a articulação existente entre as Escolas de Ensino Agrícola de

Santa Catarina e as Entidades Profissionais (ATASC, SINTAGRI, UNITAGRI), enfatizando a continuidade dos roteiros de palestras, visitas nas escolas, manutenção e aprimoramento das avaliações por competência para os alunos formandos e disponibilização para outros cursos das escolas. Na sequência do evento, foram debatidos os seguintes temas: “Políticas Públicas para a Agropecuária no País, Estado e Região”, “Produção Agropecuária X Legislação Ambiental – Possibilidades e Entraves” e “O Exercício Profissional do Técnico Agrícola” para encerrar os trabalhos.

No ano de 2009, nos dias 23 e 24 de maio, foi realizado na cidade de Araranguá o IV Congresso de Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (CETASC) e o IX Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (ENEASC). A organização dos eventos esteve a cargo das entidades: ATASC, CONEA, IFC *Campus* Sombrio, NUTASUL e SINTAGRI. Foram apoiadores: CREA/SC, MEC/SETEC, MÚTUA e Prefeitura Municipal de Araranguá, além de outras empresas privadas e cooperativas.

O objetivo central foi promover uma discussão do Ensino Profissional Agropecuário do Estado frente à nova realidade do mercado de trabalho, com suas possibilidades e conquistas no mundo globalizado, sua inserção e discussão na problemática ambiental e valorização da categoria profissional.

Após a abertura oficial, foi ministrada a palestra sobre Empreendedorismo com o presidente da Companhia Brasileira de Lácteos e da Gran Padania do Brasil, técnico agrícola Acari Luiz Menestrina, que apresentou um “Projeto de Sucesso”. A mesa-redonda, composta por representantes da rede federal, estadual e do CONEA,

tratou sobre a “Reforma da Educação Profissional no Brasil – Perspectivas e Futuro”. No debate, foi discutido sobre as mudanças na educação federal com a criação dos institutos federais e as perspectivas dos CEDUPs na visão da Secretaria de Estado de Santa Catarina.

As oficinas de trabalho envolveram alunos, professores e técnicos com os temas: “Código Ambiental Catarinense X Legislação Ambiental Nacional”, “Legislação Profissional do Técnico Agrícola” e “Cooperativas de Trabalho e Crédito”. As duas palestras finais versaram sobre a “Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/SC” e “O Agronegócio Brasileiro: possibilidades para os profissionais técnicos agrícolas”. Dando sequência, foram apresentadas as propostas das oficinas de trabalho e feita a leitura e aprovação da Carta de Araranguá.

O evento foi coordenado pelo professor José Carlos Brancher e contou com a presença de 489 participantes entre técnicos agrícolas, estudantes, professores e gestores das treze instituições agrícolas catarinenses.

Nos dias 19 e 20 de março de 2010, foi realizado em Balneário Camboriú o I Seminário Sul Brasileiro dos Técnicos Agrícolas com os objetivos de promover o intercâmbio técnico e científico entre os técnicos agrícolas e suas instituições de Ensino Agrícola e oportunizar o surgimento de novas lideranças e integração entre os profissionais. Foram parceiros nesse evento a ATASC, ATEAPAR, ATARGS, CONEA, SINTAGRI, SINTEAPR e UNITAGRI.

Dentre os assuntos que foram destaque, estava o Ensino Agrícola Brasileiro, apontado como um dos sustentáculos brasileiros em todas as atividades agropecuárias, principalmente na produção de alimentos, desenvolvimento de tecnologias, mecanismos de produção,

controle, gestão, preservação ambiental entre outras. Uma preocupação, em especial, era a vigilância nas escolas federais transformadas em IFET, para que estas continuassem a oferecer cursos técnicos na área agropecuária e não perdessem sua identidade.

Em Santa Catarina, a preocupação era com os CEDUPs e o descaso administrativo e financeiro por parte do Governo Estadual, pois as direções, professores e técnicos mantinham as escolas funcionando pelo grande amor que têm às instituições.

Outros temas que fizeram parte do evento foram o Mercado de Trabalho, Desafios na Produção de Alimentos, Regulamentação da Profissão e a Mulher Técnica Agrícola.

Entre os dias 12 e 14 de setembro de 2014, ocorreu na cidade de Joinville/SC o II Congresso Nacional de Ensino Agrícola (CONEA), V Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (CETASC) e o X Encontro Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (ENEASC), organizado pelo Instituto Federal Catarinense *Campus* Araquari e coordenado pelo professor Rodrigo Martins Monzani. O evento teve como tema “Educação Profissional, Trabalho e Sustentabilidade” e sua palestra inicial foi “O Panorama da Educação Profissional no Brasil”, proferida pelo professor Luiz Augusto Caldas, Reitor do Instituto Federal Fluminense e Presidente do CONIF.

No dia seguinte, foi realizada uma palestra com o tema “Conselho Profissional Próprio dos Técnicos Industriais e Agrícolas” e “Lei do Estágio”, com a presença dos técnicos Dr. Silvio Walter, Antônio Tiago da Silva e Carlos Dinarte Coelho, do SINTARGS, além do representante do Ministério do Trabalho e Emprego, André Tomé Igreja. Posteriormente, ocorreu uma mesa-redonda, com o tema

“Sustentabilidade – O Uso de Agrotóxicos na Produção de Alimentos”, tendo a participação de Nilsa Schroeder Gramkow, ambientalista e empreendedora da VIA PAX BIO PRODUTOS ORGÂNICOS; do engenheiro agrônomo Cesar Augusto Correa, assistente técnico da Syngenta – HF Especialidade Banana; e da nutricionista e Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho, Cláudia Helena Jasper, nutricionista clínica do CER (Centro Especializado em Reabilitação), com a mediação do professor Oscar Emílio Ludtke Harthmann.

No período vespertino, ocorreram três blocos de palestras e debates, como os temas “Formação Profissional”, “Desafios no Mundo do Trabalho” e “Experiências na Produção de Alimentos de Forma Sustentável”, mediadas pelos professores José Carlos Brancher, Fritz Roloff e Carlos da Fontoura. O primeiro tema foi abordado pelos palestrantes e debatedores, professor Casemiro José Mota, Cientista Social, Assistente Social, Mestre em Educação, do IFC *Campus* Araquari; Luiz Alberto Ferreira, Técnico Agrícola, Licenciado em Ciências Agrícolas, Pedagogo, Doutor em Educação, do IFC *Campus* Camboriú; e Überson Boaretto Rossa, Técnico Agrícola, Licenciado em Ciências Agrícolas, Doutor em Engenharia Florestal, do IFC *Campus* Araquari. O segundo tema, pelos palestrantes e debatedores, professor Gerson Batistella, Técnico Agrícola, Administrador de Empresas, Mestre em Gestão Ambiental, do Colégio Agrícola La Salle – Xanxerê; e Dr. Sílvio Walter, Técnico Agrícola, Cientista Social e Advogado do SINTAGRI/ATASC. O terceiro e último tema foi trabalhado pelos palestrantes e debatedores Eliton Pires, Técnico Agrícola, do IFC *Campus* Santa Rosa do Sul; Erik Nunes Gomes, Técnico Agrícola e em Agrimensura, Licenciado em Ciências Agrícolas, Mestre em Produção

Vegetal; e pelo professor Fernando Prates Bisso, Técnico Agrícola, Engenheiro Agrônomo e Florestal, Doutor em Ciências Ambientais, do IFC *Campus* Araquari.

Os trabalhos seguiram com a exposição, na forma de *banners*, de aproximadamente 100 trabalhos técnico-científicos realizados pelas instituições presentes, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais e Pará.

No dia seguinte (14), o presidente do CREA/SC, Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho Carlos Alberto Kitta Xavier, no início dos trabalhos fez uma fala relacionada à importância dos técnicos agrícolas no Sistema CONFEA/CREA, principalmente em Santa Catarina. Na sequência, o técnico agrícola Antonio Tiago da Silva da CIDASC e presidente do SINTAGRI; e o professor José Carlos Brancher, Técnico Agrícola, Licenciado em Ciências Agrícolas, Mestre em Extensão Rural, do IFC *Campus* Sombrio, presidente da ATASC e FENEA, coordenaram os informes das entidades, o processo eleitoral, bem como os demais encaminhamentos.

O evento seguiu com a palestra “Relações Humanas no Mundo do Trabalho”, proferida pelo professor e radialista Gilson Aguiar, Historiador, Mestre em Antropologia, da UniCesumar e CBN Maringá. O evento contou com a participação de 420 congressistas e recebeu fomento das pró-reitorias de Extensão e Administração (PROEX e PROAD) do Instituto Federal Catarinense, entidades do Movimento dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina e CREA/SC.

Diante da preocupação com a qualidade do Ensino Agrícola e das mudanças que vêm acontecendo na educação brasileira, o CONEA, em conjunto com a FENEA e as entidades ATASC, SINTAGRI e



UNITAGRI, organizam o III Congresso Nacional de Ensino Agrícola (CONEA), o VI Congresso Estadual dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (CETASC) e o XI Encontro Estadual do Ensino Agrícola (ENEASC). O evento terá como tema “Educação Profissional, com Ética e Responsabilidade”, e está programado para os dias 24 e 25 de maio de 2018, no IFC *Campus* Concórdia, data de lançamento desta obra, o livro do CONEA.

Os objetivos principais do evento são:

- Mobilizar os professores das Escolas sobre a responsabilidade que têm na formação técnica de excelência, com responsabilidade e ética. Colocando profissionais no mercado de trabalho que tenham condições de desempenhar suas funções como Técnico em Agropecuária;
- Identificar e discutir as novas tendências para o Ensino Profissionalizante no Estado e no Brasil;
- Debater e trocar experiências com os profissionais técnicos em agropecuária que já estão atuando na área do agronegócio e da agricultura familiar;
- Melhorar e aproximar as relações entre os profissionais participantes, fortalecendo a qualidade do Ensino Agrícola;
- Debater sobre a responsabilidade de formar profissionais capacitados para desenvolverem plenamente suas atribuições profissionais conforme prevê a lei.

A programação do evento, que também marcará um dos maiores momentos da história do CONEA, por meio do lançamento desta obra, que leva o título: *A Proposta Catarinense para o Ensino Técnico Agrícola do Brasil*, terá importantes temas e conferencistas, conforme segue:

**24 de maio**

**Palestra**

Tema: “Organização do Ensino Médio articulado aos Cursos Técnicos”

Mediadora: **Sônia Regina de Souza Fernandes**

Palestrante: **Alessandro Eziquiel da Paixão**

Bacharel em Ciências Sociais

Mestre em Sociologia

Professor EBTT do Instituto Federal Catarinense

**Mesa-redonda**

Tema: “A realidade dos Cursos Técnicos em Agropecuária no Estado de Santa Catarina”

Mediador: **José Carlos Brancher**

Palestrante: **Aníbal Thiele**

Pedagogo e Historiador, Especialista em Gestão Escolar

Diretor da Escola Agrícola La Salle – Rede La Salle Brasil / Chile

Palestrante: **Humberto Aloizio de Oliveira**

Gerente Regional de Educação SED/SC

Palestrante: **Reginaldo Plácido**

Pedagogo, Mestre em Teologia e História

Doutor em Educação

Professor EBTT do Instituto Federal Catarinense

**Palestra**

Tema: “Sustentabilidade no Agronegócio e Sucessão Familiar”

Mediador: **Gerson Batistella**

<p><b>Palestrante: Antonio Waldimir Leopoldino da Silva</b>  Engenheiro Agrônomo, Mestre em Zootecnia  Doutor em Gestão do Conhecimento da  Sustentabilidade  Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina  – UDESC</p>
<p><b>Palestra</b>  Tema: “O mercado de trabalho para o Técnico em Agropecuária e o Exercício da Profissão”  Mediador: <b>Antônio Tiago da Silva</b>  Palestrante: <b>Silvio Walter</b>  Advogado, Especialista em Direito Público  Assessor Jurídico do SINTAGRI/ATASC</p>
<p><b>Jantar de Confraternização</b>  <b>LANÇAMENTO DO LIVRO DO CONEA</b></p>
<p style="text-align: center;"><b><u>25 de maio</u></b></p>
<p><b>Eleição FENEA</b></p>
<p><b>Palestra</b>  Tema: “Produção animal X Respeito aos biomas. Uma Visão Agroecológica”  Mediador: <b>Rafael Viegas Campos</b>  Palestrante: <b>Marcos Flavio Silva Borba</b>  Médico Veterinário, Mestre em Ciências Veterinárias  Doutor em Sociologia, Agroecologia e  Desenvolvimento Sustentável  Pesquisador da EMBRAPA</p>
<p><b>Palestra</b></p>

Tema: “Cooperativismo e a 4ª Revolução Industrial”

Mediador: **Rodrigo Martins Monzani**

Palestrante: **José da Paz Cury**

Administrador, Especialista em Desenvolvimento  
Organizacional

Consultor Coach

Sócio Diretor da Paz Cury Desenvolvimento Humano

LTDA

### **Palestra**

Tema: “Perspectivas e tendências do agronegócio brasileiro e inserção dos Técnicos em Agropecuária nesse mercado”

Mediador: **Nelson Rintzel**

Palestrante: **Hugo Matias Biehl**

Técnico Agrícola

Empresário e Consultor de Agronegócios.

Parapsicólogo Clínico e Coach.

---

## A PROPOSTA CATARINENSE

### **7.1 Introdução**

As instituições de Ensino Técnico Agrícola sempre procuraram proporcionar uma boa formação aos seus alunos, buscando colocar em prática o lema “aprender a fazer fazendo”, despertando maior interesse dos estudantes logo no ingresso, dando a eles a responsabilidade de produzir, compreender os sistemas produtivos e movimentar a instituição que, muitas vezes, dependia dessa produção para a realização das atividades mais básicas até a implantação de novas tecnologias para dar suporte à gestão institucional.

No entanto, verificou-se que, de norte a sul e de leste a oeste de Santa Catarina, não havia uma diretriz, um norte a ser seguido para a formação dos técnicos agrícolas no Estado, sendo os conteúdos abordados das mais diferentes maneiras, com discrepâncias em cargas horárias, competências e habilidades. Assim, formavam-se técnicos agrícolas com boa noção em avicultura, mas sem saber topografia em alguns locais, excelentes na produção vegetal, mas sem qualquer conhecimento de gestão em outros. Dessa maneira, as instituições acharam por bem buscar uma padronização na formação do técnico agrícola em Santa Catarina, tendo como norteador a legislação profissional vigente com as atribuições profissionais. Buscaram,

portanto, através do CONEA, as competências e habilidades fundamentais a serem ensinadas para o bom exercício da profissão.

O ano de 2000 é um marco histórico para o Ensino Técnico Agrícola Catarinense, quando o CONEA definiu a construção da avaliação dos seus formandos. Esta nasceu para que as instituições de ensino pudessem avaliar o nível de conhecimento dos seus futuros profissionais para inserção no mercado de trabalho. Colocar o profissional preparado ante as exigências cada vez maiores das empresas e sociedade em geral, conhecer como estão as habilidades e competências é primordial para que a instituição de ensino possa avaliar onde estão seus acertos e onde há necessidade de melhoria para que os profissionais possam estar preparados para atender à Legislação Profissional que os ampara profissionalmente.

A construção da Avaliação do CONEA propiciou o encontro de todas as instituições agrícolas, por conseguinte, fez com que os professores e técnicos reunidos pudessem trocar informações, experiências, pesquisas, trabalhos e conhecimentos. Juntos, nessa construção, estavam sempre presentes as entidades representativas dos técnicos agrícolas catarinenses, ATASC, SINTAGRI e UNITAGRI. Profissionais que estão no dia a dia, no mercado de trabalho e em contato direto com empresas públicas, privadas, empreendedores, empresários e profissionais. Estes fazem o *feedback* direto entre o mercado e as instituições, o que faz com que ocorra uma leitura esclarecedora para os rumos que devemos dar à formação. Com essa premissa, pode-se observar o trabalho articulado e a visão clara da busca pelos objetivos. Um dos pontos de grande debate nas reuniões, eventos

de lideranças, congressos e encontros tem merecido destaque, que são as Unidades Educativas de Produção (UEPs). Quando professores e técnicos se reúnem, nas diferentes instituições de ensino, é possível observar uma especial atenção para visitarem as UEPs, para observação e discussão que os levem à implementação de novidades e melhorias na sua escola.

Outro ponto que é importante destacar são as elaborações das questões referentes à Avaliação do CONEA. No começo do trabalho, eram recebidas questões com grau de elaboração muito aquém das que hoje fazem parte das questões recebidas e que farão parte da avaliação, portanto, o trabalho conjunto e organizado levou a um crescimento de todo o grupo de escolas e profissionais. Os professores têm dado um destaque importante na elaboração das questões bem construídas e abrangentes, as quais levam os formandos a utilizarem uma gama maior de conhecimentos adquiridos durante os três anos de escola. Com a adequação das Habilidades e Competências houve uma preocupação há bastante tempo, dentro do grupo, da necessidade das instituições de ensino adequarem as suas grades curriculares ou seus conhecimentos voltados para o atendimento da Legislação Profissional dos Técnicos Agrícolas. Existe uma legislação ampla, clara e específica para a categoria, portanto, precisa ser bem trabalhada e merecedora de destaque no aprendizado, trabalhar efetivamente todos os conteúdos necessários ao atendimento das legislações amparadoras.

Com a transformação das escolas e colégios agrícolas em Institutos Federais, observou-se que parte desse segmento, liderados por alguns gestores nacionais, estavam preocupados com a criação de

*Campi* enxutos, a ponto de abolirem as UEPs e as fazendas das instituições. Nesse momento, as entidades catarinenses: ATASC, CONEA, SINTAGRI e UNITAGRI, lideraram em conjunto com o AGPTEA do Rio Grande do Sul e outros três estados, através das instituições de ensino, um movimento contra a criação de uma escola que iria funcionar sem o seu principal diferencial de formação profissional, que eram as UEPs. Desse movimento articulado durante o I Congresso Nacional de Ensino Agrícola e XXVI Encontro Estadual de Professores de Ensino Agrícola em Torres/RS, nasceu a Federação Nacional de Ensino Agrícola (FENEA). Esta foi criada após a extinção da CBPEA e o objetivo principal era buscar a integração e articulação do ensino agrícola brasileiro, pois hoje há um grande número de escolas agrícolas e instituições públicas e particulares que formam profissionais técnicos agrícolas e, muitas vezes, estão no completo abandono e descaso pelo setor público, sem condições de manutenção básica, de estrutura física e de tecnologias para acompanhar a evolução do setor produtivo.

O ponto em comum das entidades era a proposição de barrar a criação de instituições que não tivessem em seus *Campi* as Unidades Educativas de Produção (UEPs). Essa proposta é um dos pontos de destaque do CONEA e de suas instituições parceiras: a manutenção das fazendas e dos setores que dão vida aos conhecimentos recebidos nas aulas teóricas.



## **7.2 Fundamentações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica quando referenciam a Educação Profissional e Tecnológica, modalidade a qual o Ensino Agrícola está inserido, demonstra que a partir do princípio proposto pela LDB 9394/96, é preciso oportunizar aos alunos: “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” assim, vislumbra-se a necessidade de uma formação profissional técnica de qualidade com a ocorrência das práticas de campo e, no caso do ensino agrícola, dos Projetos Didáticos de Produção/Laboratório de Atividade Prática/Unidade Didática de Produção/Unidades Educativas de Produção, considerando o projeto curricular da escola e seu contexto de inserção.

Tal documento, que é instrumento legal e diretivo a todas as escolas do país, independentemente do sistema a que pertencem, observa ainda o que as instituições internacionais de educação profissional há muito nos tem ensinado, considerando que a melhor maneira para desenvolver os saberes profissionais dos trabalhadores está na inserção das várias dimensões da cultura, da ciência, da tecnologia e do trabalho, bem como de sua contextualização, situando os objetivos da aprendizagem em ambiente real de trabalho e, no caso do ensino agrícola, é preciso chamar a atenção que essa proposta se efetiva a partir dos Projetos Didáticos de Produção onde se consubstanciam as práticas nas atividades de campo em Agricultura, Horticultura, Fruticultura,

Silvicultura, Avicultura, Bovinocultura de Corte e de Leite, Indústrias Rurais e Suinocultura. Essa dinâmica exige o desenvolvimento de metodologias de ensino que aliem, permanentemente, a teoria e a prática.

Ainda, sobre a dimensão teoria-prática, o referido documento (DCN) preconiza que a integração do conhecimento teórico com a prática profissional é um desafio presente no processo educacional, especialmente no Profissional, porque é a prática que constitui e organiza a educação profissional, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilidade profissional técnica às correspondentes etapas de qualificação e especialização profissional técnica. A LDB enfatiza que não deve haver dissociação entre teoria e prática. Por isso, a prática se configura não apenas como situações ou momentos distintos de um curso, mas como um aspecto inerente a uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação todo o aprendizado.

Diante disso, é difícil imaginar a formação do técnico em agropecuária com a ausência ou distanciamento das práticas de campo cotidianas, sendo que com elas é que ocorre a formação técnica que embasará a atividade profissional do técnico no mundo do trabalho fundamentando a produção e o sentido da sustentabilidade.

### **7.3 Justificativas para a continuidade e aparelhamento das UEPs**

Muitas vezes, critica-se a respeito da participação de alunos na produção agropecuária das escolas agrícolas, no entanto, é necessário

compreender que esses adolescentes estão aprendendo uma profissão e terão uma ampla Legislação Profissional que os ampara. Eles não podem errar como profissionais, pois poderão receber sanções impostas pelos Conselhos Profissionais que os fiscalizam. Partindo desse pressuposto, a escola é o momento ideal para que os estudantes possam praticar, testar, experimentar, vivenciar, aplicar e, caso errem, estão no local certo para serem orientados, mudar sua prática e aprender a fazê-la corretamente. Ao serem direcionados ao campo para auxiliar nos projetos, esses adolescentes estão participando ativamente de sua formação profissional com a melhor aula prática possível: a inserção real no trabalho. Convém ressaltar que a principal preocupação é que esses estudantes estejam sempre com o acompanhamento dos professores ou técnicos que os possam assessorar e orientar nas atividades técnicas que irão conduzir.

Ao participar da produção agropecuária, os jovens aprendem as técnicas recomendadas e também descobrem que nem sempre é possível realizar exatamente aquilo que se vê nos livros, já que a natureza reserva algumas surpresas, sempre trazendo situações diferenciadas a cada dia, local e hora. O estudante se depara ora com a falta de água, ora com o excesso de chuva. Em um determinado momento, a temperatura está acima e no outro está abaixo daquela recomendada e isso interfere em todo o ciclo da planta/animal. As decisões sobre o próximo passo muitas vezes está diretamente ligada ao que acontece no momento, com muitas variáveis a serem consideradas – temperatura, umidade, radiação solar, fertilidade do solo, entre outros aspectos. E ainda a espécie cultivada em questão, seja ela vegetal ou animal.

Nas Unidades Educativas de Produção (UEPs), os jovens descobrem que a vida animal e vegetal de fato existe e que sua continuidade e produtividade depende de muitos fatores. Aprende que a planta que não foi irrigada não desenvolve e que o animal que não recebeu alimento não engorda. Aprende que se essa situação se prolonga, a vida perece, mas quando não perece, a vida gera vida. Isso lhe dá uma visão de realidade necessária para exercer sua futura profissão. Ao mesmo tempo em que esta realidade o faz crescer como pessoa, também lhe mostra que o trabalho bem feito retorna como produção, alimento e satisfação pessoal e financeira. Isso desenvolve no jovem uma responsabilidade que não se vê facilmente. Além disso, o técnico agrícola é a pessoa preparada para fazer a execução de muitos processos produtivos. Não se pode admitir em uma educação profissional que importantes práticas da profissão sejam somente com os aparelhos multimídia, mostrando e ensinando somente dentro das paredes das salas de aula, o aluno tem que ser proativo e participativo dos processos.

De acordo com uma das atribuições legais do técnico em agropecuária, ele deve estar capacitado para selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receita de produtos agrotóxicos. Para atender a essa importante competência profissional, precisamos levá-lo ao campo para fazer as simulações reais de regulação do pulverizador, utilização correta das peneiras, bicos de pulverização adequados, abastecimento de água, qualidade da água, cuidados no abastecimento, calibração dos bicos, velocidade de aplicação, velocidade dos ventos, deriva, entre outros. É preciso que os

profissionais estejam devidamente preparados para que não instruem erroneamente os produtores rurais quando vão prestar assistência técnica. Estes têm de fazer aplicações adequadas para que não haja gastos desnecessários e utilização em excesso de agrotóxicos que possam causar contaminações ambientais. A aplicação de produtos agrotóxicos pode levar os profissionais a responsabilizações tanto pelos Conselhos Profissionais quanto pelo Ministério Público, em caso de má aplicação e danos ao meio ambiente, animais ou pessoas.

#### **7.4 Considerações sobre as UEPs na formação dos Técnicos Agrícolas**

As Escolas Agrícolas, tanto do sistema federal, estadual ou particular, dispõem de amplos espaços/áreas para desenvolver suas práticas de campo, como um meio didático de aprendizagem das técnicas nas áreas de agricultura e pecuária, além de produzir para a manutenção da estrutura e continuidade dos projetos no sistema cooperativa-escola ou de projetos conduzidos pelos alunos para aprendizagem e aplicação das diferentes tecnologias colocadas pelo mercado anualmente. Tais espaços possibilitam o desenvolvimento das novas tecnologias, novos cultivares, pesquisas e experimentações para ampliar a produtividade das culturas do meio escolar agrícola e meio externo, no agronegócio e agricultura familiar.

A teoria e a prática deverão estar conjugadas no desenvolvimento do currículo, por meio da integração horizontal e vertical dos conteúdos das disciplinas que compõem a matriz curricular

do curso, portanto, as UEPs devem estar presentes no cotidiano dos alunos para que esta formação seja adequada e o profissional vá realmente preparado para o mercado de trabalho ou retorne para sua propriedade e desempenhe as atividades produtivas.

O Técnico em Agropecuária que possui formação teórica e prática tem a possibilidade de atuar como mediador entre as novas tecnologias e o produtor rural. Fazendo conexões entre o cotidiano e a realidade atual da agropecuária, analisando as características econômicas, sociais e ambientais, utilizando adequadamente técnicas que apontem para o desenvolvimento sustentável e com lucratividade, visando assim à melhoria da qualidade de vida do produtor rural.

A atividade prática nas UEPs é um recurso pedagógico fundamental para o desenvolvimento da capacidade de construção e compreensão do conhecimento, proporcionando ao aluno condições para desenvolver as diferentes atividades com eficácia técnica e assim contribuir com a sociedade. Além disso, a atividade prática tem o papel de instigar a dúvida e a curiosidade no aluno a fim de promovê-lo a sujeito do processo de produção de conhecimentos.

No campo da agropecuária é impossível ter um Técnico qualificado se a sua formação não for complementada com atividades práticas nas UEPs e não é raro encontrar alunos insatisfeitos com o que a escola lhes oferece hoje, no sentido de ter uma formação cada vez mais teórica, com poucos investimentos nas UEPs, proporcionando um técnico cada vez mais limitado no mercado de trabalho.

Na opinião dos professores, o Ensino Agrícola baseado nas UEPs forma muito mais do que um técnico agrícola, forma um cidadão completo, capaz, responsável, integrado e útil à sociedade como nenhum outro profissional da mesma área. A produção de alimentos é a mais primitiva de todas as atividades e continua tão importante hoje do que quando foi iniciada.

### 7.5 Competências gerais

As competências foram estabelecidas a partir do ano 2000, quando surgiu a primeira Avaliação do CONEA, que era composta de três questões de cada competência.

Do ano 2000 até o ano de 2005, o sistema de Avaliação do Conselho utilizou as 14 competências profissionais construídas pelo MEC/SEMTEC, sugeridas e distribuídas para as instituições de ensino. Sendo que a competência de número 2, da área de Produção Vegetal, se desdobrava em seis diferentes áreas, como segue abaixo:

Quadro 1. Competências utilizadas na Avaliação do CONEA de 2000 a 2005

	<b>Competência</b>
Competência 1	Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares das áreas a serem implementadas.
Competência 2a	Planejar, organizar e monitorar a exploração e manejo do solo de acordo com suas características.

Competência 2b	Planejar, organizar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais.
Competência 2c	Planejar, organizar e monitorar a propagação em cultivos abertos ou protegidos em viveiros e casas de vegetação.
Competência 2d	Planejar, organizar e monitorar a obtenção pelo preparo da produção animal; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais.
Competência 2e	Planejar, organizar e monitorar os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
Competência 2f	Planejar, organizar e monitorar a produção de mudas (viveiros) e sementes.
Competência 3	Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alopatóxicos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas.
Competência 4	Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão da receita de produtos agrotóxicos.
Competência 5	Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
Competência 6	Conhecer e executar os projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.



Competência 7	Identificar famílias de micro-organismos diferenciando entre benéficos e maléficos.
Competência 8	Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético.
Competência 9	Elaborar, aplicar e monitorar programas de reprodução, programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial.
Competência 10	Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.
Competência 11	Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos.
Competência 12	Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos.
Competência 13	Elaborar relatórios e projetos topográficos e de impacto ambiental.
Competência 14	Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.

Fonte: CONEA, 2017.

No ano de 2006, em assembleia ordinária do CONEA, o grupo de professores decidiu alterar e adequar as competências utilizadas na avaliação de acordo com as atribuições legais dos Técnicos Agrícolas e, por consequência, às demandas do mercado de trabalho. Passou-se a utilizar, a partir desse ano, 20 competências para compor a Avaliação Anual do Conselho.

Porém, a partir dessa alteração, começou um novo debate entre os professores: as novas competências foram construídas de acordo com

as atribuições profissionais e, por conseguinte, com as demandas do mercado de trabalho; e não bastava apenas cobrá-las na avaliação anual. Começou, assim, uma importante discussão para que essas competências fossem trabalhadas nas escolas, contempladas em forma de disciplinas ou conteúdos de disciplinas afins na matriz curricular.

Essa nova discussão deu origem ao primeiro Fórum de Ensino Agrícola, que buscou debater a qualidade do ensino e a preparação profissional dos técnicos em agropecuária que estavam sendo formados.

Assim, as 20 novas competências abaixo foram utilizadas nas avaliações de 2006 a 2012.

Quadro 2. Competências utilizadas na Avaliação do CONEA de 2006 a 2012

<b>Área</b>	<b>Competência Geral</b>
01 – Agricultura	Planejar, organizar, executar e monitorar a exploração e manejo dos solos de acordo com suas características químicas, físicas e biológicas.
02 – Culturas Anuais	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento e controle fitossanitário das culturas anuais, acompanhando a colheita e pós-colheita.
03 – Olericultura	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos para a propagação, cultivo, produção e controle fitossanitário da olericultura em ambientes abertos e protegidos, acompanhando a colheita e pós-colheita.

04 – Fruticultura	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização de fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento, produção e controle fitossanitário da fruticultura, acompanhando a colheita, pós-colheita e certificação fitossanitária.
05 – Viveiricultura	Planejar, organizar, executar e monitorar a coleta de sementes, a produção de mudas, através de propagação gâmica e agâmica em viveiros.
06 – Forrageiras	Identificar, selecionar, planejar, executar e monitorar o cultivo e a produção das forrageiras, avaliando seus valores nutricionais e sua melhor utilização na atividade pecuária.
07 – Paisagismo	Planejar e executar os projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.
08 – Reflorestamento e Silvicultura	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização de fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento, produção e controle fitossanitário do reflorestamento e silvicultura, acompanhando a certificação fitossanitária.
09 – Zootecnia	Planejar, organizar, executar e monitorar programas de nutrição, reprodução animal e melhoramento genético em projetos zootécnicos.
10 – Criação de Animal de Pequeno Porte	Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e manejo, os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de pequeno porte.

11 – Criação de Animal de Médio Porte	Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e manejo, os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de médio porte.
12 – Criação de Animal de Grande Porte	Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e manejo, os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de grande porte.
13 – Mecanização Agrícola	Conhecer, organizar, executar e monitorar o funcionamento, manutenção e regulagens das máquinas e implementos agrícolas para sua correta utilização, obedecendo às normas de segurança.
14 – Irrigação	Planejar, orientar, executar e monitorar a implantação e o uso adequado de sistemas de irrigação.
15 – Construções e Instalações Rurais	Planejar, elaborar e executar projetos de construções rurais, identificando materiais e suas aplicações.
16 – Desenho e Topografia	Conhecer e identificar materiais e instrumentos topográficos para orientar e executar representações gráficas, elaborar projetos e relatórios, bem como analisar e avaliar impactos ambientais.
17 – Projetos e Receituário	Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios, projetos e receituário agrícola nas atividades de agropecuária, agroindustrial e ambiental.
18 – Produtos Agroindustriais	Planejar, organizar, executar e monitorar a obtenção, o preparo e a conservação da matéria-prima, além dos processos higiênico-sanitários na elaboração de produtos agroindustriais.

19 – Associativismo, Cooperativismo e Extensão Rural	Levantar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as necessidades de implantação de sistemas associativistas e cooperativistas para melhorar a produção agropecuária.
20 – Administração Rural	Planejar, organizar, implantar e gerenciar sistemas de controle na qualidade da produção agropecuária, modelos de gestão de empreendimentos e técnicas mercadológicas de distribuição e comercialização de produtos.

Fonte: CONEA, 2017.

No ano de 2012, após a realização do V Fórum de Ensino Agrícola de Santa Catarina, organizado pelo CONEA, na Escola Agrícola La Salle de Xanxerê, finalizaram-se os trabalhos e discussões sobre as competências relevantes e necessárias na formação dos Técnicos em Agropecuária. Foram estabelecidas duas novas competências e, a partir do ano de 2013, a avaliação do CONEA passou a ser elaborada com 22 competências.

Durante a realização dos cinco fóruns, entre os anos de 2006 e 2012, os debates e discussões sempre levaram em consideração a promulgação da Lei 5.524/68 que reconheceu a profissão de Técnico Agrícola e Industrial, sua regulamentação pelo Decreto 90.922/85 e atualização pelo Decreto 4.560/2002.

Assim, entende-se que a legislação é clara sobre as atribuições do Técnico Agrícola e também sobre a responsabilidade das instituições de ensino formadoras desses profissionais, que vão trabalhar as competências, habilidades e conhecimentos necessários para que eles

possam adquirir seus registros profissionais e exercer sua profissão conforme prevê a lei.

Quadro 3. Competências utilizadas na Avaliação do CONEA a partir de 2013

<b>Área</b>	<b>Competência Geral</b>
01 – Agricultura	Conhecer e utilizar a relação solo-água-planta-atmosfera para planejar, organizar, executar e monitorar a exploração e manejo dos solos de acordo com suas características químicas, físicas e biológicas.
02 – Culturas Anuais	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento e controle fitossanitário das culturas anuais, acompanhando a colheita e a pós-colheita.
03 – Olericultura	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos para a propagação, cultivo, produção e controle fitossanitário das olerícolas em ambientes abertos e protegidos, acompanhando a colheita e a pós-colheita.
04 – Fruticultura	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização de fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento, produção e controle fitossanitário das frutíferas, acompanhando a colheita e a pós-colheita.
05 – Paisagismo	Planejar, organizar, executar e monitorar os projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.

06 – Silvicultura	Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização de fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento, produção, controle fitossanitário e a colheita das espécies silvícolas.
07 – Viveiricultura	Planejar, organizar, executar e monitorar a coleta de sementes, a escolha de material vegetativo para a produção de mudas, através de propagação sexuada e assexuada em viveiros, para o consumo próprio e comercialização, de acordo com a legislação vigente.
08 – Defesa Sanitária Vegetal	Planejar, organizar, executar e monitorar os programas e métodos de defesa sanitária vegetal, de acordo com a legislação vigente.
09 – Forragicultura	Identificar, selecionar, planejar, executar e monitorar o cultivo e a produção das forrageiras, avaliando seus valores nutricionais e sua melhor utilização na atividade pecuária.
10 – Zootecnia e Defesa Sanitária Animal	Conhecer a fisiologia e morfologia animal para planejar, organizar, executar e monitorar programas de nutrição, reprodução animal, melhoramento genético e métodos de defesa sanitária animal, de acordo com a legislação vigente.
11 – Criação de Animal de Pequeno Porte	Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e de manejo, bem como os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de pequeno porte.
12 – Criação de Animal de Médio Porte	Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e de manejo, bem como os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de médio porte.

13 – Criação de Animal de Grande Porte	Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e de manejo, bem como os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de grande porte.
14 – Mecanização Agrícola	Conhecer, organizar, executar e monitorar o funcionamento, manutenção e regulagens das máquinas e implementos agrícolas para sua correta utilização, de acordo com as normas de segurança.
15 – Irrigação e Drenagem	Planejar, organizar, executar, orientar e monitorar projetos de irrigação e drenagem de acordo com a legislação vigente.
16 – Construções e Instalações Rurais	Planejar, elaborar e executar projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais, identificando materiais e suas aplicações.
17 – Desenho e Topografia	Conhecer e operar os instrumentos topográficos a fim de orientar e executar os métodos de levantamentos planimétricos e altimétricos para a obtenção de representações gráficas na área rural.
18 – Produtos Agroindustriais	Planejar, organizar, executar e monitorar a obtenção, o preparo, a conservação da matéria-prima e os processos higiênico-sanitários na elaboração de produtos agroindustriais de origem animal e vegetal.
19 – Associativismo, Cooperativismo e Extensão Rural	Conhecer, identificar, constituir, organizar e gerenciar sistemas associativistas, cooperativistas, sindicais e de extensão rural.



20 – Administração e Economia Rural	Planejar, organizar, implantar e gerenciar sistemas de controle na qualidade dos processos de produção agropecuária, modelos de gestão de empreendimentos, teoria econômica e técnicas mercadológicas de distribuição e comercialização de produtos.
21 – Planejamento e Projetos Agropecuários	Conhecer, planejar, elaborar, executar e monitorar perícias, laudos, pareceres, relatórios e projetos de viabilidade, custeio, investimento e licenciamento ambiental nas atividades agropecuárias.
22 – Deontologia e Organização Profissional	Conhecer, entender e utilizar o sistema de fiscalização, as organizações da categoria e a legislação profissional do Técnico Agrícola, respeitando os princípios éticos.
Práticas Agropecuárias Orientadas	Conhecer e desenvolver as práticas agropecuárias inerentes às atribuições profissionais e de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
Estágio Curricular Obrigatório	Conhecer, planejar e desenvolver estágio curricular obrigatório visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Fonte: CONEA, 2017.

Também como resultado dos cinco fóruns organizados pelo CONEA, é contemplada a necessidade de que sejam trabalhadas pelas escolas as Práticas Agropecuárias Orientadas, pois não é possível

admitir a formação de um profissional técnico sem desenvolver suas habilidades através do aprender fazendo.

Para garantir o pleno exercício da profissão, é necessário também proporcionar aos alunos a realização do estágio curricular obrigatório, possibilitando uma melhor aproximação com a realidade do mercado de trabalho.

## **7.6 Competências, habilidades e bases tecnológicas**

A seguir serão apresentadas as 22 competências gerais, com suas competências específicas, habilidades e bases tecnológicas a serem trabalhadas. Destaca-se que estas competências são resultado dos cinco fóruns e foram elaboradas pelos professores, em conjunto com as equipes diretivas das escolas, e com as entidades ATASC, SINTAGRI e UNITAGRI.

Para cada competência, a proposta apresenta uma sugestão de carga horária que seria a ideal para desenvolver as competências e habilidades necessárias que o técnico agrícola precisa para desempenhar com eficácia suas atribuições profissionais, de acordo com o que prevê a lei. Dessa forma, cabe a cada escola organizar sua estrutura curricular de acordo com o seu projeto de ensino.

### **7.6.1 Competência 01 – Agricultura (80h)**

Conhecer e utilizar a relação solo-água-planta-atmosfera para planejar, organizar, executar e monitorar a exploração e manejo dos solos de acordo com suas características químicas, físicas e biológicas.

#### **7.6.1.1 Competências específicas**

- Conhecer a origem e evolução da agricultura;
- Conhecer a formação, constituição, perfil e classificação da aptidão agrícola dos solos;
- Conhecer e utilizar a relação solo-água-planta-atmosfera;
- Planejar, organizar, executar e monitorar a exploração, o manejo e a conservação do solo e da água de acordo com suas características e preservação ambiental;
- Conhecer as metodologias de avaliação da fertilidade do solo, fontes de corretivos e nutrientes, métodos e técnicas de correção, adubação e recuperação dos solos;
- Conhecer e avaliar a fertilidade do solo por meio da interpretação da análise físico-química do solo, para a recomendação de correção e adubação.

#### **7.6.1.2 Habilidades**

- Diferenciar os diversos tipos de agricultura;
- Determinar e identificar as diferentes classes e perfis do solo;
- Saber identificar as diferentes constituições do solo;
- Classificar os solos de acordo com sua aptidão e uso;

- Identificar os aparelhos climatológicos e seus usos na agricultura;
- Compreender o ciclo hidrológico;
- Entender a influência do clima na interação solo-planta;
- Determinar e inter-relacionar as características físicas, químicas e biológicas do solo;
- Identificar as fontes de matéria orgânica;
- Identificar os tipos de erosão e seus efeitos;
- Propor métodos e técnicas de conservação dos solos;
- Identificar as áreas para coleta de amostras de solo;
- Coletar amostras de solo;
- Identificar os níveis de fertilidade do solo e as exigências das culturas;
- Diferenciar e utilizar os tipos e formas de adubação;
- Classificar os elementos em macronutrientes e micronutrientes;
- Estabelecer a relação entre pH do solo e a disponibilidade de nutrientes para a planta;
- Determinar e organizar programas de rotação, sucessão e consorciação de culturas;
- Interpretar laudos de análise de solo;
- Calcular a recomendação de correção e adubação.

#### 7.6.1.3 Bases tecnológicas

- Agricultura: histórico, evolução, conceitos, objetivos e finalidades;
- Noções de agroecologia;
- Formação e perfil do solo;
- Características físicas, químicas e biológicas do solo;
- Adubação orgânica e mineral;

- Fotoperíodo;
- Umidade relativa do ar;
- Fluxo de água no solo;
- Qualidade da água para a agricultura;
- Preservação de nascentes e microbacias hidrográficas;
- Tipos de erosão;
- Recuperação de solos degradados;
- Técnicas de conservação dos solos;
- Rotação e sucessão de culturas;
- Compostagem;
- Matéria orgânica;
- Cobertura do solo;
- Funções e classificação dos nutrientes;
- Deficiências nutricionais;
- Classificação dos fertilizantes;
- Formas e métodos de aplicação de fertilizantes;
- Interpretação da análise e diagnose nutricional foliar;
- Interpretação da análise química e física do solo;
- Cálculos de recomendação de adubação e correção.

### **7.6.2 Competência 02 – Culturas Anuais (100h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos na implantação, crescimento, desenvolvimento e controle fitossanitário das culturas anuais, acompanhando a colheita e a pós-colheita.

### 7.6.2.1 Competências específicas

- Conhecer a origem e a evolução das culturas anuais;
- Dominar as características morfológicas e fisiológicas das plantas;
- Aprender e utilizar o zoneamento agrícola das culturas estudadas;
- Conhecer, utilizar e monitorar os diferentes sistemas de cultivo;
- Conhecer e identificar plantas invasoras, pragas e doenças;
- Aprender, planejar e utilizar os métodos de rotação, sucessão e consorciação de culturas;
- Planejar, implantar, monitorar e avaliar os métodos de controle de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Projetar, implantar e monitorar programas de adubação, correção e avaliação nutricional das plantas;
- Programar, dimensionar e monitorar a colheita, transporte, armazenagem e beneficiamento dos produtos.

### 7.6.2.2 Habilidades

- Utilizar dados meteorológicos como parâmetro para elaboração de planos de cultivo;
- Fazer cronogramas de cultivos baseados no zoneamento agrícola;
- Identificar e relacionar o estágio fenológico das plantas com as técnicas de manejo;
- Determinar a distribuição espacial e a população de plantas;
- Utilizar os métodos de rotação, sucessão e consorciação de culturas;
- Relacionar os estádios de desenvolvimento das plantas com o manejo de adubação;

- Relacionar a ocorrência de doenças, pragas e plantas invasoras com o estágio fenológico das plantas, associados aos fatores ambientais;
- Identificar sintomas de deficiência nutricional;
- Calcular e aplicar a adubação necessária para cada cultura;
- Utilizar práticas de cobertura do solo;
- Identificar o ponto de colheita das diversas culturas;
- Recomendar o escalonamento de semeadura e colheita;
- Identificar os fatores que afetam o processo de colheita;
- Recomendar técnicas de secagem, armazenamento e comercialização dos produtos.

#### 7.6.2.3 Bases tecnológicas

- Histórico e evolução das espécies cultivadas;
- Cultivares;
- Dados meteorológicos;
- Exigências climáticas da cultura;
- Morfologia e fisiologia vegetal;
- Sistemas de semeadura e plantio;
- Rotação, sucessão e consorciação de culturas;
- Arranjo espacial de plantas;
- Técnicas de adubação;
- Tratos culturais;
- Polinização e fertilização;
- Alelopatia;
- Inoculação;
- Simbiose;
- Pragas;

- Doenças;
- Plantas invasoras;
- Manejo integrado;
- Monitoramento e controle de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Ponto de colheita;
- Fatores que afetam a colheita e a pós-colheita;
- Controle de pragas e doenças de produtos armazenados;
- Legislação vigente.

### **7.6.3 Competência 03 – Olericultura (80h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores climáticos para a propagação, cultivo, produção e controle fitossanitário das olerícolas em ambientes abertos e protegidos, acompanhando a colheita e a pós-colheita.

#### **7.6.3.1 Competências específicas**

- Conhecer a origem e a evolução da olericultura;
- Dominar e utilizar os métodos de propagação de olerícolas;
- Discriminar as características morfológicas e fisiológicas correlacionadas à estrutura da planta em relação a sua função econômica;
- Identificar, planejar, avaliar e monitorar a interferência dos fatores edafoclimáticos na elaboração do cronograma de cultivo das hortaliças;



- Conhecer, planejar e utilizar os sistemas de rotação, sucessão e consorciação de culturas;
- Planejar, executar e monitorar as formas de adubação, semeadura, plantio, tratos culturais, controle de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Dominar as metodologias dos sistemas de cultivo a campo, em ambientes protegidos e sistemas de hidroponia;
- Conhecer, utilizar, organizar e monitorar os métodos e técnicas de colheita, seleção, classificação, embalagem, rotulagem, armazenamento e comercialização.

#### 7.6.3.2 Habilidades

- Identificar a origem e a evolução das espécies olerícolas;
- Entender os efeitos dos fatores climáticos nas plantas;
- Coletar, registrar e utilizar dados meteorológicos;
- Elaborar e executar cronograma de cultivo e manejo cultural;
- Utilizar práticas de otimização e controle dos fatores climáticos relacionados ao crescimento e desenvolvimento da planta;
- Identificar as principais funções reprodutivas das plantas;
- Utilizar métodos de propagação sexuada e assexuada;
- Instalar, monitorar e manejar ambientes protegidos;
- Manejar sistemas de produção hidropônicos;
- Produzir mudas olerícolas;
- Identificar porcentagem de germinação e determinar quantidade de semente, espaçamento e profundidade de plantio;

- Realizar tratos culturais nas plantas;
- Fazer o reconhecimento de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Utilizar informações sobre os fatores climáticos no manejo de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Utilizar os métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Identificar o ponto de colheita;
- Orientar e acompanhar a colheita;
- Fazer seleção, classificação e padronização da produção;
- Aplicar as técnicas de amadurecimento;
- Aplicar as técnicas de embalagem e rotulagem para os diversos produtos;
- Definir os canais de comercialização.

#### 7.6.3.3 Bases tecnológicas

- História da olericultura;
- Introdução à olericultura;
- Classificação das hortaliças quanto às partes comestíveis;
- Classificação das hortas;
- Importância econômica, social e nutricional das hortaliças;
- Taxonomia;
- Fertilidade e nutrição;
- Fatores e elementos climáticos;
- Exigências climáticas da cultura;
- Manejo cultural;

- Máquinas, equipamentos e ferramentas;
- Propagação sexuada e assexuada;
- Cultivos protegidos;
- Plasticultura;
- Produção de mudas olerícolas;
- Substratos;
- Rotação, sucessão e consorciação de culturas;
- Plantas companheiras e antagônicas;
- Sistemas de irrigação e qualidade da água;
- Sistemas de condução;
- Cultivo hidropônico;
- Manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Produção de base agroecológica;
- Ponto de colheita;
- Fatores que afetam a colheita e a pós-colheita;
- Classificação, padronização e rotulagem;
- Sistema de comercialização;
- Legislação vigente.

#### **7.6.4 Competência 04 – Fruticultura (80h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização de fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento, produção e controle fitossanitário das frutíferas, acompanhando a colheita e a pós-colheita.

#### 7.6.4.1 Competências específicas

- Conhecer a origem e a evolução da fruticultura;
- Discriminar as características morfológicas e fisiológicas correlacionadas à estrutura da planta em relação a sua função econômica;
- Dominar e utilizar os métodos de propagação de frutíferas;
- Conhecer, planejar, implantar e monitorar pomares de acordo com sua viabilidade econômica;
- Identificar, planejar, avaliar e monitorar a interferência dos fatores edafoclimáticos na implantação e produção do pomar;
- Conhecer, planejar, executar e monitorar as formas de plantio, tratamentos culturais, controle de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Dominar, utilizar, organizar e monitorar os métodos e técnicas de colheita, seleção, classificação, embalagem, rotulagem, armazenamento e comercialização.

#### 7.6.4.2 Habilidades

- Identificar a origem e a evolução das espécies frutíferas;
- Identificar os efeitos dos fatores climáticos nas plantas;
- Executar cronograma de cultivo e manejo cultural;
- Implantar culturas intercalares;
- Utilizar práticas de otimização e controle dos fatores climáticos relacionados ao crescimento e desenvolvimento da planta;

- Identificar e monitorar as principais funções reprodutivas das plantas;
- Utilizar métodos de propagação sexuada e assexuada;
- Utilizar técnicas de quebra de dormência;
- Identificar e realizar tratos culturais;
- Utilizar técnicas de condução de plantas frutíferas;
- Utilizar os diferentes tipos de podas nas plantas frutíferas;
- Fazer o reconhecimento de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Utilizar informações sobre os fatores climáticos no manejo de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Utilizar os métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Identificar o ponto de colheita por meio de diferentes métodos;
- Fazer a seleção e padronização da produção;
- Aplicar as técnicas de amadurecimento;
- Utilizar as técnicas de classificação, embalagem e rotulagem para os diversos produtos;
- Orientar e acompanhar a colheita, o armazenamento e o beneficiamento;
- Cumprir a legislação vigente.

#### 7.6.4.3 Bases tecnológicas

- Introdução e importância da fruticultura;
- Situação da fruticultura em Santa Catarina, no Brasil e no mundo;
- Desafios para o desenvolvimento da fruticultura;

- Principais problemas da fruticultura;
- Classificação das plantas frutíferas;
- Exigências climáticas das frutíferas;
- Morfologia e fisiologia das plantas frutíferas;
- Sistemas de produção;
- Culturas intercalares;
- Tipos de pomares;
- Escolha do local;
- Preparo de solo para o plantio;
- Instalação do pomar;
- Sistema de alinhamento do pomar;
- Demarcação e espaçamento;
- Aquisição e produção de mudas;
- Tratos culturais;
- Sistemas de irrigação;
- Nutrição e adubação em plantas frutíferas;
- Tipos de poda;
- Raleio;
- Principais pragas e doenças das plantas frutíferas;
- Plantas invasoras;
- Manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Ponto de colheita;
- Colheita;
- Pós-colheita;

- Técnicas de amadurecimento e climatização;
- Fatores que afetam a colheita e a pós-colheita;
- Classificação, padronização e rotulagem;
- Armazenamento e comercialização;
- Legislação vigente.

### **7.6.5 Competência 05 – Paisagismo (60h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar os projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados.

#### **7.6.5.1 Competências específicas**

- Conhecer o histórico e a importância do paisagismo;
- Compreender e utilizar os diferentes estilos de jardins e suas classificações;
- Conhecer e empregar os grupos de plantas nos projetos paisagísticos;
- Planejar, projetar, implantar e monitorar projetos paisagísticos para a organização dos diferentes tipos de jardins;
- Dominar e utilizar os métodos de propagação de plantas ornamentais.

### 7.6.5.2 Habilidades

- Identificar o objetivo e a importância do projeto paisagístico;
- Dimensionar os espaços a serem ocupados no jardim;
- Distinguir os tipos e estilos de jardins;
- Identificar as características da vegetação;
- Interpretar o calendário de plantio e florescimento das espécies;
- Utilizar práticas de otimização e controle dos fatores climáticos relacionados ao crescimento e desenvolvimento das espécies ornamentais;
- Utilizar métodos de propagação sexuada e assexuada;
- Identificar pragas, doenças e plantas invasoras;
- Utilizar métodos integrados de prevenção e controle de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Identificar e utilizar as técnicas de repicagem e transplante;
- Planejar, implantar e monitorar projetos paisagísticos;
- Executar cronograma de cultivo e manejo cultural;
- Realizar tratos culturais para a manutenção das espécies;
- Cumprir a legislação vigente.

### 7.6.5.3 Bases tecnológicas

- Introdução ao paisagismo;
- Estilos e tipos de jardins;
- Elementos do jardim;
- Calendário de plantio e florescimento;
- Tipos de recipientes;



- Planejamento de cores, formas, texturas e composição do jardim;
- Botânica das plantas utilizadas;
- Preparo e manejo do solo para a implantação de jardins;
- Fatores climáticos relacionados ao crescimento e desenvolvimento das espécies ornamentais;
- Propagação sexuada e assexuada;
- Métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Técnicas de repicagem e transplante;
- Tipos de substratos;
- Adubação;
- Tratos culturais;
- Ferramentas para jardinagem;
- Projetos paisagísticos;
- Legislação vigente.

#### **7.6.6 Competência 06 – Silvicultura (60h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar as alternativas de otimização de fatores climáticos no plantio, crescimento, desenvolvimento, produção, controle fitossanitário e a colheita das espécies silvícolas.

##### **7.6.6.1 Competências específicas**

- Conhecer o histórico e a divisão da silvicultura de acordo com sua função e finalidade econômica;

- Dominar e utilizar os métodos de propagação em silvicultura;
- Identificar, planejar, avaliar e monitorar a interferência dos fatores edafoclimáticos na implantação e produção de espécies florestais;
- Compreender, planejar, implantar e monitorar projetos florestais das principais espécies nativas e exóticas;
- Conhecer, planejar, executar e monitorar as formas de plantio, tratos culturais, controle de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Dominar, utilizar, organizar e monitorar os métodos e técnicas de colheita, seleção, classificação, armazenamento e comercialização.

#### 7.6.6.2 Habilidades

- Interpretar o histórico e a divisão da silvicultura;
- Reconhecer a finalidade da silvicultura e sua importância econômica;
- Distinguir os tipos de florestas e suas funções;
- Utilizar práticas de otimização e controle dos fatores climáticos relacionados ao crescimento e desenvolvimento das espécies;
- Utilizar métodos de propagação sexuada e assexuada;
- Coletar sementes, mudas e estruturas propagativas;
- Utilizar técnicas de quebra de dormência;
- Identificar porcentagem de germinação e determinar a necessidade de semente e profundidade de plantio;
- Realizar repicagem e transplante;
- Utilizar métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças e plantas invasoras;

- Identificar os sistemas de produção e suas técnicas de manejo;
- Avaliar as áreas para a implantação de florestas;
- Planejar, implantar e monitorar projetos florestais;
- Executar cronograma de implantação, cultivo e manejo cultural;
- Planejar e dimensionar o desbaste e a colheita florestal;
- Cumprir a legislação vigente.

#### 7.6.6.3 Bases tecnológicas

- Informações gerais sobre a silvicultura;
- Situação da silvicultura em Santa Catarina, no Brasil e no mundo;
- Importância da silvicultura;
- Projeto florestal da propriedade;
- Recuperação da mata ciliar;
- Regiões bioclimáticas;
- Espécies nativas e exóticas;
- Espécies primárias, secundárias e antecessoras;
- Preparo da área;
- Adubações e correções;
- Aquisição, transporte e manejo das mudas;
- Arranjo espacial de plantas;
- Práticas de plantio e replantio;
- Manejo de desrama e desbaste;
- Manejo do remanescente;
- Manejo por uso múltiplo;

- Doenças e pragas da silvicultura;
- Cerca de proteção e quebra-vento;
- Valor energético das principais espécies;
- Colheita;
- Tratamento de madeira, vantagens e riscos;
- Armazenagem;
- Comercialização;
- Inventário florestal;
- Legislação vigente.

#### **7.6.7 Competência 07 – Viveiricultura (60h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar a coleta de sementes, a escolha de material vegetativo para a produção de mudas, através de propagação sexuada e assexuada em viveiros, para o consumo próprio e comercialização, de acordo com a legislação vigente.

##### **7.6.7.1 Competências específicas**

- Conhecer os tipos de viveiros para planejar, implantar e monitorar os diferentes sistemas de produção de mudas de acordo com cada espécie;
- Discriminar as características morfológicas e fisiológicas correlacionadas à estrutura da planta em relação a sua função econômica;

- Identificar, planejar, avaliar e monitorar a interferência dos fatores edafoclimáticos na produção de mudas;
- Dominar, planejar e utilizar os métodos e técnicas de coleta e seleção de sementes e de material vegetativo para a propagação sexuada e assexuada de mudas;
- Planejar, executar e monitorar as formas de adubação, semeadura, plantio, tratos culturais, controle de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Conhecer e aplicar a legislação para a certificação e comercialização de mudas.

#### 7.6.7.2 Habilidades

- Identificar os tipos de viveiros;
- Manejar os diferentes sistemas de produção de mudas;
- Utilizar práticas de otimização e controle dos fatores climáticos relacionados ao crescimento e desenvolvimento das mudas;
- Planejar e implantar viveiros de acordo com cada espécie;
- Utilizar métodos de propagação sexuada e assexuada;
- Produzir mudas;
- Utilizar técnicas de quebra de dormência;
- Calcular porcentagem de germinação, necessidade de semente e profundidade de plantio;
- Utilizar métodos integrados de prevenção e de controle de pragas e doenças;
- Identificar o ponto de transplante;

- Fazer a seleção, padronização e comercialização das mudas;
- Adotar as normas de certificação de mudas;
- Cumprir a legislação vigente para implantação e operação de viveiros;
- Definir os canais de comercialização.

#### 7.6.7.3 Bases tecnológicas

- Tipos de viveiros para a produção de mudas;
- Cerca de proteção e quebra-vento;
- Recipientes para a produção de mudas;
- Escolha do local para implantação do viveiro;
- Planejamento de um viveiro;
- Materiais e equipamentos necessários em um viveiro;
- Ergonomia aplicada a viveiros;
- Aspecto de administração de um viveiro;
- Etiquetas de identificação;
- Compra, transporte e estocagem das mudas;
- Definição de espaçamento;
- Transporte das mudas para o local de plantio;
- História da olericultura;
- Fertilidade e nutrição;
- Fatores e elementos climáticos;
- Manejo cultural;
- Máquinas, equipamentos e ferramentas;
- Propagação sexuada e assexuada;

- Cultivos protegidos;
- Plasticultura;
- Substratos;
- Plantas atrativas e repelentes;
- Sistemas de irrigação e qualidade da água;
- Sistemas de condução;
- Manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Classificação, padronização, etiquetagem e sistema de comercialização;
- Legislação vigente.

#### ***7.6.8 Competência 08 – Defesa Sanitária Vegetal (80h)***

Planejar, organizar, executar e monitorar os programas e métodos de defesa sanitária vegetal, de acordo com a legislação vigente.

##### **7.6.8.1 Competências específicas**

- Conhecer e identificar as principais pragas, doenças e plantas invasoras de importância agrícola;
- Avaliar níveis de equilíbrio, controle e de danos econômicos das culturas;
- Analisar os fatores ambientais e climáticos que interagem em relação às pragas, doenças e plantas invasoras;
- Definir os métodos de prevenção, erradicação e controle de pragas, doenças e plantas invasoras;

- Conhecer, interpretar e elaborar o receituário próprio;
- Conhecer e aplicar a Legislação Federal e Estadual que dispõe sobre o uso de agrotóxicos.

#### 7.6.8.2 Habilidades

- Prestar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- Coletar e acondicionar amostra de material vegetal para avaliação técnica;
- Diagnosticar pragas e doenças;
- Identificar plantas invasoras;
- Conhecer, classificar e utilizar produtos agrotóxicos e afins;
- Conhecer e elaborar a receita específica para cada cultura e problema de acordo com legislação vigente;
- Interpretar a simbologia pertinente de bulas, rótulos, embalagens, armazenagem e transporte dos agrotóxicos e afins;
- Utilizar a tecnologia de aplicação dos agrotóxicos e afins;
- Responsabilizar-se pela elaboração da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica;
- Realizar a assistência técnica e o acompanhamento na aplicação de agrotóxicos e afins;
- Conhecer e utilizar o manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Cumprir a legislação vigente.



### 7.6.8.3 Bases tecnológicas

- Noções de entomologia, fitopatologia e plantas invasoras;
- Noções de sintomatologia;
- Diagnóstico de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Métodos de controle de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Manejo da resistência de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Classificação e utilização dos agrotóxicos e afins;
- Classes toxicológicas e ambientais;
- Composição química dos agrotóxicos e afins;
- Utilização de compêndios de agrotóxicos e afins;
- Programas para elaboração de receituário próprio;
- Efeitos e persistência dos agrotóxicos e afins no ambiente;
- Tecnologia de aplicação de agrotóxicos e afins;
- Cálculo de doses para aplicação de agrotóxicos e afins;
- Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Armazenagem, devolução e destino legal das embalagens de agrotóxicos e afins;
- Elaboração do receituário próprio;
- Elaboração de ART;
- Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC);
- Certificação da produção orgânica;
- Mitigação de riscos;
- Legislação vigente.

### **7.6.9 Competência 09 – Forragicultura (60h)**

Identificar, selecionar, planejar, executar e monitorar o cultivo e a produção das forrageiras, avaliando seus valores nutricionais e sua melhor utilização na atividade pecuária.

#### **7.6.9.1 Competências específicas**

- Conhecer as principais espécies forrageiras e suas características bromatológicas indicadas para a nutrição animal;
- Compreender, relacionar e avaliar a influência dos fatores agroclimáticos no desenvolvimento da planta;
- Dominar, planejar, implantar e monitorar os métodos de propagação, manejo e cultivo das diferentes espécies forrageiras;
- Identificar, monitorar e controlar plantas invasoras, plantas tóxicas, pragas, doenças e avaliar níveis de danos econômicos;
- Planejar e dimensionar a colheita da biomassa forrageira com os seus respectivos sistemas de armazenamento;
- Programar e monitorar os sistemas de manejo de pastagens;
- Dominar, monitorar e organizar os métodos e técnicas de utilização, conservação e controle da qualidade da produção forrageira.

#### **7.6.9.2 Habilidades**

- Coletar, registrar e utilizar dados meteorológicos;
- Descrever os efeitos agroclimáticos nas forrageiras;
- Executar cronogramas de cultivo;

- Realizar o manejo das pastagens;
- Utilizar práticas de otimização dos fatores climáticos relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento em cultivo único ou em consorciação;
- Identificar e monitorar as principais funções reprodutivas das plantas forrageiras;
- Discriminar a morfologia e fisiologia das plantas forrageiras;
- Utilizar a tecnologia de sementes;
- Relacionar as etapas do processo de absorção e translocação de nutrientes;
- Determinar a porcentagem de germinação, quantidade de sementes ou mudas, espaçamento e profundidade de plantio;
- Utilizar métodos de propagação sexuada e assexuada;
- Realizar a identificação de plantas invasoras, pragas e doenças;
- Coletar e encaminhar amostras de pragas, plantas doentes e plantas invasoras;
- Usar métodos práticos e de laboratório para identificação e diferenciação de pragas e doenças;
- Utilizar informações sobre os fatores agroclimáticos no manejo de pragas, doenças, plantas invasoras e tóxicas;
- Utilizar os métodos integrados de prevenção e controle de pragas, doenças, plantas invasoras e tóxicas;
- Determinar o ponto de corte, rebrote, processamento, transporte e estocagem da forrageira;

- Aplicar os processos de fermentação e transformação da massa, avaliando a qualidade das forrageiras armazenadas;
- Aplicar as técnicas de conservação das forrageiras, fazendo a manutenção dos armazéns e dos tipos de silos;
- Dimensionar equipamentos e métodos no processo de conservação das forrageiras, minimizando as perdas;
- Quantificar as forragens a serem armazenadas;
- Avaliar e interpretar a composição bromatológica das forrageiras.

#### 7.6.9.3 Bases tecnológicas

- Origem e evolução das espécies forrageiras;
- Classificação das espécies forrageiras;
- Morfologia e fisiologia das plantas forrageiras;
- Dados meteorológicos;
- Exigências climáticas das forrageiras;
- Estruturas florais;
- Produção de sementes;
- Adubação das forrageiras;
- Sistema agrosilvopastoril;
- Consorciação e associação de espécies forrageiras;
- Manejo das forrageiras;
- Tipos e sistemas de pastejo;
- Tratos culturais;
- Alelopatia;

- Peletização;
- Quebra de dormência;
- Inoculação;
- Fixação biológica de nitrogênio;
- Propagação sexuada e assexuada;
- Plantio;
- Semeadura;
- Sobressemeadura e ressemeadura;
- Plantas invasoras;
- Pragas;
- Doenças;
- Controle sanitário de forrageiras no campo e na armazenagem;
- Manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras;
- Estudo toxicológico das plantas;
- Acompanhamento laboratorial da análise de plantas forrageiras, plantas invasoras e doenças;
- Espécies forrageiras utilizadas para fenação e silagem;
- Determinação do ponto de colheita e de corte;
- Processo de ensilagem e de fenação;
- Transformação da massa armazenada e tipos de fermentação;
- Dimensionamento de silos, armazéns e cálculo de silagem;
- Tipos de silos e armazéns;
- Aditivos em silagem;
- Avaliação das forrageiras conservadas.

### **7.6.10 Competência 10 – Zootecnia e Defesa Sanitária Animal (80h)**

Conhecer a fisiologia e morfologia animal para planejar, organizar, executar e monitorar programas de nutrição, sanidade, reprodução animal e melhoramento genético em projetos zootécnicos.

#### 7.6.10.1 Competências específicas

- Conhecer o histórico, evolução e divisão da zootecnia;
- Entender as funções, agrupamentos e aptidões zootécnicas;
- Conhecer as características morfológicas e fisiológicas da produção animal;
- Compreender as exigências nutricionais, os nutrientes e os alimentos utilizados;
- Planejar, aplicar e monitorar programas de nutrição animal;
- Dominar, aplicar e monitorar métodos e programas de reprodução e melhoramento genético;
- Discriminar e identificar doenças de ordem metabólica, parasitária, infectocontagiosa e seus métodos de controle;
- Conhecer e desenvolver técnicas de bem-estar, profilaxia e biosseguridade animal.

#### 7.6.10.2 Habilidades

- Reconhecer e classificar as espécies conforme suas funções e agrupamentos;

- Selecionar animais para melhoramento genético;
- Acompanhar cruzamentos nas diversas espécies;
- Avaliar resultados obtidos no melhoramento genético;
- Aplicar processos produtivos e técnicos nos criatórios;
- Aplicar os padrões de ambiência e bem-estar animal de acordo com cada espécie;
- Entender e utilizar as características fisiológicas e morfológicas dos animais;
- Determinar as exigências nutricionais e adequar o manejo alimentar de acordo com cada espécie;
- Aplicar os métodos de defesa sanitária animal de acordo com a legislação vigente.

#### 7.6.10.3 Bases tecnológicas

- Conceitos da zootecnia;
- Divisão da zootecnia;
- Evolução da zootecnia;
- Integração da zootecnia com o meio ambiente;
- Efeitos da domesticidade;
- Agrupamentos zootécnicos;
- Funções e classificação zootécnica;
- Aptidões zootécnicas nas várias espécies;
- Fatores relacionados ao comportamento das funções e aptidões zootécnicas;
- Principais métodos utilizados para o melhoramento genético nos animais domésticos;
- Cruzamentos;

- Seleção;
- Consanguinidade;
- Caracteres morfológicos;
- Caracteres fisiológicos;
- Temperamento;
- Aparelho digestório das diferentes espécies;
- Absorção e digestão dos alimentos;
- Nutrição animal;
- Formulação de ração;
- Sanidade animal;
- Castração;
- Noções de higiene, limpeza e desinfecção;
- Métodos de controle profiláticos e bem-estar animal;
- Programa sanitário;
- Legislação vigente.

### ***7.6.11 Competência 11 – Criação de Animal de Pequeno Porte (100h)***

Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e manejo, bem como os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de pequeno porte.

#### **7.6.11.1 Competências específicas**

- Diferenciar as principais espécies e raças nos diferentes *habitat*;
- Manejar os sistemas de produção animal em todas suas fases;
- Aplicar técnicas de reprodução e melhoramento genético;



- Conhecer, planejar, utilizar, monitorar e avaliar as técnicas de alimentação e manejo;
- Identificar as principais doenças;
- Conhecer, planejar, utilizar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários;
- Conhecer e interpretar a legislação vigente e as normas de controle sanitário.

#### 7.6.11.2 Habilidades

- Manejar os sistemas de produção animal em todas suas fases e *habitat*;
- Avaliar índices zootécnicos;
- Aplicar métodos de melhoramento genético;
- Selecionar machos e fêmeas para a reprodução;
- Manusear materiais e equipamentos utilizados nos sistemas de produção;
- Avaliar a composição das rações e as formas de arraçoamento;
- Diagnosticar as deficiências nutricionais;
- Executar e acompanhar métodos de profilaxia e tratamento de doenças;
- Aplicar normas profiláticas, higiênicas e sanitárias de produção;
- Fazer coleta de material para análise laboratorial;
- Diferenciar os sintomas das principais doenças patológicas, parasitárias, tóxicas e desordens metabólicas;
- Utilizar vias e métodos de aplicação de vacinas e medicamentos;
- Destinar adequadamente os resíduos do processo de criação.

### 7.6.11.3 Bases tecnológicas

- Origem, evolução e situação da cadeia produtiva;
- Sistemas de criação;
- Edificações e instalações;
- Ambiência e bem-estar;
- Comportamento animal;
- Índices zootécnicos;
- Manejo nas diferentes fases de criação;
- Parâmetros que definem o início e término da fase de criação;
- Noções de fisiologia, morfologia e métodos de reprodução;
- Manejo alimentar;
- Rendimento de carcaça;
- Importância do controle sanitário;
- Doenças patológicas, nutricionais e metabólicas;
- Tratamentos profiláticos e controle sanitário;
- Utilização, desinfecção, higiene e limpeza das instalações, equipamentos e instrumentos;
- Coleta e envio de material para análise em laboratório;
- Destino de resíduos;
- Legislação sanitária vigente;
- Legislação ambiental vigente.

### **7.6.12 Competência 12 – Criação de Animal de Médio Porte (100h)**

Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e manejo, bem como os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de médio porte.

#### **7.6.12.1 Competências específicas**

- Conhecer a história e evolução de cada cadeia produtiva, a classificação zoológica e a descrição das principais espécies e raças;
- Conhecer, utilizar e manejar os diversos sistemas de criação e processos de produção;
- Dominar, avaliar e utilizar métodos e técnicas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- Planejar, utilizar, monitorar e avaliar as técnicas de alimentação e utilização de concentrados e volumosos;
- Compreender e identificar as principais doenças;
- Conhecer e utilizar programas profiláticos, higiênicos e sanitários.

#### **7.6.12.2 Habilidades**

- Identificar e definir as características das principais espécies e raças e suas aptidões;
- Manejar diferentes sistemas de criação;
- Preparar animais para exposição;
- Operar e higienizar os sistemas de ordenha;
- Selecionar e manejar machos e fêmeas para a reprodução;

- Identificar e observar as manifestações fisiológicas da fêmea no cio;
- Manusear materiais e equipamentos utilizados no sistema de reprodução;
- Executar atividades de reprodução natural e artificial;
- Aplicar métodos de melhoramento genético;
- Avaliar a *performance* animal;
- Classificar os concentrados e volumosos;
- Especificar funções nutricionais dos alimentos;
- Utilizar tabelas de composições químicas e valores nutricionais dos alimentos nas diferentes fases de criação;
- Formular, preparar e fazer o arração;
- Utilizar métodos de conservação de alimentos;
- Especificar as funções dos constituintes do sistema digestório;
- Diagnosticar as deficiências nutricionais;
- Executar tratamentos profiláticos e controle sanitário;
- Fazer coleta de material para análise laboratorial;
- Utilizar vias e métodos de aplicação de vacinas e medicamentos;
- Aplicar normas profiláticas, higiênicas e sanitárias de produção;
- Identificar e diferenciar os sintomas das principais doenças;
- Destinar adequadamente os resíduos do processo de criação;
- Realizar a desinfecção, higiene e limpeza das instalações e equipamentos;
- Cumprir as legislações vigentes.

### 7.6.12.3 Bases tecnológicas

- Origem, evolução e situação da cadeia produtiva;

- Classificação zoológica;
- Descrição de espécies e raças;
- Sistemas de criação;
- Edificações e instalações;
- Controle zootécnico da criação;
- Manejo das diferentes fases da criação;
- Castração, descola, tosquia e casqueamento;
- Parâmetros que definem o início e término da fase de criação;
- Ambiência e bem-estar animal;
- Comportamento animal;
- Sistemas de identificação;
- Parâmetros que determinam a fase de produção;
- Puberdade;
- Ciclo estral;
- Métodos de reprodução natural e artificial;
- Melhoramento genético;
- Cruzamentos e linhagens;
- Fecundação;
- Gestação;
- Pré-parto;
- Parto;
- Lactação;
- Índices zootécnicos;
- Rendimento e qualidade da carcaça;
- Noções de fisiologia do sistema digestivo;
- Manejo alimentar;
- Água;

- Doenças patológicas, nutricionais e metabólicas;
- Tratamentos profiláticos e controle sanitário;
- Equipamentos e instrumentos;
- Procedimentos de coleta e envio de material para análise em laboratório;
- Destino de resíduos;
- Legislação sanitária vigente;
- Legislação ambiental vigente.

### ***7.6.13 Competência 13 – Criação de Animal de Grande Porte (100h)***

Planejar, organizar, executar e monitorar os métodos de produção e manejo, bem como os programas profiláticos e terapêuticos na produção animal de grande porte.

#### **7.6.13.1 Competências específicas**

- Conhecer a história e a evolução de cada cadeia produtiva, a classificação zoológica e a descrição das principais espécies e raças;
- Conhecer, utilizar e manejar os diversos sistemas de criação e processos de produção;
- Dominar, avaliar e utilizar métodos e técnicas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- Planejar, utilizar, monitorar e avaliar as técnicas de alimentação e utilização de concentrados e volumosos;
- Compreender e identificar as principais doenças e parasitas;
- Utilizar programas profiláticos, higiênicos e sanitários.

### 7.6.13.2 Habilidades

- Identificar e definir as características das principais espécies, raças e suas aptidões;
- Manejar diferentes sistemas de criação;
- Preparar animais para exposição;
- Operar e higienizar os sistemas de ordenha;
- Selecionar e manejar machos e fêmeas para a reprodução;
- Identificar e observar as manifestações fisiológicas da fêmea no ciclo estral;
- Manusear materiais e equipamentos utilizados no sistema de reprodução;
- Executar atividades de reprodução natural e artificial;
- Aplicar métodos de melhoramento genético;
- Avaliar a *performance* animal;
- Fazer o reconhecimento de aspectos anatômicos, fisiológicos e reprodutivos;
- Utilizar dados de composições químicas e valores nutricionais dos alimentos;
- Utilizar dados de exigências nutricionais para as diferentes fases de criação;
- Formular, preparar e fazer o arraçamento;
- Utilizar métodos de conservação de alimentos;
- Entender a fisiologia do sistema digestivo;
- Diagnosticar as deficiências nutricionais;
- Executar tratamentos profiláticos e controle sanitário;
- Coletar material para análise laboratorial;

- Identificar e diferenciar os sintomas das principais doenças e parasitas;
- Utilizar vias e métodos de aplicação de vacinas e medicamentos;
- Destinar adequadamente os resíduos do processo de criação;
- Aplicar as normas ambientais e sanitárias conforme legislação vigente;
- Realizar a desinfecção, higiene e limpeza das instalações e equipamentos.

#### 7.6.13.3 Bases tecnológicas

- Origem e evolução da cadeia produtiva;
- Situação econômica da cadeia produtiva;
- Classificação zoológica;
- Descrição de espécies e raças;
- Sistemas de criação;
- Edificações e instalações;
- Controle zootécnico da criação;
- Manejo das diferentes fases da criação;
- Castração, descola, descorna e casqueamento;
- Parâmetros que definem o início e término da fase de criação;
- Ambiência e bem-estar animal;
- Comportamento animal;
- Sistemas de identificação;
- Parâmetros que determinam a fase de produção;
- Puberdade;
- Ciclo estral;



- Métodos de reprodução natural e artificial;
- Melhoramento genético;
- Fecundação;
- Gestação;
- Pré-parto;
- Parto;
- Lactação;
- Sistemas de ordenha;
- Índices zootécnicos;
- Rendimento e qualidade da carcaça;
- Fisiologia do sistema digestivo;
- Manejo alimentar;
- Água;
- Doenças patológicas, parasitárias, nutricionais e metabólicas;
- Tratamentos profiláticos e controle sanitário;
- Equipamentos e instrumentos;
- Coleta e envio de material para análise em laboratório;
- Destino de resíduos;
- Legislação sanitária vigente;
- Legislação ambiental vigente.

#### **7.6.14 Competência 14 – Mecanização Agrícola (80h)**

Conhecer, organizar, executar e monitorar o funcionamento, manutenção e regulagens das máquinas e implementos agrícolas para sua correta utilização, de acordo com as normas de segurança.

#### 7.6.14.1 Competências específicas

- Conhecer a origem e evolução da mecanização agrícola no Brasil e no mundo;
- Aplicar as unidades de medidas empregadas na mecanização agrícola;
- Conhecer e classificar máquinas, implementos e ferramentas agrícolas;
- Compreender e acompanhar a manutenção dos motores agrícolas e seus sistemas de arrefecimento, elétrico, transmissão, hidráulico, lubrificação, alimentação de ar e combustível;
- Entender e programar a manutenção e regulagem de implementos e ferramentas agrícolas;
- Dominar o funcionamento para operar motores, tratores, implementos e ferramentas agrícolas;
- Conhecer as normas de segurança do trabalho no uso de tratores, implementos e ferramentas agrícolas.

#### 7.6.14.2 Habilidades

- Classificar as máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas de acordo com sua utilização;
- Aplicar conceitos de grandezas físicas relevantes na mecanização agrícola;
- Aplicar as unidades de medidas empregadas na mecanização agrícola;

- Fazer e acompanhar a manutenção do sistema de arrefecimento, elétrico, transmissão, hidráulico, lubrificação, alimentação de ar e combustível;
- Realizar a manutenção de implementos e ferramentas agrícolas;
- Operar motores, tratores, implementos e ferramentas agrícolas;
- Acoplar e regular implementos agrícolas;
- Adequar a relação trator-implemento agrícola;
- Dimensionar o conjunto operacional de acordo com a necessidade;
- Aplicar e orientar as normas de segurança no trabalho com máquinas, implementos e ferramentas agrícolas;
- Aplicar a legislação vigente.

#### 7.6.14.3 Bases tecnológicas

- Desenvolvimento da motomecanização;
- Máquinas agrícolas;
- Importância da mecanização na agricultura;
- Princípios de funcionamento e partes fundamentais de motores agrícolas;
- Sistemas de alimentação;
- Sistemas de arrefecimento;
- Sistemas de lubrificação;
- Sistemas elétricos;
- Sistemas de partida;
- Sistemas hidráulicos;
- Sistemas de freios;
- Unidades de medidas empregadas na mecanização agrícola;

- Conceito de grandezas físicas relevantes na mecanização agrícola;
- Lubrificantes;
- Pneus;
- Símbolos operacionais;
- Mecanismos de transmissão de potência;
- Relação solo-máquina;
- Relação peso-potência;
- Máquinas e implementos agrícolas;
- Classificação e funções dos implementos agrícolas;
- Regulagens de máquinas e implementos agrícolas;
- Operação e manutenção de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas;
- Análise da viabilidade do conjunto operacional;
- Tecnologia da agricultura de precisão;
- Normas de segurança e condições de trabalho.

### ***7.6.15 Competência 15 – Irrigação e Drenagem (60h)***

Planejar, organizar, executar, orientar e monitorar projetos de irrigação e drenagem de acordo com a legislação vigente.

#### **7.6.15.1 Competências específicas**

- Conhecer a evolução, características e importância da irrigação na agricultura;
- Compreender a relação solo-água-planta-atmosfera e suas interações com os sistemas, materiais e equipamentos de irrigação;

- Planejar e dimensionar os diversos sistemas de irrigação de acordo com cada cultura;
- Dominar o manejo e a eficiência de irrigação conforme exigência das culturas e sistemas utilizados;
- Conhecer e utilizar sistemas de drenagem no solo de cultivo;
- Conhecer a legislação para uso dos recursos hídricos na agricultura.

#### 7.6.15.2 Habilidades

- Identificar a importância da irrigação na produção vegetal;
- Relacionar e selecionar as fontes de água para irrigação;
- Entender a relação solo-água-planta-atmosfera e os sistemas de irrigação;
- Identificar as necessidades hídricas de cada cultura;
- Aplicar fertilizantes e defensivos via irrigação;
- Desenvolver projetos de irrigação;
- Identificar a necessidade de irrigação;
- Coletar dados meteorológicos;
- Utilizar dados meteorológicos para cálculos de lâmina de água;
- Escolher o sistema mais adequado de irrigação de acordo com a cultura;
- Manejar sistemas de irrigação;
- Determinar a necessidade de drenagem do solo;
- Escolher o sistema ou tipo de drenagem mais adequado;
- Desenvolver projetos de drenagem;
- Aplicar a legislação vigente.

### 7.6.15.3 Bases tecnológicas

- Introdução, histórico e importância da irrigação;
- Unidades de medidas empregadas na irrigação e drenagem;
- Noções de agrometeorologia;
- Dados meteorológicos;
- Estação meteorológica e seus equipamentos;
- Instrumentos de medidas e representação gráfica;
- Balanço hídrico;
- Necessidade hídrica;
- Evapotranspiração potencial e real;
- Métodos para determinar a evapotranspiração;
- Movimento da água no solo;
- Água higroscópica, capilar e gravitacional;
- Capacidade de campo;
- Ponto de murchamento;
- Ponto crítico;
- Capacidade máxima de retenção;
- Determinação da umidade do solo;
- Infiltração da água no solo;
- Velocidade de infiltração;
- Qualidade da água;
- Verificação da disponibilidade de água;
- Captação, elevação e aproveitamento da água;
- Métodos e sistemas de irrigação;
- Critérios a serem considerados na escolha de um método de irrigação;

- Planejamento e dimensionamento dos sistemas de irrigação;
- Manejo e manutenção dos equipamentos;
- Drenagem agrícola: tipos de drenos, métodos de drenagem, dimensionamento dos drenos;
- Legislação vigente.

#### ***7.6.16 Competência 16 – Construções e Instalações Rurais (60h)***

Planejar, elaborar e executar projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais, identificando materiais e suas aplicações.

##### **7.6.16.1 Competências específicas**

- Conhecer a origem e evolução das construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Discriminar e identificar os materiais, elementos estruturais e partes complementares aplicados nas construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Identificar os parâmetros técnicos das atividades agropecuárias para dimensionar as construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Dominar a elaboração de projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Realizar a manutenção e adequação de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Conhecer as fontes alternativas de energia;
- Conhecer a legislação vigente.

### 7.6.16.2 Habilidades

- Identificar as necessidades de infraestrutura nas propriedades rurais;
- Diferenciar e utilizar os principais materiais empregados em construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Diferenciar os tipos de concretos e argamassas e os traços utilizados;
- Quantificar os tipos de materiais empregados em projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Dimensionar os diferentes tipos e estruturas de coberturas;
- Identificar as necessidades de infraestrutura para cada atividade agropecuária;
- Utilizar os parâmetros e índices técnicos para dimensionar as construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Elaborar, implantar e monitorar projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Montar cronograma de execução das obras;
- Realizar a avaliação e acompanhamento durante a implantação dos projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Identificar os diversos tipos de ambientes protegidos com os sistemas de isolamento;
- Identificar os diferentes tipos de esquadrias;
- Utilizar as diferentes fontes alternativas de energia;
- Aplicar as Normas Brasileiras Revisadas (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relacionadas ao desenho técnico;
- Identificar e utilizar os instrumentos de desenho técnico;
- Aplicar escalas;



- Elaborar e executar projetos arquitetônicos de construções e benfeitorias rurais em planta baixa, corte transversal e longitudinal, fachada, cobertura, localização e situação;
- Elaborar desenho de detalhes de construções e benfeitorias rurais;
- Cumprir a legislação vigente.

#### 7.6.16.3 Bases tecnológicas

- Materiais utilizados em construções de benfeitorias rurais;
- Traços;
- Argamassas;
- Concreto;
- Técnicas e etapas da construção;
- Tipos de fundações;
- Tipos de paredes;
- Tipos de coberturas;
- Fatores que influenciam na construção;
- Projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais, visando produtividade e bem-estar;
- Dimensionamento das construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Plantas arquitetônicas em projetos de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Orçamento de construções e instalações de benfeitorias rurais;
- Segurança no trabalho;
- Desenho técnico;
- Legislação vigente.

### **7.6.17 Competência 17 – Desenho e Topografia (100h)**

Conhecer e operar os instrumentos topográficos a fim de orientar e executar os métodos de levantamentos planimétricos e altimétricos para a obtenção de representações gráficas na área rural.

#### **7.6.17.1 Competências específicas**

- Conhecer a origem e evolução da geodesia e da topografia, bem como diferenças de aplicação entre ambas;
- Discriminar, identificar e utilizar materiais, equipamentos e instrumentos topográficos e de desenho técnico;
- Dominar levantamentos altimétricos, planimétricos e planialtimétricos;
- Compreender o uso de imagens aéreas, aerofotogrametria e imagem de satélite;
- Dominar os métodos de transferência de coordenadas e referências de nível;
- Interpretar e elaborar representações gráficas pertinentes aos projetos agropecuários, de acordo com as normas técnicas da ABNT e legislação vigente;
- Conhecer e utilizar escalas.

#### **7.6.17.2 Habilidades**

- Conceituar a Topografia e relacioná-la com outras ciências;
- Operar equipamentos topográficos;

- Planejar e executar os levantamentos altimétricos, planimétricos e planialtimétricos;
- Demarcar curvas de nível e desnível;
- Distinguir e converter unidades de medidas;
- Utilizar as simbologias apropriadas para topografia;
- Utilizar as escalas de acordo com a legislação vigente;
- Efetuar alinhamento, balizamento e transposição de obstáculos;
- Fazer anotações em caderneta de campo determinando as coordenadas;
- Executar práticas para a determinação de rumos e azimutes;
- Fazer medições e cálculo de área;
- Realizar transferência de referências de nível;
- Fazer medida direta e indireta de distâncias e ângulos;
- Realizar o desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais;
- Aplicar as Normas Brasileiras Revisadas (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relacionadas ao desenho técnico;
- Identificar e utilizar os instrumentos de desenho técnico;
- Aplicar escalas;
- Representar graficamente as áreas, curvas de nível, perfis longitudinais e transversais obtidos de levantamentos planimétricos e altimétricos;
- Utilizar os programas de desenho técnico;
- Aplicar a legislação vigente.

### 7.6.17.3 Bases tecnológicas

- Introdução à Topografia;
- Conceitos, divisão e elementos;
- Geometria e trigonometria aplicada;
- Grandezas lineares;
- Grandezas angulares;
- Unidades de medidas de superfície;
- Goniometria;
- Ângulos topográficos;
- Direção angular;
- Métodos de medição de ângulos;
- Instrumentação topográfica;
- Medição de distâncias;
- Planimetria;
- Métodos de levantamento planimétrico;
- Cálculo de áreas;
- Divisão de áreas;
- Altimetria;
- Métodos de levantamentos altimétricos;
- Planialtimetria;
- Curvas de nível e desnível;
- Sistemas de posicionamento por satélite;
- Legislação vigente;
- Normas Brasileiras Revisadas da ABNT pertinentes ao desenho técnico;

- Etapas de elaboração, instrumentalização e apresentação do desenho técnico;
- Elementos gráficos de um croqui;
- Símbolos e convenções gráficas;
- Escalas numéricas e gráficas;
- Escalas de redução, ampliação e natural;
- Cálculos e particularidades;
- Perspectivas e projeções;
- Elementos gráficos de uma planta baixa, corte transversal, longitudinal;
- Elementos gráficos de uma planta de localização e situação;
- Convenções topográficas;
- Cartas, mapas e plantas;
- Representação gráfica em plano cartesiano;
- Representação gráfica de curvas de nível e desnível;
- Representação gráfica de perfis transversais e longitudinais;
- Representações gráficas dos levantamentos topográficos planimétricos e altimétricos.

#### ***7.6.18 Competência 18 – Produtos Agroindustriais (80h)***

Planejar, organizar, executar e monitorar a obtenção, o preparo, a conservação da matéria-prima e os processos higiênico-sanitários na elaboração de produtos agroindustriais de origem animal e vegetal.

#### 7.6.18.1 Competências específicas

- Conhecer, interpretar e utilizar as normas, técnicas e legislação vigente relacionada à manipulação, industrialização e comercialização de alimentos;
- Dominar e utilizar as ferramentas de controle de qualidade nas agroindústrias;
- Analisar e avaliar as características, propriedades, formas de obtenção, conservação e armazenamento da matéria-prima para a agroindústria;
- Conhecer, utilizar e monitorar os processos de industrialização dos produtos agroindustriais;
- Planejar, implantar e monitorar os sistemas de tratamento de efluentes das agroindústrias;
- Compreender, analisar e utilizar as formas de agregação de valor à produção agroindustrial e aos canais de comercialização.

#### 7.6.18.2 Habilidades

- Aplicar as legislações vigentes na produção de alimentos de origem animal e vegetal;
- Indicar e utilizar o processo mais apropriado para higiene, limpeza e sanitização na agroindústria;
- Manipular os alimentos de forma segura com bons hábitos de higiene e cuidados com a saúde;
- Utilizar os métodos de controle de qualidade na produção agroindustrial;

- Verificar a origem e a procedência da matéria-prima;
- Identificar as propriedades, características e condições da matéria-prima para a agroindústria;
- Preparar a matéria-prima para a agroindústria;
- Utilizar métodos de conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos industrializados;
- Identificar as causas das alterações físicas, químicas e microbiológicas da matéria-prima e dos produtos industrializados;
- Identificar as impurezas e contaminações da matéria-prima;
- Utilizar subprodutos agroindustriais;
- Utilizar os procedimentos de manutenção e operação de equipamentos;
- Detectar e corrigir falhas no processo produtivo agroindustrial;
- Utilizar a água como agente de limpeza e higienização;
- Compreender o processo que envolve o tratamento de efluentes e dos resíduos agroindustriais;
- Cumprir a legislação vigente;
- Identificar locais e definir canais de comercialização;
- Agregar valor no processo de produção;
- Utilizar meios apropriados para embalagem, armazenamento e transporte dos produtos industrializados.

#### 7.6.18.3 Bases tecnológicas

- Manipulação de alimentos;
- Comportamento no ambiente de trabalho;
- Higienização e sanitização de utensílios e equipamentos;

- Programa de controle de qualidade;
- Métodos de conservação da matéria-prima;
- Armazenamento da matéria-prima;
- Alterações físicas, químicas e microbiológicas da matéria-prima;
- Colheita ou obtenção da matéria-prima;
- Seleção e classificação da matéria-prima;
- Análise da matéria-prima;
- Equipamentos e processamentos utilizados na agroindústria;
- Industrialização e conservação de frutas e hortaliças;
- Industrialização de bebidas destiladas e fermentadas;
- Industrialização de sucos e essências;
- Etapas do processo de abate de animais;
- Industrialização de carnes e derivados;
- Defumação;
- Subprodutos de origem animal;
- Qualidade do leite;
- Industrialização do leite;
- Derivados do leite;
- Alimentos funcionais;
- Aditivos e condimentos;
- Tratamento de efluentes;
- Métodos de remoção de sujidade;
- Agregação de valor;
- Rotulagem e embalagem;
- Comercialização;
- Legislação vigente.



### **7.6.19 Competência 19 – Associativismo, Cooperativismo e Extensão Rural (80h)**

Conhecer, identificar, constituir, organizar e gerenciar sistemas associativistas, cooperativistas, sindicais e de extensão rural.

#### **7.6.19.1 Competências específicas**

- Conhecer a história e a evolução do sistema associativista, cooperativista e sindical;
- Discriminar e identificar as características e o funcionamento administrativo das associações, cooperativas e sindicatos;
- Compreender os tipos de associações e os ramos de cooperativas e seu funcionamento;
- Dominar, planejar, elaborar a constituição e registros de associações, cooperativas e sindicatos;
- Conhecer a história e a evolução da extensão rural no Brasil e no mundo;
- Entender e identificar a realidade social, cultural e política no meio rural para subsidiar a prática da extensão rural;
- Dominar, planejar, executar e monitorar as atividades extensionistas nas propriedades rurais.

#### **7.6.19.2 Habilidades**

- Saber a história e evolução do sistema associativista, cooperativista e sindical;
- Definir os tipos de associações e suas características;

- Definir os ramos cooperativistas;
- Compreender os mecanismos de gestão e de atuação das associações;
- Compreender os mecanismos de gestão e de atuação das cooperativas;
- Compreender os mecanismos de gestão e de atuação sindical;
- Encaminhar os procedimentos de constituição e de registro de associações, cooperativas e sindicatos;
- Aplicar a legislação vigente;
- Compreender a história e a evolução da extensão rural;
- Reconhecer os modelos da extensão rural;
- Identificar a realidade social, cultural e política no meio rural;
- Definir as necessidades regionais de assistência e extensão rural;
- Coletar e compilar dados regionais;
- Definir e aplicar metodologias de extensão rural e assistência técnica.

#### 7.6.19.3 Bases tecnológicas

- Noções básicas de associativismo, cooperativismo e sindicalismo;
- Normas de funcionamento das associações, cooperativas e sindicatos;
- Constituição e registros de associações, cooperativas e sindicatos;
- Documentos para constituição de associações, cooperativas e sindicatos;
- Estrutura administrativa de associações, cooperativas e sindicatos;
- Sistema cooperativista;
- Ramos de cooperativas;

- Direitos e deveres do cooperativismo;
- Organização das cooperativas no Brasil e no mundo;
- Gestão cooperativista;
- Política agrícola;
- Tipos de associações;
- Legislação vigente;
- História e evolução da extensão rural;
- Metodologias extensionistas;
- Aspectos socioeconômicos regionais;
- Dados regionais;
- Assistência técnica.

#### **7.6.20 Competência 20 – Administração e Economia Rural (80h)**

Planejar, organizar, implantar e gerenciar sistemas de controle na qualidade dos processos de produção agropecuária, modelos de gestão de empreendimentos, teoria econômica e técnicas mercadológicas de distribuição e comercialização de produtos.

##### 7.6.20.1 Competências específicas

- Conhecer a história e evolução da administração e da economia rural;
- Entender e identificar os aspectos de macroeconomia e microeconomia;
- Compreender, classificar e utilizar as atividades e estruturas administrativas;

- Elaborar, planejar, implantar, monitorar e avaliar recursos humanos, físicos e financeiros;
- Coletar, processar, analisar e avaliar índices econômicos e produtivos de cada atividade agropecuária;
- Monitorar e avaliar os processos de produção e implantação dos programas de gestão e qualidade;
- Identificar e utilizar sistemas de controle agropecuário informatizados;
- Planejar e monitorar as estratégias de *marketing* e a comercialização, identificando as oportunidades e opções de mercado.

#### 7.6.20.2 Habilidades

- Entender a evolução da administração e da economia rural;
- Compreender a estrutura, organização e funcionamento do agronegócio;
- Identificar e desenvolver a cultura empreendedora;
- Identificar as funções administrativas;
- Utilizar instrumentos para coleta e organização de dados;
- Gerenciar receitas, despesas e investimentos;
- Inventariar patrimônios rurais;
- Classificar o imóvel agrário;
- Cumprir as obrigações tributárias utilizando o calendário fiscal;
- Utilizar a informática no processo de produção e controle;
- Coletar e compilar os resultados de análise dos fatores econômicos e produtivos;
- Acompanhar as tendências de mercado;

- Identificar canais de comercialização e tipos de mercado no agronegócio;
- Calcular os custos de produção;
- Elaborar plano de negócios;
- Implantar, verificar e acompanhar os processos de produção e os programas de qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais;
- Utilizar instrumentos de *marketing*;
- Contabilizar as etapas do processo de produção;
- Registrar a produtividade da mão de obra por atividade e dimensionar as despesas com pessoal;
- Registrar e efetuar os custos com manutenção e conservação de máquinas, equipamentos, implementos e ferramentas;
- Verificar e cumprir a legislação trabalhista e as normas de saúde e segurança no trabalho.

#### 7.6.20.3 Bases tecnológicas

- História e evolução da administração e economia rural;
- Fatores de produção;
- Noções de macroeconomia e microeconomia;
- Empreendedorismo;
- Política agrícola;
- Tipos de empresas;
- Ambiente geral e operacional;
- Planejamento, organização, direção e controle;
- Funções administrativas;
- Recursos humanos;

- Recursos financeiros;
- Recursos físicos;
- Instrumentos de *marketing*;
- Processos;
- Planejamento estratégico;
- Contabilidade rural;
- Legislação tributária, fiscal e trabalhista;
- Noções de gestão empresarial agrícola;
- Prestação de serviços;
- Custos de produção;
- Análise de resultados e instrumentos de controle;
- Fluxogramas;
- *Softwares* de gerenciamento agropecuário;
- Legislação de segurança no trabalho e normas de saúde;
- Plano de negócio.

### ***7.6.21 Competência 21 – Planejamento e Projetos Agropecuários (80h)***

Conhecer, planejar, elaborar, executar e monitorar perícias, laudos, pareceres, relatórios e projetos de viabilidade, custeio, investimento e licenciamento ambiental nas atividades agropecuárias.

#### **7.6.21.1 Competências específicas**

- Entender a necessidade e a importância do planejamento nas propriedades rurais;

- Coletar, analisar e avaliar informações socioeconômicas e tendências de mercado no setor agropecuário;
- Compreender e aplicar as linhas de crédito rural e seguro agrícola;
- Conhecer, planejar, elaborar, implantar, monitorar e avaliar projetos de investimento e crédito rural nas propriedades;
- Dominar e elaborar laudos, perícias, pareceres e relatórios;
- Conhecer, elaborar, implantar, monitorar e avaliar projetos de licenciamento ambiental;
- Conhecer, interpretar e aplicar a legislação vigente.

#### 7.6.21.2 Habilidades

- Coletar, compilar e aplicar dados estatísticos de pesquisa de mercado;
- Elaborar instrumentos para coleta de dados de produção, produtividade, de recursos humanos, de prestação de serviços e de infraestrutura disponíveis na região;
- Relacionar as agências de créditos, fornecimento de insumos, armazenagem e difusão de tecnologia presentes na região;
- Adequar os projetos à legislação vigente;
- Fazer o levantamento dos recursos disponíveis;
- Verificar a aptidão, aspiração e nível tecnológico do produtor;
- Inventariar benfeitorias, instalações, máquinas, implementos, equipamentos e materiais;
- Dimensionar e avaliar benfeitorias e instalações rurais;
- Elaborar e encaminhar projetos de viabilidade, custeio e investimento;
- Elaborar e encaminhar perícias, laudos, pareceres e relatórios;

- Elaborar e encaminhar processos de licenciamento ambiental;
- Adequar e monitorar as atividades de acordo com a legislação ambiental vigente;
- Coletar dados para a elaboração e execução de projetos ambientais.

#### 7.6.21.3 Bases tecnológicas

- Métodos e técnicas de pesquisa;
- Estudo de mercado;
- Zoneamento agroclimático para atividades agropecuárias;
- Avaliação de dados de recursos naturais;
- Política agrícola;
- Fatores culturais e socioeconômicos regionais;
- Planejamento agropecuário;
- Projeto agropecuário;
- Levantamento e avaliação patrimonial;
- Capacidade de uso e adequação dos solos para as atividades agropecuárias;
- Dimensionamento de mão de obra;
- Coeficientes técnicos;
- Cronograma de produção;
- Planejamento financeiro;
- Crédito rural;
- Viabilidade econômica e relação custo/benefício;
- Fluxo de caixa;
- Laudos;
- Pareceres;
- Perícias;



- Relatórios;
- Legislação ambiental vigente;
- Licenciamento ambiental;
- Estudo de impacto ambiental;
- Relatório de impacto ambiental.

### **7.6.22 Competência 22 – Deontologia e Organização Profissional (40h)**

Conhecer, entender e utilizar o sistema de fiscalização, as organizações da categoria e a legislação profissional do Técnico Agrícola, respeitando os princípios éticos.

#### 7.6.22.1 Competências específicas

- Conhecer a história do profissional Técnico Agrícola e da organização da categoria;
- Compreender e aplicar a legislação profissional do Técnico Agrícola;
- Entender o processo de negociação coletiva e remuneração do Técnico Agrícola;
- Dominar e vivenciar o código de ética da profissão;
- Compreender o funcionamento das entidades de representação estadual e nacional da categoria profissional;
- Entender o sistema de fiscalização da profissão;
- Conhecer e elaborar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no âmbito da profissão.

### 7.6.22.2 Habilidades

- Reconhecer os principais eventos e entidades que marcaram o movimento dos Técnicos Agrícolas;
- Utilizar a legislação que dispõe sobre o exercício e atribuições da profissão de Técnico Agrícola;
- Conduzir a execução técnica dos trabalhos com ética e responsabilidade;
- Responsabilizar-se pelo registro de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional através da ART;
- Conhecer o organograma de composição e serviços oferecidos pelo Conselho Federal e Regional de fiscalização profissional;
- Obter o registro profissional;
- Seguir os direitos e obrigações do profissional credenciado;
- Participar das organizações da categoria profissional em nível estadual e federal.

### 7.6.22.3 Bases tecnológicas

- Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968;
- Resoluções do Conselho Federal e Estadual de fiscalização da profissão;
- Resolução nº 1.004, de 27 de junho de 2003, que trata do código de ética;
- Decreto nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985;
- Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002;
- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977;

- Prática e conduta no estágio;
- Organização da categoria profissional;
- Conselho Estadual das Escolas Agrícolas de Santa Catarina (CONEA);
- Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC);
- Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (SINTAGRI);
- Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (UNITAGRI);
- Elaboração de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Legislações complementares.

### ***7.6.23 Práticas Agropecuárias Orientadas (500h)***

Conhecer e desenvolver as práticas agropecuárias inerentes às atribuições profissionais e de acordo com o projeto pedagógico do curso.

#### **7.6.23.1 Competências específicas**

- Conhecer as exigências e as práticas necessárias para a profissão do Técnico em Agropecuária;
- Entender as áreas de atuação do Técnico em Agropecuária de acordo com suas atribuições profissionais;
- Compreender o funcionamento básico das diferentes áreas de produção animal, produção vegetal, engenharia agrícola e gestão;
- Conhecer as responsabilidades do profissional Técnico em Agropecuária nas diversas áreas de atuação da categoria profissional;

- Dominar, planejar, executar e avaliar as principais práticas de manejo das diferentes áreas de atuação;
- Conhecer o perfil profissional necessário para assumir com eficácia as atribuições profissionais do Técnico em Agropecuária.

#### 7.6.23.2 Habilidades

- Entender as exigências na realização das práticas agropecuárias desenvolvidas no mercado de trabalho pelos profissionais Técnicos em Agropecuária;
- Identificar na prática as áreas em que profissionalmente pode atuar, de acordo com suas atribuições profissionais legais;
- Entender o funcionamento das atividades relacionadas ao Curso Técnico em Agropecuária;
- Desenvolver na prática a responsabilidade técnica nas diversas áreas de atuação;
- Realizar de maneira técnica as principais práticas de manejo, das diferentes áreas, nos diferentes laboratórios de aprendizagem e produção;
- Desenvolver atributos pessoais para o exercício da profissão.

#### 7.6.23.3 Laboratórios de Práticas Orientadas

- Agricultura;
- Instalações agrícolas e pecuárias;
- Práticas de higiene e limpeza nas instalações agrícolas e pecuárias;
- Compostagem;

- Herbário;
- Culturas anuais;
- Fruticultura;
- Olericultura;
- Viveiricultura;
- Forragicultura;
- Jardinagem;
- Silvicultura;
- Reflorestamento;
- Plantas medicinais;
- Bovinocultura de leite;
- Bovinocultura de corte;
- Ovinocultura e Caprinocultura;
- Avicultura de corte;
- Avicultura de postura;
- Avicultura ornamental;
- Suinocultura;
- Cunicultura;
- Apicultura;
- Piscicultura;
- Instalações agroindustriais;
- Práticas de higiene e limpeza nas instalações agroindustriais;
- Panificação;
- Agroindustrialização de produtos de origem animal e vegetal;
- Mecanização agrícola;
- Topografia;
- Sistemas de irrigação;

- Associativismo e Cooperativismo;
- Extensão rural e assistência técnica;
- Projetos de pesquisa agropecuária;
- Gestão de empreendimentos agropecuários;
- Comercialização agropecuária;
- Outras atividades econômicas regionais.

#### **7.6.24 Estágio Curricular Obrigatório (500h)**

Conhecer, planejar e desenvolver estágio curricular obrigatório visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

##### **7.6.24.1 Competências específicas**

- Conhecer o programa de estágio e seu funcionamento, bem como os recursos humanos envolvidos na realização do estágio;
- Conhecer a legislação que trata do estágio para cursos profissionalizantes;
- Perceber as diferentes áreas em que pode ser realizado o estágio e os locais para a sua realização;
- Dominar, planejar, monitorar e avaliar todas as etapas, fases ou procedimentos desenvolvidos durante o estágio, a fim de aprimorar os conhecimentos através da prática de trabalho;

- Compreender as responsabilidades técnicas necessárias na área do estágio, de acordo com o termo de compromisso celebrado entre a Instituição de Ensino e a parte concedente;
- Dominar a metodologia para a elaboração do relatório de estágio e apresentação à banca examinadora.

#### 7.6.24.2 Habilidades

- Entender o funcionamento do programa de estágio realizado para a conclusão do Curso Técnico;
- Aplicar os procedimentos legais na realização do estágio, de acordo com a legislação vigente;
- Identificar e diferenciar a função dos coordenadores, dos professores orientadores e coorientadores, e dos supervisores de estágio;
- Identificar as áreas possíveis para a realização do estágio;
- Definir o local onde será realizado o estágio, de acordo com a área que pretende aprofundar os conhecimentos técnicos;
- Realizar junto à Instituição de Ensino e à parte concedente, a elaboração do termo de compromisso e do convênio de estágio;
- Elaborar junto ao supervisor de estágio o Plano de Atividade de Estágio (PAE), de acordo com a legislação vigente;
- Assumir a responsabilidade técnica da área a ser trabalhada durante a realização do estágio, de acordo com o termo de compromisso assumido;
- Realizar as práticas de manejo e operação de todas as atividades necessárias, durante a realização do estágio, em consonância com o PAE;

- Desenvolver a comunicação com os coordenadores, orientadores e supervisores de estágio;
- Elaborar o relatório de estágio de acordo com a orientação e com a metodologia disponibilizada pelo coordenador de estágio;
- Elaborar a apresentação do relatório de acordo com os critérios de orientação e metodologia do programa de estágio;
- Apresentar o trabalho final à banca examinadora.

### **7.7 Proposta de carga horária**

Da mesma forma que foram construídas as competências, habilidades e bases tecnológicas, a proposta de carga horária apresentada para cada competência também foi exaustivamente discutida nos cinco fóruns e foi elaborada pelos professores e equipes diretivas das escolas, ouvindo também os profissionais ligados ao mercado de trabalho, os técnicos em agropecuária associados às entidades ATASC, SINTAGRI e UNITAGRI.

Os debates e discussões para a construção dos conteúdos necessários a serem trabalhados em cada uma das competências propostas pelo CONEA, e em consequência a definição de carga horária para tais conteúdos, sempre levaram em consideração a promulgação da Lei 5.524/68 que reconheceu a profissão de Técnico Agrícola e Industrial, sua regulamentação pelo Decreto 90.922/85 e atualização pelo Decreto 4.560/2002.

A carga horária das Práticas Agropecuárias Orientadas é imprescindível para desenvolver todas as competências e habilidades



necessárias que o técnico agrícola precisa para desempenhar com eficácia suas atribuições profissionais, pois não é possível admitir a formação de um profissional técnico sem desenvolver suas habilidades por meio do aprender a fazer fazendo.

Para garantir o pleno exercício da profissão, é necessário também proporcionar aos alunos a realização do estágio curricular obrigatório, preferencialmente após a conclusão de todas as componentes curriculares ou disciplinas do curso, possibilitando uma melhor aproximação com a realidade do mercado de trabalho, tornando-os aptos e seguros a desempenharem suas atribuições profissionais conforme prevê a lei.

Cabe a cada instituição de ensino adequar a matriz curricular à sua realidade, sua estrutura física, pedagógica e de gestão. O CONEA apresenta sua proposta, que é fruto de vários anos de discussão e destaca que a carga horária para o Curso Técnico em Agropecuária não deve ser padronizada com demais cursos técnicos – esse é um curso peculiar que congrega conhecimentos de quatro grandes áreas: pecuária, agricultura, engenharia agrícola e gestão. Destaca-se também que é um dos únicos cursos técnicos do Brasil que tem suas atribuições profissionais descritas em lei e o exercício dessas atribuições fiscalizadas por autarquia federal.

Assim, é recomendável às Instituições de Ensino, que ao optar por oferecer o Curso Técnico em Agropecuária, levem em consideração a história da profissão e suas reais exigências, oferecendo uma formação com excelência.

Quadro 4. Proposta de carga horária

<b>Competência/Área</b>	<b>Carga horária</b>
01 – Agricultura	80
02 – Culturas Anuais	100
03 – Olericultura	80
04 – Fruticultura	80
05 – Paisagismo	60
06 – Silvicultura	60
07 – Viveiricultura	60
08 – Defesa Sanitária Vegetal	80
09 – Forragicultura	60
10 – Zootecnia e Defesa Sanitária Animal	80
11 – Criação de Animal de Pequeno Porte	100
12 – Criação de Animal de Médio Porte	100
13 – Criação de Animal de Grande Porte	100
14 – Mecanização Agrícola	80
15 – Irrigação e Drenagem	60
16 – Construções e Instalações Rurais	60
17 – Desenho e Topografia	100
18 – Produtos Agroindustriais	80
19 – Associativismo, Cooperativismo e Extensão Rural	80
20 – Administração e Economia Rural	80
21 – Planejamento e Projetos Agropecuários	80
22 – Deontologia e Organização Profissional	40
<b>Total</b>	<b>1.700</b>
Práticas Agropecuárias Orientadas	500
Estágio Curricular Obrigatório	500
<b>Total</b>	<b>2.700</b>

Fonte: CONEA, 2017.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de compilação de todos os fóruns, congressos e encontros para a discussão do Ensino Técnico Agrícola em Santa Catarina destacou a importância de tal iniciativa e os resultados transcenderam as palavras colocadas neste livro. O contato entre os profissionais docentes e técnico-administrativos de todas as instituições possibilitou importantes trocas de experiências que amadureceram as práticas pedagógicas em todos os locais e serviram de referência para que novos cursos fossem implantados, observando os aspectos legais e respeitando as atribuições profissionais do Técnico Agrícola.

Os roteiros realizados anualmente nas escolas possibilitaram o conhecimento do perfil discente, a percepção da necessidade de se implantar novos métodos e tecnologias no exercício da docência, a conscientização sobre os desafios do mundo do trabalho, bem como ressaltar a todos os envolvidos no processo, principalmente aos gestores e docentes, que a formação do Técnico Agrícola é uma atribuição da instituição de ensino.

A finalidade deste material é subsidiar as discussões, não somente em Santa Catarina, mas em todo Brasil, pois considerando os princípios legais, as demandas do mundo do trabalho e a estrutura das instituições de ensino de todo o país, conclui-se que a oferta do curso Técnico Agrícola demanda compromisso e recursos diferenciados.

Este livro não é o término de um trabalho, mas a consolidação das discussões que primaram pelas decisões democráticas e

participativas, envolvendo também os egressos, entidades de classe e órgãos fiscalizadores. Isso motiva o aperfeiçoamento dos processos e interação, para o engrandecimento da formação de Técnicos Agrícolas, reconhecendo que, se o setor da agropecuária há tempos vem alavancando o Produto Interno Bruto do Brasil, em muito se deve aos esforços desses profissionais alocados em todo o país, sendo reconhecidos como gigantes do campo e no campo.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002. Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 1946.

BRASIL. Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto, e dá outras providências. 1997.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1997.

BRASIL. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. 1967.

BRASIL. Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970. Dispõe sobre a competência e a organização do Ministério do Interior e dá outras providências. 1970.

BRASIL. Decreto nº 70.513, de 12 de maio de 1972. Eleva à categoria de Colégio os Ginásios Agrícolas que menciona. 1972.

BRASIL. Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. 1979.

BRASIL. Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. 1985.

BRASIL. Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dá outras providências. 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o I Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste - SUDESUL - e dá outras providências. 1967.

BRASIL. Lei nº 5.524/1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. 1968.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.099, de 27 de janeiro de 2015. Institui o Dia do Técnico Agrícola. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenharia, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. 1966.

BRASIL. Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. 1968.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971.

BRASIL. Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977. Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências. 1977.

BRASIL. Lei nº 6.994, de 26 de maio de 1982. Dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional, e dá outras providências. 1982.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. 1982.

BRASIL. Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. 1993.

BRASIL. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. 1993.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília: MEC, 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA. Catálogo das escolas agrícolas de nível médio de Santa Catarina. Florianópolis: Alesc, 1997.

CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA. Catálogo das escolas agrícolas de nível médio de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2000. 2ª. edição revista e ampliada. 75 p.

COSTA, A. G.; LIMBERGER, M. Técnico agrícola 100 anos de profissão. FENATA: Porto Alegre, 2011.

SANTA CATARINA. Lei nº 3.191, de 07 de junho de 1963. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. 1963.



SANTA CATARINA. Lei nº 6.685, de 13 de novembro de 1985. Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina – ATASC. 1985.

SANTA CATARINA. Lei Promulgada nº 1.109, de 04 de janeiro de 1988. Cria o Município de Santa Rosa do Sul. 1988.

SILVA, A. T.; Manual do Técnico Agrícola Catarinense, SINTAGRI: Florianópolis, 2ª. Edição. 2015.



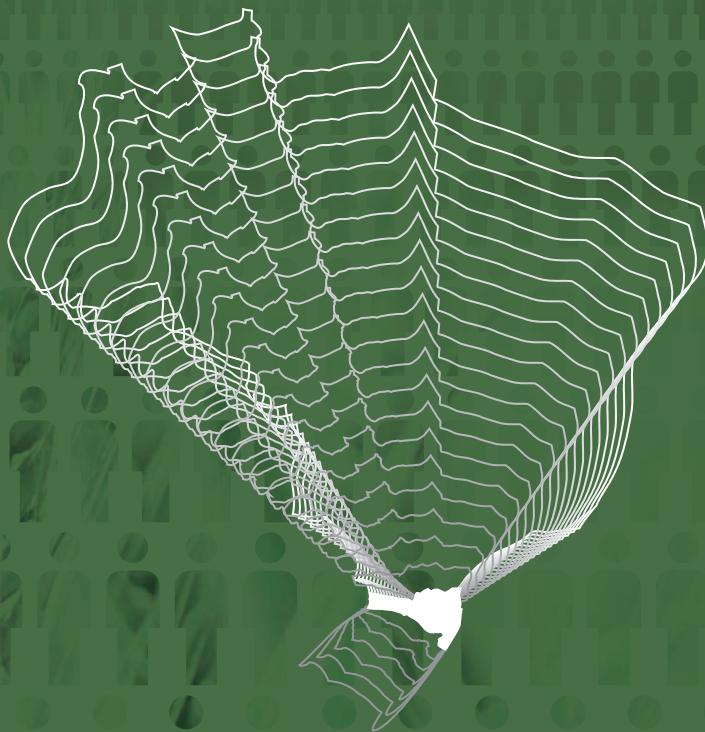


[www.conea.com.br](http://www.conea.com.br)

48 3323-5870

[conea@conea.com.br](mailto:conea@conea.com.br)

Rua Felipe Schmidt, 390 - Centro  
Edifício Florêncio Costa - Sala 1.309  
Florianópolis/SC - CEP: 88010-001



A proposta de Santa Catarina para o Ensino Técnico Agrícola no Brasil foi construída a partir da realização de cinco fóruns de ensino, realizados entre os anos de 2007 a 2012, com a participação de gestores escolares, coordenadores, professores, técnicos agrícolas e representantes da iniciativa pública e privada ligadas ao mercado de trabalho, nos quais os debates e discussões foram norteados pela promulgação da Lei 5.524/68 que reconheceu a profissão de Técnico Agrícola e Industrial, sendo regulamentada pelo Decreto 90.922/85 e atualizada pelo Decreto 4.560/2002. Assim, entende-se que a legislação é clara sobre as atribuições do Técnico Agrícola e também sobre a responsabilidade das instituições de ensino formadoras desses profissionais, em trabalhar as competências, habilidades e conhecimentos necessários para que eles possam adquirir seus registros profissionais e exercer sua profissão conforme prevê a lei.

*conea*



ISBN 978-85-5644-018-1



9 788556 440181